ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS
DIÁRIO DO LEGISLATIVO
Terça-feira, 27 de fevereiro de 2024

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS
1.1 – 1ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Minas Gerais pelos 50 anos de sua fundação
1.2 – 2ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – pela passagem do seu cinquentenário
1.3 – Comissões
2 – ORDENS DO DIA
2.1 – Plenário
2.2 – Comissões
3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO
3.1 – Comissões
4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
5 – MANIFESTAÇÕES
6 – REQUERIMENTOS APROVADOS
7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/2/2024

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras da Deputada Lud Falcão – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Frank Sinatra Santos Chaves – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem o deputado e a deputada:

Antonio Carlos Arantes – Lud Falcão.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 19h14min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Minas Gerais pelos 50 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a compor a Mesa de honra os Exmos. Srs. Frank Sinatra Santos Chaves, presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Minas Gerais; Guilherme da Costa Oliveira Santos, delegado da Polícia Civil de Minas Gerais, representando a delegada-geral e chefe da Polícia Civil, Letícia Gamboge; a Exma. Sra. Kathleen Garcia Nascimento, secretária de Estado adjunta de Desenvolvimento Econômico; o Exmo. Sr. Braulio Lara, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e as Exmas. Sras. Marcela Trópia, vereadora, representando o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Gabriel Azevedo; e deputada Lud Falcão, coautora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar e agradecer a presença do Ten. Melo, subsecretário de Liberdade Econômica e Empreendedorismo da Sede-MG, do Sr. Bruno Selmi Dei Falci, vice-presidente da FCDL; do Sr. Letinho, vereador da Câmara Municipal de Arcos; e do Sr. Marcos Innecco Corrêa, vice-presidente de Relações Institucionais da CDL-BH, representando o presidente Marcelo de Souza e Silva.

Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia ou pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora ao vídeo institucional do Hino da Nação Lojista.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras da Deputada Lud Falcão

Boa noite a todos os presentes. Exmo. Sr. Deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a quem tenho muito carinho de dizer “meu amigo” e coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando, neste ato, o deputado Tadeu Martins Leite, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Sr. Frank Sinatra Santos Chaves, presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Guilherme da Costa Oliveira Santos, delegado da Polícia Civil de Minas Gerais, representando a delegada-geral Letícia Gamboge, chefe da Polícia Civil, minha amiga, boa noite.

Pessoal, confesso que eu escrevi uma homenagem para vocês de mais ou menos cinco laudas, mas, como o nosso vice-governador gosta bem de falar, o discurso, quando tem de ser bom – não é, Braulio? –, tem de ser curto; e, se for curto, nem precisa ser bom. Eu fiquei muito feliz de ter chegado aqui e de ser recebida calorosamente por toda essa instituição. Eu vou dispensar o uso do nosso discurso e deixar que as palavras do coração saiam. Então eu peço, antes de mais nada, desculpa se houver alguma falha.

Queria cumprimentar todos os presentes e, em especial, dentro dos dirigentes de Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Minas Gerais, o meu amigo Guilherme – e daqui não o estou vendo à frente –, que é de Patos de Minas e veio aqui para nos homenagear e homenagear a FCDL. Lá, em Patos de Minas, nós fizemos um excelente trabalho. Eu não poderia deixar de mencionar

o tanto que Patos de Minas evoluiu com mais de 10 mil postos de empregos criados entre 2021 e 2023. Isso, logicamente, é graças à contribuição da CDL.

E, hoje, falar dos 50 anos da FCDL, Frank Sinatra, para mim, é motivo de muito orgulho e de muito carinho. Aqui eu falo que conquistei este um ano de mandato com muito carinho e muito trabalho. Dentre as frentes parlamentares criadas nesta Casa, juntamente com 41 deputados, fizemos a Frente Parlamentar de Comércio, Serviço e Empreendedorismo. Eu, que nasci 34 anos atrás e dentro de um mercado municipal, sou neta de um comerciante, que, hoje, mora lá no céu – o seu Antônio Calango – e vi a minha mãe atrás do balcão com muita habilidade. Ela deve estar me vendo agora. Um beijo, mãe! É uma mulher que, através do sorriso, do carisma e das suas habilidades, retratava o carinho com todos aqueles que estavam no comércio. Ela me fez crescer ali dentro desse comércio e, principalmente, ter o respeito por todos aqueles que lidam no dia a dia com o empreendedorismo. Por vocês, que há 50 anos tiveram a graça de criar a FCDL para cuidar das nossas CDLs, tenho todo o respeito. De todas as palavras que eu poderia pensar para homenagear vocês, escolhi uma com muito carinho, que é a palavra "parceria". Por quê? Porque a FCDL não é nada sem parceria. É a parceria de todos aqueles que estão envolvidos nessa cadeia: os consumidores; as Câmaras de Dirigentes Lojistas, que são as CDLs; e os seus colaboradores. Todos, em união, fazem com que aconteça essa fortaleza.

Nós podemos falar de muitos momentos bons vivenciados, mas eu gostaria de destacar as grandes dificuldades pelas quais vocês também já passaram. E aqui, ao falar da covid-19, a gente fala que vocês enfrentaram sérias dificuldades. Mas, graças à grande parceria em que vocês, juntos, estiveram, vocês conseguiram fazer com que o comércio estivesse ativo, vocês conseguiram lutar para que todos os comerciantes pudessem voltar ao trabalho e sustentar suas famílias, vocês conseguiram dar segurança a todos aqueles consumidores que necessitavam dela naquele momento. Enfim, foram grandes lutas!

Mais uma vez, em um momento tão importante como este, eu não poderia deixar de homenagear um grande empreendedor do Estado de Minas Gerais, que é o nosso querido amigo Abílio Diniz, que foi morar junto a Deus agora, neste domingo, quando completava 87 anos. Ele é um exemplo para nós, é um exemplo de retidão, é um exemplo de empreendedorismo quando herdou, em São Paulo, a doceria do seu pai e começou a fazer o seu grande trabalho pautado na honestidade, pautado em fé, pautado em lealdade. Hoje mesmo eu estava ouvindo um podcast em que ele falava que o objetivo da vida dele era ser feliz, que nunca teve o objetivo de ganhar dinheiro e sempre fazer tudo muito bem feito. É um exemplo para nós. Então, neste momento muito especial, eu não poderia deixar de citar esse grande homem.

Agora gostaria de render a minha homenagem a você, Frank, sempre muito atento, sempre muito à frente do seu tempo. Você me contou ali que são 70 anos de experiência. Não parece! Duvidei porque o senhor é um homem que retrata aí a juventude na forma de falar. Isso mostra que o senhor está atualizado, mostra que o senhor é uma pessoa que procura fazer com que essa entidade esteja, cada vez mais, inserida na sociedade, de forma que possa, de fato, estar sendo valorizada e trazer os benefícios dos quais essa entidade precisa, e que sejam voltados para a nossa sociedade.

Eu agradeço muito por estar caminhando ao lado de vocês. Há uma frase de Fernando Pessoa que resume muito bem todo este acontecimento que nós estamos vivenciando hoje: "O que a vida quer da gente é coragem". E vocês são responsáveis por todo esse sucesso de 50 anos. Muito obrigada. Fiquem com Deus!

Entrega de Placa

O locutor – O deputado Antonio Carlos Arantes, representando o deputado Tadeu Martins Leite, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e a deputada Lud Falcão farão a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao Sr. Frank Sinatra Santos Chaves. Solicitamos que, por favor, posicionem-se no local indicado pelo Cerimonial. A placa contém os seguintes dizeres: "A Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais – FCDL-MG –, criada em 1973, tem contribuído de maneira incontestável para o desenvolvimento do Estado. Ao defender os interesses do setor de comércio, de bens e serviços, com base nos princípios do empreendedorismo, do associativismo e da cooperação, a entidade reafirma também o seu compromisso com o bem-

estar social dos cidadãos mineiros e se consolida como uma das grandes vozes no complexo universo das relações econômicas. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao reconhecer a importância da FCDL-MG para o Estado e para o País, rende a ela esta justa homenagem pelos 50 anos de sua fundação.".

Palavras do Sr. Frank Sinatra Santos Chaves

Boa noite, senhoras e senhores. É com muita emoção que a gente chega a esses 50 anos de associativismo, com coragem, lutando e perseverando. Quero agradecer primeiramente a presença de cada um de vocês, das autoridades já mencionadas, da nossa diretoria da FCDL-MG e das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Minas Gerais – CDLs –, dos colaboradores da FCDL, dos demais convidados presentes, da minha esposa, das minhas filhas, do meu genro e dos meus netos. É uma alegria muito grande. Quero agradecer, de coração, à nossa deputada Lud Falcão, essa moça corajosa. No primeiro dia em que a conheci, eu falei: essa moça tem muito futuro e luta pelo nosso Estado de Minas Gerais. É uma honra para nós. Quero agradecer ao 1º-secretário da Assembleia Legislativa, meu amigo Antonio Carlos Arantes, um homem que sempre abriu esta Assembleia para ajudar o empresariado, os lojistas, as micro e pequenas empresas. É uma honra para nós, deputado coautor desta homenagem, assim como a nossa querida Lud Falcão. Agradeço à minha amiga Kathleen Garcia, secretária adjunta de Desenvolvimento Econômico do Estado.

Estivemos recentemente com o senador dos Estados Unidos, não é, Kathleen? Tivemos um encontro com ele, e você participou, conversou e fez a tradução do inglês. Foi muito bom recebermos aqui o senador dos Estados Unidos; uma honra muito grande. Muito obrigado ao vereador Braulio Lara; à Câmara Municipal de Belo Horizonte; ao Exmo. Sr. Guilherme da Costa Oliveira Santos, delegado e chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; e à delegada-geral Letícia Camboja. É uma honra recebê-los nesta grande homenagem. Quero também cumprimentar a minha esposa e agradecer muito a cada um de vocês. É claro que nós estamos muito felizes nesta noite. A gente, que milita no comércio, a gente, que ama o que faz, digo que temos é vocação.

Hoje representamos no Estado de Minas Gerais 209 CDLs, com 80 mil associados; representamos 63% do PIB estadual, gerando em torno de 400 mil postos de trabalhos. Toda a estrutura faz parte do sistema CNDL, a maior rede representativa do varejo brasileiro, com mais de 500 mil associados, que somam 1,4 milhão de pontos de venda no nosso país, com 7 milhões de pessoas empregadas. Somos parte de um sistema forte, representativo, uma fatia tão importante na cadeia produtiva do Brasil. Não é fácil, e vocês sabem que não é fácil. A deputada Lud acabou de falar sobre a pandemia por que passamos, e o comércio ficou fechado em Belo Horizonte por 5 meses. Choramos. Certa vez, eu estava na nossa matriz, na nossa loja no bairro Eldorado. Sentei-me naquele passeio e coloquei a mão no meu queixo e falei: "E agora? Estou quebrado. Agora me arrebentei, com um monte de funcionário e um monte de loja. E, agora, fazer o quê?". Nós tivemos o grande apoio do deputado Carlos Arantes e desta Assembleia, que nos ajudaram bastante. E, graças a Deus, estamos vivos para celebrar toda essa estrutura empresarial que somos.

Eu quero dizer, do fundo do meu coração, que, com a luta, com a dedicação, fomos seguindo em frente, norteados pelos principais associativismos que nos permitem ampliar constantemente a nossa atuação, inclusive junto ao poder público, nos âmbitos federal, estadual e municipal. A gente tem muito orgulho de ser o que nós somos. Quero agradecer a cada presidente de CDL deste estado. Eu fico imaginando, deputada Lud e deputado Antonio Carlos, que temos os melhores presidentes hoje no Brasil, os nossos presidentes do Estado de Minas Gerais. Somos a maior federação do Brasil, pois há 27 federações. A nossa federação do Estado de Minas Gerais é a melhor e a maior do Brasil. Eu falo isso com muito orgulho, com muito orgulho. (– Palmas.) Já enfrentamos muitas lutas no sistema CNDL, muitas lutas. Havia muitos que puxaram para trás, muitos que não acreditavam. Hoje nós temos o maior banco de dados do SPC Brasil, que é nosso; pertence às nossas CDLs. É um orgulho muito grande. Eu fico muito emocionado de receber essa homenagem. Eu quero distribuir isso a cada presidente, a cada colaborador do nosso estado, das nossas CDLs da nossa Federação.

Vocês acabaram de ouvir o Hino da Nação Lojista. Muito me orgulha quando eu canto o Hino da Nação Lojista. São poucas entidades que têm um hino, e nós somos movidos pelo nosso hino. Eu digo a você, com todo o meu carinho e respeito, nós somos

grandes, nós somos gigantes. O que nós precisamos é de união, de paz, de alegria, porque vamos conquistar – somos e vamos conquistar – uma certeza de crescimento neste país.

Eu digo a você, com muita honra, que representamos 63% do PIB do Estado de Minas Gerais. Refiro-me àquele micro e pequeno empresário, ao empresário pequenininho, ao médio empresário, ao grande empresário e ao gigante empresário. Perdemos Abílio Diniz. Eu vejo aquele homem como um grande líder, um grande homem que mudou o Brasil, que mudou a nossa concepção. Mas eu vejo aqui grandes Abílios Dinizes, homens corajosos. Alegra-me o coração ver cada um, cada presidente, fazendo o dever de casa com unidade, com união. Isso alegra muito o meu coração.

Registro o meu agradecimento à Lud, com muito carinho, e ao meu querido amigo Antonio Carlos Arantes. Agradeço demais por vocês reconhecerem a FCDL como uma gigante, uma parceira do nosso estado, desta Assembleia Legislativa, da qual temos muito orgulho. Parabéns a todos vocês. Muito obrigado do fundo do meu coração. Desculpe, mas a minha vontade é de chorar. (– Emociona-se.) É sempre ser conhecido como uma grande potência, que somos nós. Parabéns, presidente de cada CDL deste estado maravilhoso, dos grandes e novos CDLs. São mais de 80 mil associados. Isso nos dá muito orgulho. Muito obrigado a todos.

O locutor – Com a palavra, o deputado Antonio Carlos Arantes, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando o presidente desta Casa, deputado Tadeu Martins Leite.

Palavras do Presidente

Gostaria de cumprimentar este querido amigo Frank Sinatra Santos Chaves, presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Minas Gerais. Cumprimento a minha querida amiga, essa revelação de parlamentar, nossa querida deputada Lud Falcão, coautora desse requerimento que deu origem a esta homenagem. Cumprimento também a Exma. Sra. secretária adjunta de Desenvolvimento Econômico de Minas, Kathleen Garcia Nascimento; o vereador Braulio Lara, da Câmara de Belo Horizonte; a vereadora Marcela Trópia, representando o presidente; Guilherme da Costa Oliveira Santos, delegado de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, representando a nossa chefe de polícia, a competente delegada-geral Letícia Gamboge. Cumprimento também todos os presidentes, todos os dirigentes, todas as lideranças aqui presentes: o vereador Letinho, grande amigo, e os grande aliados, parceiros da nossa Casa e deste deputado.

O nosso presidente não pode comparecer, mas ele gostaria muito de estar presente e de dirigir essas palavras. Então eu o faço em seu nome. Mas, antes, Frank, eu gostaria de manifestar a nossa satisfação e a nossa alegria – não é Lud? – de poder homenageá-lo pelos 50 anos da nossa FCDL. Quando eu cheguei aqui, no início dos anos 2000, na época do governador Aécio Neves, que, hoje, é muito ligado ao agro, eu queria também trabalhar em outras áreas em que eu acreditava. Eu falo que, primeiro, é preciso ter fé – a gente tem que ter fé em Deus, gente – e, depois, temos que andar com as pessoas certas, procurar as pessoas certas. Não adianta você ter fé e andar mal acompanhado, não é Frank? Aí Deus colocou no meu caminho pessoas como Bruno Falci, meu amigo, e você, Frank. Eu conheci o Frank em um evento que nós fizemos aqui, numa audiência pública, e fiquei impressionado com a autenticidade, com a liderança, com a forma, com o seu espírito cristão na defesa das pessoas. Como se diz, Frank, foi casamento na hora. Eu falei: "Nesse a gente pode acreditar". Cito outro amigo meu, que também se chama Frank, de Passos – não é, Frank? –, que é um entusiasta não só do nosso trabalho, e eu do trabalho dele, mas também do trabalho do próprio Frank, como tantos e todos do segmento.

Eu confesso que, nesses seis mandatos, iniciando o sexto, a CDL é muito próxima da gente, dos comerciantes, dos lojistas. O Lúcio Faria é um grande amigo da Fecomércio, assim como tantos outros. Nós vimos tantos desafios serem vencidos e tantas batalhas para vencer tantos desafios. Mas a Lud ainda falou da covid. Para mim foi um momento mais… (– Emociona-se.) Eu me emociono por muitos motivos. Primeiro pela injustiça que fez com o povo brasileiro e com os comerciantes. O tal do fecha-tudo foi o maior dos absurdos! Houve cidade que enfrentou, não fechou e os índices de mortes foram menores. A minha esposa estava precisando comprar alguns tecidos no sábado e perguntou: "Será que a gente acha uma loja lá no Barro Preto?". Eu e minha esposa

começamos a andar e achamos uma loja que abriu só um pouquinho. “Vamos tentar lá.” Era cedinho, e uma senhora, aparentemente com mais de 80 anos, estava prestes a entrar na loja, porém, por haver aquele reforço que se coloca debaixo da porta, tentou pular e não conseguiu. Tiveram que carregá-la e colocá-la para dentro. Na verdade, ela era a dona da loja. Esse foi um dos maiores absurdos que eu já vi na minha vida! Pareciam que eram bandidos que estavam ali: aquela senhora, uma infratora, e o cliente, também. Enfrentamos tudo isso. Então, Frank, essas pessoas, esses desafios, esses momentos nos fizeram ficar mais próximos ainda e a nos respeitarmos mais.

Nesta semana, tive uma tristeza ao passar pela esquina aqui perto. Em frente à banca, havia uma loja tradicional, a Elmo, que fechou as portas. Sinto uma tristeza quando vejo, no centro de Belo Horizonte, tantas e tantas lojas fechadas. Ontem eu estava vindo lá do Hospital da Baleia e conversando sobre a quantidade de lojas fechadas, comércios com placa “Aluga-se”. O Frank, uma vez, me disse que o sonho dele era ter algumas lojas no centro de Belo Horizonte, mas não achava um espaço, nunca conseguiu, e que, a partir de uns dois ou três, poderia abrir umas 50 lojas no centro de Belo Horizonte. Vejam o tamanho do desafio que nós estamos enfrentando e o risco também! Sabe, Frank, o trabalho que a CDL tem feito, bem como o da associação comercial – ACMinas –, da Fiemg, enfim, o trabalho de todas as federações sempre foi muito nobre e muito importante, mas, no meu entendimento, nunca houve um momento tão importante como este, de manter essas famílias ativas nas suas atividades. Donos de loja que, muitas vezes, têm aquele aluguel como a única renda da família… Muitas lojas estão aí fechadas. Então, minha querida Lud Falcão, ainda nós temos muito a trabalhar, muito para fazer e defender esse setor tão importante do nosso Estado e do nosso Brasil.

E, assim, diz o presidente: (– Lê:) “Desde sua criação, em 1973, a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais – FCDL-MG – tem defendido com êxito os interesses do comércio de bens e serviços, setor que é protagonista na economia mineira. Hoje já são mais de 200 câmaras de dirigentes lojistas presentes em todas as regiões de Minas, com mais de 60 mil associados. Em recente manifesto publicado em comemoração ao seu cinquentenário, a entidade reafirma a importância de cada peça na engrenagem desse barco que não para de remar e que constitui a sua razão de existir. Ao longo desses 50 anos, a entidade tem contribuído para a evolução notável das CDLs, a fim de que elas sejam, cada vez mais, sustentáveis e precursoras em suas regiões, sempre levando em conta os princípios do empreendedorismo, do associativismo e da cooperação. A colaboração é o melhor caminho para o êxito, e essa foi a bússola e, ao mesmo tempo, a mola propulsora da federação para alcançar o seu destino. Feita de pessoas dedicadas e comprometidas, a entidade tem propósitos alicerçados no interesse coletivo e contribui decisivamente para o desenvolvimento da atividade comercial em nosso Estado.

Diante dos grandes desafios do setor, a FCDL tem atuado na construção de projetos para o desenvolvimento de Minas Gerais e mantendo o diálogo fundamental com o Parlamento mineiro nos mais variados temas. São pautas que abrangem da questão tributária à geração de empregos, do sistema de crédito à modernização das relações de trabalho, do apoio e inovação do varejo à desburocratização do Estado. Cada câmara de dirigentes lojistas instalada em uma cidade significa o fortalecimento do sistema associativista e o despertar da cooperação entre as empresas, o que resulta no avanço da atividade comercial daquela comunidade. O trabalho da federação tem sido referência altamente positiva para o setor produtivo e para a sociedade por entender as necessidades e as aspirações, especialmente dos micro e pequenos empresários do comércio varejista mineiro.

Na pessoa do presidente Frank Sinatra Santos Chaves, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais parabeniza a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas – a FCDL-MG –, desejando que sua atuação à frente das CDLs continue trazendo prosperidade para o nosso Estado. Seguiremos juntos aplaudindo o seu propósito de desenvolver e transformar, apoiando iniciativas e projetos em favor de Minas Gerais. Que vocês permaneçam sempre em movimento, que perpetuem esse espírito desbravador e sigam aglutinando forças em favor do coletivo”.

CDL, nosso gabinete estará sempre aberto e à disposição – não é, deputada Lud? –, com o Edílson, que é meu primo. Muita gente acha que ele é meu funcionário. Ele está direto lá. E é mesmo, viu, Edílson? Obrigado. É meu parente, viu, gente? Tenho um carinho especial por ele – patrimônio do nosso CDL.

Que Deus proteja muito os nossos comerciantes, os nossos dirigentes, os nossos lojistas! Que proteja o nosso Brasil, que está precisando de muita proteção! Muito obrigado a todos.

O locutor – Após o encerramento regimental, será feita uma audição de um manifesto em homenagem à Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Minas Gerais. O áudio a ser executado é do Sr. Moacir Muzzi, ex-presidente da entidade.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 23, às 10 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/2/2024

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Douglas Melo – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Adilson Ferreira da Mota – Palavras da Sra. Selma Lúcia Lira Brandão – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Antonio Carlos Arantes – Douglas Melo – João Junior.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 10h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – pela passagem do seu cinquentenário.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. João Ricardo Albanez, secretário de Estado adjunto de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando o secretário, Thales Almeida Pereira; professor Carlos Alberto Arruda de Oliveira, presidente da Fapemig; Francisco Maurício Barbosa Simões, superintendente de relacionamento da Faemg-Senar, representando o presidente do Senar, Antônio Pitangui de Salvo; Frederico Ozanan Machado Durães, chefe-geral da Embrapa Milho e Sorgo de Sete Lagoas; Adilson Ferreira da Mota, diretor de Ciência e Tecnologia do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário; Everton Ferreira, superintendente do Ministério da Agricultura; e deputado Douglas Melo, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem; e as Exmas. Sras. Selma Lúcia Lira Beltrão, diretora executiva de

Pessoas, Serviços e Finanças da Embrapa, representando a presidente, Silvia Maria Fonseca Silveira Massruhá; e Elizabeth Nogueira, chefe-geral da Embrapa Gado de Leite.

Registro de Presença

O locutor – Registramos e agradecemos as presenças do Exmo. Sr. vereador Caio Valace, presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas; da Exma. Sra. delegada de Polícia Larissa, representando a delegada-geral e chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, Letícia Gambogi; e do Exmo. Sr. Maurílio Guimarães, ex-prefeito de Curvelo e ex-presidente da Emater. Agradecemos também aos vereadores, às vereadoras e aos funcionários da Embrapa aqui presentes. Registramos, ainda, a presença dos Exmos. Srs. Trazilbo José de Paula Júnior, diretor técnico da Epamig, representando a presidente, profa. Nilda Soares; Antônio Carlos de Moraes, diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA; Artur José de Andrade, presidente do Conselho Administrativo do Sicoob Credinacional; Otávio Barbosa Soares, gerente regional da Anatel; Milton Flávio Nunes, representando o diretor Otávio Maia, gerente técnico da Emater; Enio Fonseca, diretor da Alagro, representando o presidente, Manoel Mário; Geraldo Magela da Silva, representando o Sistema Ocemg; e Renato da Silva Vieira, professor e pró-reitor de planejamento e desenvolvimento da Universidade Federal de São João del-Rei, representando o reitor da universidade, prof. Marcelo Pereira de Andrade. Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre a Embrapa.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Douglas Melo

Bom dia a todos! Bom dia a todas! Bom dia a quem nos acompanha pela nossa TV Assembleia, em todo o Estado de Minas Gerais.

Para a gente, esta é uma manhã de muito orgulho, uma manhã de muita alegria, em que a Casa Legislativa mais importante deste nosso país se curva a uma empresa que tanto nos orgulha e que tanto contribui com o nosso crescimento, com a nossa eficiência, neste nosso gigante Brasil.

Desde já, cumprimento Selma Lúcia Lira Beltrão, nossa diretora nacional de Pessoas, Serviços e Finanças da Embrapa. Seja muito bem-vinda a Minas Gerais; seja muito bem-vinda à nossa Assembleia Legislativa.

Nesta data, antes de cumprimentar os componentes da Mesa, eu não poderia deixar de falar da importância de um parlamentar, que, ao longo desses anos, nesta Casa, não só aqui como também nas viagens que faz a Brasília, tem se tornado uma referência na luta por causas similares às da Embrapa, da Emater e de tantas outras. Ele entende que o agronegócio, que a eficiência, que a ciência devem fazer parte de um país que quer progredir. Então, deputado estadual Carlos Arantes, quero falar da minha alegria e orgulho por poder fazer parte de mais um mandato ao lado do senhor.

Aos meus conterrâneos de Sete Lagoas, que aqui estão, para quem ainda não conhece, o deputado Carlos Arantes é uma referência que temos no Parlamento por levantar a bandeira da Embrapa. Então, deputado, essa homenagem de hoje também acontece porque temos, nesta Casa, uma pessoa com a importância do senhor.

Cumprimento o Sr. Everton Ferreira, superintendente do Ministério da Agricultura. Seja bem-vindo a esta casa; a Sra. Elizabeth Nogueira, chefe-geral da Embrapa Gado de Leite, Juiz de Fora. Seja bem-vinda à Assembleia. Cumprimento o 1º- secretário da Assembleia Legislativa – já o cumprimentei, mas vale a referência –, representando o deputado Tadeu Leite, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Cumprimento ainda: Sr. João Ricardo Albanez, secretário de Estado Adjunto de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, representando Thales Almeida Pereira Fernandes, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Exmo. Sr. professor Carlos Alberto Arruda de Oliveira, presidente da Fapemig; Sr. Francisco Maurício Barbosa Simões, superintendente de Relacionamento da Faemg – Senar, representando Antônio Pitangui de Salvo, presidente do Senar; Frederico Ozanan, chefe-geral da Embrapa Milho e Sorgo de Sete Lagoas, que está presente conosco. Inclusive, ele me confidenciou que é um bom jogador. Se eu soubesse que ele era um bom jogador, Arantes, a gente o teria colocado no jogo, para ajudar o nosso Cruzeiro contra o Souza.

Na pessoa do Sr. Frederico Ozanan, que está conosco, cumprimento todos os membros da Embrapa de Sete Lagoas. Sintam-se abraçados. Para a gente, é um motivo de muito orgulho ter a presença de todos. Eu acredito que temos aqui pessoas de Sete Lagoas, de Prudente de Morais. Para nós, isso é motivo de muita alegria. Eu, que sou de Sete Lagoas, quando a gente sai de lá e vem para cá, todos os dias, eu trago um pedacinho da nossa região para cá, porque a nossa função é estar aqui, representando o Estado e representando vocês. Então esta casa é de vocês. Cumprimento Adilson Mota, diretor de Ciência e Tecnologia do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário; Fredson – cadê ele? Está conosco –; Maurílio, nosso ex-prefeito da cidade de Curvelo, que também se faz presente; Caio Valace presidente da Câmara de Sete Lagoas. Nós temos outros vereadores presentes: Heloísa Frois, também da cidade de Sete Lagoas; nosso vereador de Prudente Morais, que aqui também está. Então todas as autoridades se sintam abraçadas.

Gente, eu sempre digo que homenagem da Assembleia Legislativa, tanto para instituições quanto para pessoas, é uma oportunidade em que nós, do Parlamento, que somos o ente político mais próximo do povo, temos de reconhecer o que instituições, pessoas, muitas vezes, fazem até longe dos holofotes. E aqui, na Assembleia Legislativa, onde não só votamos projetos de lei que são tão importantes para o Estado, como também onde discutimos várias ações, hoje, a gente tem a oportunidade de falar dos 50 anos na Embrapa, uma empresa que contribui para o nosso país todos os dias e que nos ensina muito. E nós, legisladores, quando podemos retribuir aquilo que uma instituição, empresa ou pessoa faz pelo nosso estado, nós estamos também tendo responsabilidade com aqueles que nos colocaram aqui. Porque, afinal, de nada adianta o Legislativo se ele não propuser, mas também se ele não reconhecer. O ser humano tem poucas qualidades, se não tiver gratidão. E eu quero dizer que o povo mineiro é muito grato à Embrapa. Investir na ciência e na tecnologia, nos dias de hoje, talvez seja uma tarefa menos difícil do que no passado, mas nunca fácil.

Mas, há 50 anos, quando falávamos ou quando a Embrapa falava em experimentos, em nova forma de alimentação, em investimento que a indústria poderia fazer em relação àquilo que a Embrapa acreditava, eu acredito que muitos pesquisadores foram tratados como sonhadores, iludidos com aquilo que não seria verdade. Mas hoje estamos aqui para reconhecer que a Embrapa revolucionou o nosso Brasil. Em relação a uma política de um país que ainda tem uma democracia nova, nós discutimos, muitas vezes, assuntos que não têm grande relevância para a população. Às vezes, na rede social ou até mesmo no Parlamento, entramos em choque de discussões daquilo que não diverge para o povo ou converge para o povo. Mas, quando a gente chama a Embrapa para estar aqui, nesta Casa, uma certeza temos: a Embrapa não divide opiniões, a Embrapa une os povos do Brasil, porque contra a ciência, que é eficaz, e contra a Embrapa, que trouxe o progresso, nenhum brasileiro, jamais, há de levantar a sua mão. E é por isso que nós estamos aqui, hoje.

Eu sou filho de Sete Lagoas, o meu pai é de Baldim, e a minha mãe, de Santana de Pirapama, minha mãe já falecida. Os meus pais tiveram uma vida muito próxima do campo, foram criados na roça e, de vez em quando, nas minhas andanças, deputado

Carlos Arantes, chego em algumas reuniões, me deparo com agricultores aprendendo a fazer barraginha e falo: meu Deus, como a Embrapa é incrível.

Outro dia, eu conversava com um moço de uma inteligência enorme, que me falou: "Douglas, eu aprendi a fazer barraginha porque a água desce devagar e, com isso, o lençol freático vai ser mantido e preservado". A Embrapa lhe ensinou isso. Eu estava numa reunião em Jequitibá. Para a gente que tem família que veio da roça e trabalha principalmente em cidades menores, isso é motivo de muito orgulho.

Neste dia agradeço todos os serviços prestados pela Embrapa, toda ciência e tecnologia proposta, mas, acima de tudo, a parceria que a Embrapa faz com o poder público. A gente conversava há pouco com a Selma e falava o quanto a Embrapa tem essa parceria com a indústria, com as empresas e principalmente conosco desta Assembleia ou com todos os políticos. Imaginem o que seria de nós, deputados. se não entendêssemos, ao enviarmos uma emenda parlamentar para uma cidade, a importância dessa emenda na aplicação do campo, seja com uma máquina, seja na compra de sementes, porque a Embrapa nos alertou ou alertou aquele agricultor que poderia produzir muito mais através da ajuda do poder público. Por isso, nós desta Assembleia estamos aprendendo todos os dias com essa empresa, que tem tamanha importância.

Finalizo dizendo que para nós, mineiros, é motivo de muito orgulho, eu de Sete Lagoas, polo de sorgo e milho, e Juiz de Fora, leite, mas também de responsabilidade. O nosso Brasil jamais pode ser dividido, independentemente de lados políticos, quando se fala do avanço da ciência e tecnologia, quando se fala do avanço principalmente no agronegócio ou daqueles que trabalham no experimento daquilo que a gente não sabe se dará certo ou não no futuro, mas por que não tentar? E a Embrapa é para a gente uma certeza que tentar vale a pena. Investir na ciência vale a pena. Minas, com seus 853 municípios, quase 22 milhões de mineiros, é um estado que tem uma peculiaridade diferente. Aqui a maior parte da população está nas menores cidades. Imaginem como seria se não tivéssemos dado a oportunidade de esses municípios produzirem?

Arantes outro dia me falava: "Douglas, antes da Embrapa, não se sabia como alimentar o gado". E hoje nós temos, na região de Sete Lagoas, por exemplo, uma fazenda que se chama True Type, que é uma das maiores produtoras de leite do nosso país, com mais de 25 mil litros por dia, uma geração de emprego imensa, gerando ali não só emprego, mas recolhendo impostos para a prefeitura. Tudo isso é resultado também do trabalho da Embrapa. Essa tecnologia que chegou até lá é muito importante. Por isso nós temos que estar sempre muito atentos àquele político ou a qualquer pessoa que chama para o debate quando se fala de eficiência de uma empresa como a Embrapa. Isso a gente não discute. A gente tem que discutir aqui no Parlamento melhores fontes para a Embrapa poder trabalhar.

Então, nesta data, quero deixar o meu reconhecimento, o meu agradecimento a todos da Embrapa. Vocês são muito importantes para o nosso Estado de Minas Gerais. Vocês são muito importantes para o nosso Brasil. Deputado Carlos Arantes, muito obrigado pela parceria, por trazer sempre a esta Casa as causas da Embrapa. Selma, estenda este cumprimento a todos os colaboradores, a todos os pesquisadores e tenha certeza de que aqui vocês têm parlamentares que sempre estarão ao lado de quem investe na ciência, investe na produção, investe acima de tudo no crescimento do nosso Brasil. Viva a Embrapa! Viva os 50 anos da empresa que mudou o ramo de ciência e tecnologia do nosso Brasil. Que Deus abençoe todos vocês.

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o 1º-secretário da Assembleia, deputado Antonio Carlos Arantes, representando o presidente da Assembleia, deputado Tadeu Martins Leite, e o deputado Douglas Melo farão agora a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem à Sra. Selma Lúcia Lira Beltrão, diretora executiva de pessoas, serviços e finanças da Embrapa, que representa a presidente Silvia Maria Fonseca Silveira Massruhá. Convidamos também, para participar deste momento, o Sr. Frederico Ozanan Machado Durães, chefe-geral da Embrapa Milho e Sorgo. A placa contém os seguintes dizeres: "Criada em 1973, com o nobre propósito de ajudar o Brasil a ser autossuficiente na produção de alimentos, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –

Embrapa – não apenas cumpriu sua missão, mas ultrapassou todas as expectativas da sociedade. Referência internacional em biotecnologia, inovação e sustentabilidade, a instituição expandiu as fronteiras agrícolas nacionais e revolucionou, por meio da ciência, o espaço rural brasileiro, permitindo que nosso país se tornasse um dos principais produtores e exportadores mundiais de alimentos. Referência internacional em biotecnologia, inovação e sustentabilidade, a instituição expandiu as fronteiras agrícolas nacionais e revolucionou, por meio da ciência, o espaço rural brasileiro, permitindo que o nosso país se tornasse um dos principais produtores e exportadores mundiais de alimentos. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais reconhece o protagonismo da Embrapa na transformação do Brasil em grande celeiro da humanidade e rende a essa extraordinária empresa pública, na comemoração do seu cinquentenário, justa homenagem".

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Adilson Ferreira da Mota

Bom dia a todas e a todos. Eu iniciarei cumprimentando o deputado Antonio Carlos Arantes, agradecendo-lhe muito, em nome do Sinpaf, essa homenagem aos 50 anos da Embrapa; o deputado Douglas Melo também e os demais da Mesa. Eu não gostaria de me estender muito nesses cumprimentos – o Cerimonial pediu que eu fosse breve –, então, em nome dos dois deputados, eu saúdo os demais componentes da Mesa, saúdo também as autoridades presentes no auditório, os parlamentares, os senhores e as senhoras.

Eu inicio, após esses cumprimentos, dizendo que a Embrapa, ao longo desses 50 anos – vejam bem: desde 1973 –, contribuiu para o aumento da fronteira agrícola com a incorporação então de novas áreas de plantio de culturas, adaptação de culturas, criações em ambientes diversos. Como exemplo, nós sempre citamos os cerrados, a introdução dos cerrados no sistema de produção brasileiro, neste país imenso, com essa vocação agrícola gigantesca e esses ajustes dos sistemas.

Nós estávamos no gabinete do deputado Antonio Carlos Arantes, e ele vinha contando que, quando ele era mais jovem e morou na roça, uma vaca que pesava 3,5kg era uma boa vaca. Vejam só! Eu sou de origem rural também, e isso também aconteceu na minha vida. E hoje eu vejo vacas produzindo 70, 80 litros em três ordenhas. É um aumento gigantesco! O melhoramento genético animal e vegetal que a Embrapa conduziu para as nossas situações foi maravilhoso! E esse crescimento, então, da produção se deveu aos investimentos públicos e à qualificação técnica dos profissionais que compõem o quadro da Embrapa, tanto pesquisadores, quanto analistas, técnicos e assistentes.

Os quadros da Embrapa são altamente qualificados. O quadro de pesquisadores compete com qualquer equipe do mundo. São muito bem treinados, muitos deles no exterior. Ao longo desses 50 anos, esses empregados então também foram submetidos aos desafios e às dificuldades: redução de orçamento, cortes orçamentários. E trabalhar em pesquisa com pouco investimento é difícil! Trabalhamos muitos anos sem concurso público. Agora, com essa nova gestão, é que se avizinha a possibilidade de um concurso público, a oxigenação das equipes, a renovação do quadro. Isso é muito importante para a Embrapa. E temos alguns pequenos ajustes a fazer para um horizonte próximo, que é a questão de começarmos a trabalhar com terceirização, o que muitas vezes pode comprometer a qualidade da pesquisa, porque os terceirizados não têm o compromisso que os empregados da Embrapa têm com o resultado das suas pesquisas. Nós vamos ter que aprender a fazer isso. E temos também algumas questões da natureza da Embrapa em relação à burocratização das decisões, a verticalização dessas decisões, que nós vamos ter que corrigir.

E o grande desafio para os próximos anos é a questão da fome. Não é possível um país deste tamanho, desta natureza ter fome. E não é questão da fome daquele que está morrendo de fome, é a fome da insegurança alimentar, é a fome daquelas populações mais humildes que se alimentam com pouca proteína. As crianças não comem iogurte, não comem queijo. Elas se acostumam a um modo alimentar de qualidade inferior. Nós temos que trazer essa população para o consumo, investir na melhoria da qualidade alimentar do povo brasileiro, e a Embrapa deve ser usada estrategicamente para atender esse objetivo.

E aí a programação da Embrapa pode ser mais bem distribuída entre a produção de commodities, que é claro que são importantes, porque, com a venda delas para o mercado exterior, melhoramos a balança comercial, e a programação para a agricultura

familiar, que é responsável por 70% da produção de alimentos para o consumo da população. Então priorizar esse combate à fome e à insegurança alimentar é um dos grandes desafios que a Embrapa tem para os próximos 50 anos. Deveremos então estar alinhados para reduzir essa desigualdade alimentar e social urbana e no campo.

Precisamos então valorizar a pesquisa orientada para esse grande interesse público, com a produção e o consumo de alimentos saudáveis, valorizando a agroecologia e a soberania alimentar. Serão as grandes conquistas da Embrapa em um próximo período. Nos próximos anos, a Embrapa será muito importante por contribuir para esse aumento sustentável da produção agrícola com preservação dos recursos naturais, sendo então a Embrapa pública, ou seja, atendendo o interesse do povo; democrática, com decisões colegiadas e horizontais; e inclusiva, para incluir a agricultura familiar na sua programação com mais ênfase.

Eu encerro então dando os parabéns à Embrapa por esse período, 50 anos. Um feliz aniversário, muitas felicidades, muitos anos de vida e muita saúde para os próximos 50 anos. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Selma Lúcia Lira Beltrão

Bom dia a todas e a todos. Quero inicialmente cumprimentar o 1º-secretário da Assembleia Legislativa de Minas e coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, nosso deputado Antonio Carlos Arantes, aqui representando o presidente da Assembleia, deputado Tadeu Martins Leite; o deputado Douglas Melo, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem e filho de Sete Lagoas, onde nós temos a nossa unidade de milho e sorgo; o secretário adjunto de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, João Ricardo Albanez, representando o secretário Thales Almeida Fernandes; o presidente da Fapemig, Prof. Carlos Alberto Arruda de Oliveira; o superintendente de Relacionamento da Faemg-Senar, Francisco Maurício Barbosa Simões; o chefe da Embrapa Milho e Sorgo, Sr. Frederico Durães; a chefe-geral da Embrapa Gado de Leite em Juiz de Fora, Sra. Elizabeth Nogueira; o diretor de Ciência e Tecnologia do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário – Sinpaf –, Adilson Mota; e o superintendente do Ministério da Agricultura, Everton Ferreira, que eu tenho o prazer de rever depois de muitos anos.

Quero também cumprimentar todos os representantes gestores da Embrapa na Região Sudeste. Nós estamos aqui com 8 gestores das 10 unidades que temos na região: a Embrapa Solos, do Rio de Janeiro, com a Lourdes Brefin; a Embrapa Agroindústria de Alimentos, também do Rio de Janeiro, com a Edna; a Embrapa Territorial, com a Lucíola; a Embrapa Pecuária Sudeste, com o Alexandre Berndt; e – quase vou errar aqui, porque já teve outro nome – a Embrapa Agricultura Digital, com o Stanley. Está faltando mais alguém. A Embrapa Instrumentação, também de São Paulo, lá em São Carlos, com o Marconcini. E todos os empregados da Embrapa aqui presentes, que vieram de Sete Lagoas e também de Juiz de Fora.

É com orgulho e com gratidão que recebo, como diretora executiva da Embrapa, esta homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais pelos 50 anos de nossa instituição. Esta solenidade tem um significado especial, porque fecha o ciclo de comemorações dos nossos 50 anos e permite que agora a gente possa seguir por mais 50 anos. Nós, da Embrapa, somos gratos pelas pontes construídas entre a nossa empresa e o setor público de Minas Gerais, onde temos importantes instituições estaduais de pesquisa e de extensão rural. Temos um histórico de parceria com a Emater, também com a Epamig, e com outras tantas instituições que compõem o ecossistema de inovação estadual e que fazem parte do ecossistema estadual de inovação de Minas Gerais.

Parte do sucesso da Embrapa, nesse 50 anos, deve-se à atuação do povo que aqui vive e trabalha, dos gestores públicos e dos parlamentares que têm apoiado a pesquisa agropecuária. Por essa parceria, senhoras e senhores, expresso os nossos agradecimentos com um sincero muito obrigada.

As duas unidades da Embrapa em Minas Gerais – a Embrapa Milho e Sorgo, em Sete Lagoas, e a Embrapa Gado de Leite, em Juiz de Fora, que também têm campos experimentais em Coronel Pacheco e em Santa Mônica – materializam o espírito visionário de líderes que, no início da década de 1970, perceberam que o futuro da agricultura se construiria com equipes multidisciplinares, abordagens sistêmicas e pensamento disruptivo. E os resultados daquela investida estão presentes hoje em todo o País.

A transformação do cerrado no principal polo agropecuário nacional teve contribuição significativa da Embrapa Milho e Sorgo, unidade situada em Sete Lagoas, que desenvolveu cultivares de milho tolerantes à acidez do solo. Hoje a unidade gera tecnologias, produtos e serviços que proporcionam retorno econômico, social e ambiental para o País, especialmente para as cadeias produtivas do milho, do sorgo e do milheto. Atua com sistemas agrícolas integrados e tem contribuído significativamente para a evolução de novos insumos biológicos, a exemplo do BiomaPhos, primeiro inoculante nacional para a mobilização biológica de fósforo, que pode reverter a alta dependência brasileira do mercado internacional de fertilizantes.

A Embrapa Gado de Leite, de Juiz de Fora, é referência em produção animal, nutrição, ambiência e bem-estar para a produção de leite, melhoramento genético, desenvolvimento e manejo de forrageiras para o Brasil e os trópicos, bem como na geração de indicadores econômicos e análise dos mercados do leite nacional e internacional que fundamentam políticas públicas para o setor. Esses são apenas alguns exemplos de resultados das unidades da Embrapa situadas aqui, em Minas Gerais.

Mas nada do que alcançamos teria sido possível sem a atuação em rede com universidades, institutos federais de educação, instituições de pesquisa estaduais, instituições de fomento, parques tecnológicos e a assistência técnica e extensão rural, tampouco sem o engajamento do setor produtivo e dos produtores rurais. E não teríamos alcançado reconhecimento nacional e internacional sem o comprometimento dos cerca de 7.700 trabalhadores e trabalhadoras da empresa, dos quais 600 atuam aqui, no Estado de Minas Gerais.

É necessário ressaltar a importância do apoio dos senhores parlamentares à pesquisa agropecuária realizada no País. A participação ativa do Parlamento é histórica e tem sido fundamental para as instituições federais e estaduais que aqui atuam. Todo esse contexto nos torna ainda mais otimistas quanto a preparar a Embrapa para mais 50 anos.

A Embrapa seguirá inovando e confiante de que encontrará o apoio necessário para contribuir com o Estado de Minas Gerais e com o País. Ao olhar para o passado, é possível perceber o quão visionários foram aqueles que investiram na criação da nossa empresa e como foram importantes as áreas que eles desenvolveram. Muitas dessas áreas ainda eram poucas tradicionais. E hoje percebemos que a nossa responsabilidade é antecipar o futuro e agir agora, no presente. Nem todas as respostas estão dadas, mas as unidades da Embrapa estão na fronteira do conhecimento, e nossos pesquisadores, analistas, técnicos e assistentes atuam para que o Brasil supere rapidamente os principais desafios da agricultura mundial, que são a segurança alimentar, a segurança energética e a segurança climática, bem como gere tecnologias visando à necessidade de uma agricultura cada vez mais sustentável e inclusiva social e ambientalmente. E Estamos sempre atentos para atender às necessidades dos mais de 5 milhões de propriedades rurais do País.

Mais uma vez, muito obrigada. Contem sempre com a Embrapa. Contem sempre com a ciência brasileira. Um bom-dia a todos e a todas. Obrigada.

O locutor – Com a palavra, o deputado Antonio Carlos Arantes, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando o presidente desta Casa, deputado Tadeu Martins Leite.

Palavras do Presidente

Gostaria de cumprimentar esse grande amigo, grande parceiro, deputado estadual Douglas Melo. O Douglas é um deputado feliz, pois, além de ser um grande deputado, é de uma grande cidade, que tem a felicidade de ter a Embrapa, Sete Lagoas. Obrigado, Douglas. É muito bom ser amigo de um parceiro igual a você, que tem seriedade, capacidade e honra muito não só Sete Lagoas mas também o nosso estado e a nossa Embrapa.

Gostaria de cumprimentar também a Exma. Sra. Selma Lúcia Lira Beltrão, diretora executiva de Pessoas, Serviços e Finanças da Embrapa, que está aqui representando a presidente Silvia Maria Fonseca Silveira Massruhá. Gostaria de conhecê-la; inclusive ela é lá da nossa região. Moro em Jacuí e São Sebastião do Paraíso, que é vizinha de Passos, origem dela. Então, a nossa região está contribuindo para o desenvolvimento da ciência no Brasil.

Cumprimento, ainda, Frederico Ozanan Machado Durães, chefe da Embrapa Milho e Sorgo, de Sete Lagoas, esse grande amigo, com quem estou sempre encontrando e com quem sempre estou aprendendo; a Dra. Elisabeth Fernandes, chefe-geral da Embrapa Gado de Leite – é uma satisfação tê-la conosco aqui; o Exmo. Sr. João Ricardo Albanez, secretário adjunto de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, que aqui representa o nosso competente secretário Thales Almeida Pereira. Ele é competente, mas não deu conta do mosquito, gente. Está de cama. A dengue o derrubou.

Cumprimento também o presidente da Fapemig, Prof. Carlos Alberto Arruda de Oliveira. Falo que o governador Zema é um homem muito iluminado por Deus. Acertou em cheio com a presidência da Fapemig. Dr. Carlos é muito bom. É uma pessoa que tem uma capacidade impressionante e vai poder fazer muito pela Fundação de Amparo à Pesquisa – Fapemig – em Minas Gerais. Cumprimento também Francisco Simões, superintendente da Faemg, um grande amigo que está aqui representando o nosso presidente, que teve compromissos e não pôde estar presente. É um grande parceiro nosso e da Embrapa também.

Eu queria cumprimentar, da mesma forma, Adilson Mota, diretor de Ciência e Tecnologia do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário; Everton Ferreira, aqui representando o Ministério da Agricultura; Maurílio, grande amigo, grande parceiro, ex-prefeito e, se Deus quiser, futuro prefeito da nossa Curvelo. Queria cumprimentar todas as lideranças aqui presentes e toda a família Embrapa, que é uma grande família.

Quando falo da Embrapa, lembro-me do Dr. Alysson Paolinelli, pela grande contribuição que ele deu para a construção, para a fundação dessa grande empresa. Ele foi um dos melhores amigos. Sempre fui um seguidor dele, muito próximo dele. Eu e o governador fomos as últimas pessoas que estiveram com ele. Mesmo nas últimas palavras, o assunto Embrapa foi latente. Ele falou do nosso compromisso, da nossa responsabilidade de continuar produzindo e incentivando a produção do mundo; que são sete bilhões de pessoas no mundo e que mais de um bi passa pela nossa produção, pelo nosso produtor, pela nossa Embrapa; que, em 50 anos, poderemos chegar a 10 bilhões e que quem vai ser o país que poderá alimentar esse povo é o Brasil. E a Embrapa é decisiva e fundamental.

Não podemos deixar de falar também do Dr. Eliseu Alves, que é outra pessoa por quem tenho também um carinho especial, pessoa que teve decisão ativa na condução da Embrapa também. E falando de Embrapa, eu preciso voltar, sabe, Douglas, meu amigo? Quando a gente fala dessa ligação, desse amor eterno pela Embrapa – porque é história, não é? –, eu me emociono. Eu sou muito emotivo. Mas, em 1985, como presidente de uma associação de pequenos produtores junto com a Emater e inconformado em ter que vender mais de 20 sacas de milho de 50kg para comprar uma saquinha de 20kg, questionei por que não produzir a nossa semente. Eu provoquei, e ele falou: "Uai, então nós temos que ir à Embrapa, em Sete Lagoas". E eu me lembro como se fosse agora: era um dia de solão quente, e nós estávamos na Embrapa, em Sete Lagoas, com o Nicolau Chaud – alguns de vocês devem se lembrar dele –, Taquinho e outros de quem eu não me lembro o nome, e falamos daquela vontade de fazer uma parceria. E foi, assim, com uma vontade, com uma disposição por parte da Embrapa, que isso me comoveu! E a Embrapa passou a fazer parte da minha comunidade, Douglas, no Jacuí, no Bairro Mato Dentro, onde nasci e fui criado; ainda temos propriedade lá.

E nós passamos a produzir a nossa semente de milho. Era o BR 106, uma variedade que hoje já ficou para trás, quando se pensa em alta tecnologia, em alta produtividade. Mas isso faz 39 anos, quase 40 anos. Para nós foi uma revolução. Nós passamos a ter a nossa semente, economizando para a aquisição daquela semente e aumentando a produtividade. E a Embrapa estava lá permanentemente, e não só para nós, da associação. Dali se espalhou para muitas associações e para muitos municípios. Então a Embrapa marcou o espaço ali.

E aí, de repente: por que não uma parceria com a Embrapa também para ensinar o produtor a produzir e a armazenar milho para o nosso gado de leite? O nosso gado de leite produzia três litros por animal quando a vaca era boa. Cinco, então, era uma excelente vaca, e 10 era impossível naquela região! E aí passou a haver uma parceria com a Embrapa do Mato Grosso do Sul. Falamos muito em confinamento na época, mas aprendemos a cuidar também das vacas, e não só dos bois, que queríamos engordar. E

aí, Dra. Elizabeth, fomos também para a Embrapa de Coronel Pacheco. Levamos os produtores lá dentro da Embrapa, para ver de perto, na prática, que era possível uma vaca produzir 10, 15, 20 litros naquela época. Então foram várias visitas.

E, quando eu falo que a minha vida tem muito a ver com a Embrapa, não é só com a Embrapa, mas com várias outras entidades com que nós tivemos parceria. Mas acabou que a gente se tornou liderança entre os jovens, entre os produtores, a ponto de ser convocado para ser o prefeito da cidade. E aí as nossas parcerias continuaram. Eu até me esqueci de comentar no meu gabinete que uma das primeiras parcerias como prefeito, a primeira, foi com a Embrapa de Colombo, em Curitiba. Eu queria conhecer um projeto, queria buscar uma parceria para preservação ambiental, fazer um projeto bacana de preservação ambiental, de reflorestamento nas nascentes e, com a Embrapa de Colombo, nós criamos aquele convênio. Daí a três anos nós já estávamos recebendo o prêmio internacional no Rio de Janeiro, na ECO-92, como o melhor projeto de preservação de água do Brasil, de preservação ambiental do Brasil. Na época era uma premiação de 500 mil dólares, inclusive, para o município. E hoje está lá o exemplo: Jacuí é um dos municípios que mais tem essa consciência de preservação ambiental.

E tem outra parceria que me esqueci de comentar, que também foi um sucesso, que foi com a Embrapa de Pelotas e Bento Gonçalves. Fui para lá também. Peguei uns amigos que gostavam da área de fruticultura, que ainda não tinham muita experiência, mas gostavam, e montamos um projeto. Esse projeto hoje, naquela região nossa, gera mais de 800 empregos no campo, produzindo frutas, e conta com uma agroindústria com quase 200 trabalhadores, que não só beneficia toda aquela região com a fruta, mas também presta serviço para grandes empresas. Eles só mandam o rótulo, a produção mesmo é de Jacuí, de São Sebastião do Paraíso, de Pratápolis.

Então a Embrapa faz parte da nossa história. Se eu me elegi prefeito na época e acabei crescendo, foi porque o pessoal estava entendendo que a gente poderia ter mais força para desenvolver o município. E se eu me elegi deputado, foi em função de uma gestão exitosa em que a Embrapa teve papel fundamental, junto com a Emater, junto com o IMA, ou seja, eu falo que estou deputado, mas sou é da roça mesmo, sou produtor rural. Por isso esse amor eterno pela Embrapa, esse carinho.

Eu falo que a vida da gente como político, quando se dedica, com o Douglas não é diferente, também é cansativa, não é, Douglas? Sábado, domingo, feriado para a gente é dia de estarmos no interior, correndo. Mas a gente vê coisas também que nos fazem muito bem, que alivia o estresse, como a família e a fé – eu tenho muita fé em Deus –, e lê, porque eu gosto muito de ler. E leio reportagens exitosas. Aqui está a Embrapa nossa, da Cidade de São Carlos. Principalmente na Europa, dizem que o boi brasileiro contamina o nosso ar, contamina o meio ambiente, mas nós podemos falar: "Não, senhor; o boi brasileiro, a Embrapa…" Quando se fala em Embrapa, todo mundo respeita, não é? Em São Carlos foi feita uma pesquisa que fala que o boi brasileiro sequestra mais carbono que emite gases tóxicos, o metano. E isso é pesquisa, não sou eu que estou falando! "Ah, o Brasil produz quase 300 milhões de toneladas, mais de 250 milhões de toneladas de grãos, mas degrada o ambiente". Através da Embrapa, nós podemos falar que não. A Embrapa mostrou que não. A nossa área ocupada hoje representa ainda pouco mais de 10%. O restante ainda está preservado. E nós podemos dobrar a nossa produção porque nós temos tecnologia Embrapa, sem ter que cortar novas árvores. Eles têm a Embrapa!

É por isso essa paixão. É por isso que, para toda a família Embrapa, ou seja, para vocês, eu tiro o chapéu. Eu tiro mesmo! E podem ter certeza de que vou continuar tirando até os últimos dias da minha vida. A Embrapa, para nós, é esperança; a Embrapa, para nós, é combater a coisa mais triste que há no ser humano: fome. Isto é a Embrapa: levar mais comida para as pessoas não só em quantidade mas também em proteína e, como foi dito aqui, em qualidade. A Embrapa, para nós, é isso.

Então, gente, já estou indo para o sexto mandato e posso dizer a vocês que nós tivemos muitas homenagens bacanas aqui que nos deixaram felizes, muito mesmo. Mas esta aqui, Douglas! Compartilhar com você este momento, para mim, é algo muito rico. Estamos muito felizes por isso e, se Deus quiser, faremos muito mais ainda.

Finalizando, depois dessas colocações… Deus me deu o dom de gostar de ler. O meu avô era uma pessoa da roça e não tinha muita formação, mas era danado, porque tinha uma máquina inglesa e era agrimensor. Ele não passou por faculdade, não, sabe,

gente? Eu gostava de medir terra com ele. Quando íamos medir terra, conversávamos com pessoas que tinham mais conhecimento do que nós, que estavam melhor do que nós. E aí o meu avô assinou uma revista rural, na época, de agropecuária, e virei leitor assíduo dela. Depois até eu mesmo comprava essa revista. No dia em que eu li sobre o plantio direto na palha ali na região do Norte do Paraná, fiquei apaixonado pelo tal do plantio direto. Que coisa maravilhosa é o plantio direto! Mas, de repente, comecei a ficar muito triste também porque as reportagens diziam que um plantio direto só dava certo para a Região Sul, porque havia bastante chuva no inverno e formava ali o tal do balseirão, formava a massa. Sem a massa, não era possível fazer o plantio direto.

Mas está evoluído o tempo, não é? Com a passagem dos tempos, começamos a ver que a Embrapa já estava com outra concepção: "Não. É possível produzir isso direto no cerrado". E ela transformou este país, transformou o Brasil, porque é o pilar que o sustentou nos momentos mais difíceis da pandemia e em qualquer outro momento. O pilar que aguenta este país em pé é o agro. E, graças ao plantio direto na palha, porque, além de ser econômico, ele é extremamente social e extremamente ambiental. A sustentabilidade passa pelo plantio direto. Mas, se não fosse pouco – e já não era muito, já era demais –, nós achávamos o que mais? Aí, veio o ABC, que é a agricultura de baixo carbono, em que você pode produzir grãos e, ao mesmo tempo, pastagem, floresta e preservação ambiental. Eu falo que tenho de minha propriedade uma área que… Olha, a cada 50m, eu tenho duas carreiras de eucalipto. Então vejo na prática. Nas altas temperaturas, o gado passa o dia todo na sombra e vai ficando naquela região; e o sol vai virando. Quer dizer, essa é a Embrapa!

Gente, que Deus abençoe a nossa Embrapa e o nosso presidente. Na fala dele também, ele disse que a pesquisa é a fonte da inovação, é o motor do desenvolvimento. O maior exemplo disso é a trajetória da Embrapa ao longo desses seus 50 anos de contribuição para o crescimento do nosso país. A longevidade da empresa é fruto do seu dom de fazer valer a experiência acumulada, enquanto enfrenta os desafios contemporâneos e refina sua capacidade para antecipar tendências, criar possibilidades e abrir caminhos inovadores.

A segurança alimentar e a soberania alimentar que o Brasil tem hoje não seriam possíveis sem todo esse trabalho da Embrapa. É também graças à Embrapa que o setor agropecuário nacional, cada vez mais, vem aumentando suas exportações, gerando emprego e renda e se destacando com vantagens competitivas no cenário global. Uma das marcas da empresa é a sua impressionante capacidade de, com pouco, fazer muito. Tanto é assim que, com sua equipe bastante enxuta, consegue alcançar resultados realmente notáveis, inclusive o efeito poupa-terra, que é fazer com que, em um mesmo terreno, em um mesmo espaço, o produtor tenha um rendimento ainda muito maior. Produtividade, não é, gente?

Em Minas Gerais, temos a Embrapa Milho e Sorgo, em Sete Lagoas; e a Embrapa Gado de Leite, em Juiz de Fora. As duas unidades contam com laboratórios e equipamentos de ponta, oferecem uma extensa gama de cursos e publicações e são de grande efetividade na transferência de tecnologia. Sendo assim, não é por mera coincidência que, no acumulado desses 50 anos, Minas Gerais ocupa, no cenário nacional, o 2º lugar na produção de sorgo e feijão; e o 1º na produção de leite e café.

Na Assembleia de Minas, as pautas de interesse do setor agropecuário são tratadas com empenho e dedicação e estão sempre na ordem do dia, tanto no Plenário quanto nas comissões parlamentares. O Parlamento mineiro reconhece a inestimável contribuição que a Embrapa, ao longo deste seu primeiro meio século de existência, tem prestado ao desenvolvimento de Minas e do Brasil. E do mundo, não é, gente? Não é só no Brasil, não!

Por todos esses motivos, é com grande satisfação que, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, homenageamos, nesta solenidade, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, pelos seu cinquentenário. Manifestamos, nesta ocasião festiva, nossos votos do mais pleno sucesso aos dirigentes e colaboradores dessa empresa, no desempenho dessa sua valiosa missão – e que missão, não é, gente? – que tantos benefícios traz para toda a sociedade.

Muito obrigado a todos. Que Deus proteja a nossa Embrapa e proteja cada membro desta família Embrapa! Muito obrigado a todos.

O locutor – Após o encerramento da reunião, assistiremos à apresentação artística dos músicos Léo Guto, Marcus Kupertino, Samuel Oliveira e Gregory Yohan, que vão apresentar as seguintes canções: *Leve, História, Tá tudo bem*, todas as músicas são de autoria do músico e compositor Léo Guto.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 26, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 14/12/2023

Às 10h4min, comparecem à reunião a deputada Ana Paula Siqueira (substituindo a deputada Bella Gonçalves, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Tito Torres, Enes Cândido (substituindo a deputada Ione Pinheiro, por indicação da liderança do BMF) e o deputado João Magalhães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a presença da deputada Bella Gonçalves. A presidência suspende os trabalhos por tempo indeterminado. Às 12h18, são reabertos os trabalhos com a presença da deputada Bella Gonçalves e dos deputados Tito Torres, Gustavo Santana e Enes Cândido (substituindo a deputada Ione Pinheiro, por indicação da liderança do BMF). Está presente também a deputada Ana Paula Siqueira. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Durante a discussão, foi recebida a Proposta de Emenda nº 1, da deputada Bella Gonçalves, ao Projeto de Lei nº 96/2019. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 96/2019 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada em Plenário (relator: deputado Gustavo Santana), sendo rejeitada a Proposta de Emenda nº 1; e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 387/2023, com parecer pela rejeição das Emendas nºs 1 a 9, apresentadas em Plenário, no 1º turno (relator: deputado Gustavo Santana). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2023.

Tito Torres, presidente – Bella Gonçalves – Mauro Tramonte.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 20/2/2024

Às 14h15min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os requerimentos constantes nesta fase da reunião deixam de ser submetidos a votação por já terem sido aprovados em reunião anterior, com exceção do Requerimento nº 5.332/2023, o qual, submetido a votação, é aprovado. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a

votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.140/2024, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a 2° Região de Polícia Militar pela comemoração do seu 25°aniversário;

nº 7.168/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja concedida a recomposição salarial dos servidores dos órgãos de segurança pública do Estado, haja vista já haver uma defasagem remuneratória da ordem de 41,6% na área; o governador já ter assumido compromisso sobre tal recomposição, contudo ainda não cumprido; já terem sido realizadas várias reuniões e audiência públicas sobre o assunto, inclusive com a participação de secretários de Estado, contudo sem resposta, negando a esses servidores o direito de terem seus salários devidamente corrigidos pela inflação, consoante previsão constitucional.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente – Bruno Engler.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO Nº 5/2023 NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/2/2024

Às 16h10min, comparecem à reunião os deputados Dr. Maurício, Charles Santos, Doutor Jean Freire, Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues (substituindo a deputada Delegada Sheila, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado João Magalhães. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Dr. Maurício, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa, e que a reunião se destina a eleger presidente e vice-presidente. Registram-se as candidaturas dos deputados Doutor Jean Freire e Charles Santos para presidente e Ulysses Gomes e Dr. Maurício para vice-presidente. Submetidas as candidaturas a votação, cada uma por sua vez, é eleito o deputado Doutor Jean Freire para presidente e Ulysses Gomes para vice-presidente. O presidente *ad hoc* declara empossado o presidente eleito a quem passa a direção dos trabalhos. O presidente eleito empossa o vice-presidente eleito. O presidente eleito, deputado Doutor Jean Freire, designa como relatora da matéria a deputada Delegada Sheila.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2024.

Doutor Jean Freire, presidente – Delegada Sheila – Leleco Pimentel.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO Nº 3/2023, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/2/2024

Às 16h25min, comparecem à reunião os deputados Thiago Cota, Marquinho Lemos, Dr. Maurício (substituindo o deputado Gil Pereira, por indicação da liderança do BMF) e João Magalhães (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc* deputado Marquinho Lemos declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nessa sessão legislativa e que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registra-se a candidatura do deputado Thiago Cota para presidente. Submetida a candidatura à votação, é eleito o deputado Thiago Cota para presidente. O presidente *ad hoc* declara empossado o presidente eleito, para quem passa a direção dos trabalhos. O presidente eleito avoca a relatoria da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2024.

Thiago Cota, presidente – João Magalhães – Carlos Henrique.

ORDENS DO DIA

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 27/2/2024, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Discussão, em turno único, do Veto nº 3/2023 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.464, que isenta de pagamento de pedágio nas vias públicas estaduais, nos termos que especifica e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A comissão especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto nº 4/2023 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.465, que dispõe sobre a proteção do consumidor, especialmente idoso, analfabeto, doente ou aquele em estado de vulnerabilidade, contra publicidade, oferta e contratação abusivas de produto, serviço ou crédito bancário. (Faixa constitucional.) A comissão especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto nº 5/2023 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.494, que acrescenta artigo à Lei nº 21.733, de 29 de julho de 2015, que estabelece as diretrizes e os objetivos da política estadual de segurança pública. (Faixa constitucional.) A comissão especial opina pela rejeição do veto.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 09H30MIN DO DIA 27/2/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.038/2023, do deputado Professor Cleiton.

No 1º turno: Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2023, da deputada Bella Gonçalves e outros; Projetos de Lei nºs 1.296/2023, do deputado Eduardo Azevedo; 62/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; 774/2019, do deputado Sargento Rodrigues;

2.797/2021, do deputado Tito Torres; 3.559/2022, do deputado Celinho Sintrocel; 3.570/2022, da deputada Beatriz Cerqueira; 3.600/2022, do deputado Professor Cleiton; 3.918/2022, da deputada Leninha; 3.992/2022, do deputado Elismar Prado; 4.053/2022, do deputado Sargento Rodrigues; 24 e 121/2023, do deputado Doutor Jean Freire; 585/2023, das deputadas Ione Pinheiro e Delegada Sheila; 641/2023, do deputado Rodrigo Lopes; 730/2023, da deputada Ana Paula Siqueira; 737/2023, do deputado Cassio Soares; 862/2023, do deputado Sargento Rodrigues; 935/2023, do deputado Ricardo Campos; 972/2023, da deputada Chiara Biondini; 1.169/2023, da deputada Lohanna; 1.208/2023, do deputado Leleco Pimentel; 1.278/2023, da deputada Nayara Rocha; 1.236/2023, da deputada Leninha; 1.351 e 1.352/2023, do deputado Rodrigo Lopes; 1.370/2023, do deputado Coronel Henrique; 1.449/2023, da deputada Beatriz Cerqueira; 1.517/2023, do deputado Douglas Melo; 1.688/2023, do deputado Eduardo Azevedo; 1.717/2023, do deputado Celinho Sintrocel; e 1.903/2023, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.085/2021, do deputado Tito Torres; 3.436/2021, do deputado Mauro Tramonte; 3.947/2022, do deputado Fábio Avelar; 575/2023, do deputado Doorgal Andrada; 648/2023, do deputado Celinho Sintrocel; 704/2023, do deputado Sargento Rodrigues; 841/2023, do deputado Duarte Bechir; 1.011/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes; 1.095/2023, do deputado Duarte Bechir; 1.118/2023, do deputado Doutor Paulo; 1.220/2023, do deputado Tito Torres; 1.229/2023, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.363/2023, do deputado Gil Pereira; 1.389/2023, do deputado Elismar Prado; 1.491/2023, do deputado Zé Laviola; 1.602/2023, da deputada Andréia de Jesus; 1.687/2023, da deputada Leninha; 1.689/2023, do deputado Elismar Prado; 1.698 e 1.699/2023, da deputada Andréia de Jesus; 1.737/2023, do deputado Celinho Sintrocel; 1.738/2023, do deputado Doutor Jean Freire; 1.756/2023, do deputado Gil Pereira; 1.763/2023, do deputado Tito Torres; 1.780/2023, do deputado Doutor Jean Freire; 1.793 e 1.795/2023, do deputado Caporezzo; e 1.807/2023, do deputado Professor Cleiton.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 27/2/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.487/2021, do deputado Sargento Rodrigues.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 924/2023, do deputado Caporezzo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 5.546/2024, do deputado Eduardo Azevedo; 5.602/2024, da Comissão de Direitos Humanos; 5.700/2024, do deputado Raul Belém; e 5.718/2024, do deputado Delegado Christiano Xavier.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/2/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater um novo método de educação e reinserção social nos presídios, em especial para aqueles condenados por uso e tráfico de drogas, e a transformação de um centro socioeducativo recém-construído em Alfenas em unidade prisional feminina, considerando-se que há cerca de 50% de ociosidade de vagas no Estado para adolescentes em conflito com a lei e, por outro lado, superlotação nas unidades prisionais femininas.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 27/2/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 68/2023, do deputado Grego da Fundação.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 5.663/2024, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 27/2/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 365/2023, da deputada Leninha.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/2/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a saída temporária de detentos dos estabelecimentos prisionais, prevista no art. 122 da Lei Federal nº 7.210, de 1984, a Lei de Execução Penal.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 27/2/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 27/2/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.290/2015, do deputado Doutor Wilson Batista; e 1.129/2023, do deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.078/2022, do deputado Gustavo Valadares; 198/2023, do deputado Tito Torres; e 785/2023, do deputado Raul Belém.

Requerimentos nºs 5.631 a 5.633, 5.635, 5.638, 5.639, 5.642 e 5.645/2024, da Comissão de Participação Popular; e 5.654/2024, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 27/2/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 631/2023, do deputado Grego da Fundação; 1.200/2023, do deputado Professor Wendel Mesquita; e 1.377/2023, da deputada Maria Clara Marra.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco a deputada Lud Falcão e os deputados Doutor Wilson Batista, Doutor Paulo e Lucas Lasmar, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/2/2024, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater com a direção do Hospital São Lucas de Belo Horizonte, ligado à Santa Casa de Belo Horizonte, a destituição do diretor clínico e do vice-diretor dessa entidade pela referida instituição.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2024.

Arlen Santiago, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Coronel Sandro e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/2/2024, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater, com a presença do Cel. PM Carlos Frederico Otoni Garcia, chefe do Gabinete Militar do governador do Estado, os fatos ocorridos no dia 8/2/2024, em que servidores da segurança pública foram impedidos de exercer o direito legítimo de se reunirem pacificamente, sem armas, na Cidade Administrativa, em manifestação pacífica e previamente noticiada.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Coronel Sandro e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/2/2024, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 2.487/2021, do deputado Sargento Rodrigues; de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 924/2023, do deputado Caporezzo; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 5.546/2024, do deputado Eduardo Azevedo, 5.602/2024, da Comissão de Direitos Humanos, 5.700/2024, do deputado Raul Belém, e 5.718/2024, do deputado Delegado Christiano Xavier; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Bella Gonçalves e os deputados Betão, Bruno Engler e Caporezzo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/2/2024, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, debater a luta do direito humano à saúde pela

perspectiva do Movimento de Conscientização Família UAI-MG e do Movimento em Defesa dos Direitos da Pessoa com Esclerose Lateral Amiotrófica – Movela – e, na oportunidade, entregar o diploma referente ao voto de congratulações formulado a esses movimentos.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.472/2023

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do deputado Grego da Fundação, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Sociedade Paulacandidense de Proteção aos Animais, com sede no Município de Paula Cândido.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.472/2023 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Sociedade Paulacandidense de Proteção aos Animais, com sede no Município de Paula Cândido.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, criar e manter abrigos para cães e gatos, além de espaços para o tratamento de animais em situação de abandono, mutilados ou doentes; estimular a adoção desses animais; prestar assistência veterinária e oferecer serviços de controle da população animal urbana por meio de campanhas de castração.

Tendo em vista os propósitos da associação em prol da defesa e da proteção dos animais, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.472/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2024.

Bella Gonçalves, relatora.

PARECER SOBRE O VETO Nº 3/2023, REFERENTE À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.464

Comissão Especial

Relatório

O governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, VIII, combinado com o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto parcial à Proposição de Lei nº 25.464, que "isenta de pagamento de pedágio nas vias públicas estaduais nos termos que especifica e dá outras providências".

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 86/2023, publicada no *Diário do Legislativo* de 14/12/2023.

Constituída esta comissão, nos termos do art. 222, combinado com o art. 111, II, do Regimento Interno, compete-nos examinar o veto e sobre ele emitir parecer.

Fundamentação

O governador do Estado, por meio da Mensagem nº 86/2023, encaminhou a esta Casa as razões do veto parcial oposto à Proposição de Lei nº 25.464, que isenta de pagamento de pedágio nas vias públicas estaduais nos termos que especifica e dá outras providências.

Conforme a mensagem, os órgãos afetos ao objeto da proposição, entre os quais a a Secretaria de Estado de Governo – Segov – e a Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra –, manifestaram-se favoravelmente ao veto aos arts. 1º, 2º e 3º da proposição.

Em síntese, o governador alega em suas razões que a isenção do pagamento de nova cobrança de pedágio, nas vias públicas estaduais, de veículo que, tarifado a partir das 5 horas, retorne à mesma praça de pedágio até as 22 horas do mesmo dia, "configura decisão administrativa, sendo ato de gestão que, evidentemente, envolve juízo de oportunidade e conveniência do Poder Executivo, sob pena de ficar desfigurada a sua própria natureza constitucional de Poder ao qual incumbe a função precípua de administrar".

Destaca ainda que a medida "interferirá na liberdade contratual dos contratos de concessão ao acrescentar elemento que provocará distúrbio na equação econômico-financeira e condicionará os termos da licitação", o que "torna os processos de concessão de rodovias estaduais menos atrativos, com risco de redução de potenciais interessados". Diante disso, conclui que a proposição interfere na atuação administrativa privativa do Executivo, "o que se revela inoportuno à atividade de gestão dos interesses públicos e uma violação ao princípio da harmonia entre os Poderes e da reserva de administração".

Não há o que opor aos argumentos trazidos pelo Poder Executivo. Embora a proposição vetada preveja, em seu art. 6º, que o disposto na lei não se aplica aos contratos de concessão firmados até a data de sua publicação – o que não violaria o princípio do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos em curso – trata-se de matéria e cunho eminentemente administrativo. Além do mais, na medida em que possui o condão de reduzir as receitas relacionadas à manutenção e conservação da infraestrutura rodoviária, a matéria vetada acaba por interferir na consecução dos objetivos da política estadual de transportes, reduzindo, em médio e longo prazos, a qualidade da malha rodoviária do Estado.

Dessa forma, em vista do princípio da independência e harmonia dos Poderes, vislumbra-se a razoabilidade do acolhimento, por este Parlamento, do veto parcial encaminhado pelo chefe do Poder Executivo.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela manutenção do Veto Parcial nº 3/2023, referente à Proposição de Lei nº 25.464.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2024.

Thiago Cota, presidente e relator – Carlos Henrique – João Magalhães – Marquinho Lemos (voto contrário)

PARECER SOBRE O VETO Nº 4/2023, REFERENTE À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.465

Comissão Especial

Relatório

O governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, VIII, combinado com o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto parcial à Proposição de Lei nº 25.465, que dispõe sobre a proteção do consumidor, especialmente o idoso, analfabeto, doente ou aquele em estado de vulnerabilidade, contra publicidade, oferta e contratação abusivas de produto, serviço ou crédito bancário.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 87/2023, publicada no *Diário do Legislativo* de 14/12/2023.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão Especial para receber parecer, nos termos do art. 111, I, "b", combinado com o art. 222, do Regimento Interno.

Fundamentação

O governador do Estado vetou parcialmente a Proposição de Lei nº 25.465, que dispõe sobre a proteção do consumidor, especialmente o idoso, analfabeto, doente ou aquele em estado de vulnerabilidade, contra publicidade, oferta e contratação abusivas de produto, serviço ou crédito bancário, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público.

Vetou o § 4º do art. 5º sob alegação de inobservância do princípio da razoabilidade, por suposta violação ao princípio da livre concorrência, notadamente por conferir tratamento não isonômico às instituições bancárias físicas e digitais, uma vez que apenas aquelas poderiam oferecer o serviço nas condições definidas na disposição, segundo a qual "o saque vinculado ao limite do cartão de crédito somente será realizado em terminal eletrônico em agência da instituição financeira, após o desbloqueio do cartão e mediante senha".

Vetou, ainda, o art. 6º, que previa que "a disponibilização de qualquer quantia na conta do consumidor sem o requerimento expresso e o seu devido consentimento será caracterizada como amostra grátis, devendo a quantia ser revertida ao beneficiário, nos termos do parágrafo único do art. 39 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990". Alegou-se, para tanto, contrariedade à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – STJ – e do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG – que não admitiria o entendimento de que recursos financeiros depositados na conta do consumidor, mesmo que sem consentimento desse, sejam considerados "amostra grátis", conforme o parágrafo único do art. 39 da Lei Federal nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), por caracterização de enriquecimento sem causa, vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Vetou, enfim, os §§ 2º e 3º do art. 7º, que pretendiam determinar regras para entidade pública de previdência social em caso de infração à lei em negócio operacionalizado por essa. Alegou-se, então, vício de iniciativa, considerando que a matéria seria reservada ao chefe do Poder Executivo, especialmente nos termos do inciso III do art. 66 da Constituição do Estado. Ressaltou-se, outrossim, que a consignação em folha de pagamento não se confunde com a relação jurídica contratual estabelecida entre o servidor consignado e a entidade privada consignatária, conforme a Lei nº 19.490, de 2011. Ademais, ponderou que as medidas previstas acarretariam impactos financeiros ao Estado.

De fato, as razões trazidas pelo chefe do Executivo para justificar o veto parcial têm fundamento e não há o que opor frente aos argumentos apresentados. Em relação ao veto ao § 4º do art. 5º, consideramos que, realmente, a norma viola o princípio da isonomia. Quanto ao veto do art. 6º, a jurisprudência majoritária não admite que os recursos financeiros depositados na conta do consumidor, mesmo que sem consentimento desse, sejam considerados "amostra grátis", motivo que macula a constitucionalidade da matéria. Ainda em relação ao veto dos §§ 2º e 3º do art. 7º, efetivamente, a matéria seria de iniciativa do chefe do Poder Executivo.

Ante o exposto, entendemos que o veto parcial ora em análise merece a manutenção desta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela manutenção do Veto nº 4/2023 à Proposição de Lei nº 25.465.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2024.

Grego da Fundação, presidente – Zé Guilherme, relator – João Magalhães – Sargento Rodrigues (voto contrário) – Professor Cleiton (voto contrário).

PARECER SOBRE O VETO Nº 5/2023, REFERENTE À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.494

Comissão Especial

Relatório

O governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, VIII, combinado com o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto parcial à Proposição de Lei nº 25.494, que acrescenta artigos à Lei nº 21.733, de 29/7/2015, que estabelece as diretrizes e os objetivos da política estadual de segurança pública.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 92/2023, publicada no *Diário do Legislativo* de 14/12/2023.

Constituída esta comissão, nos termos do art. 222, combinado com o art. 111, II, do Regimento Interno, compete-nos examinar o veto e sobre ele emitir parecer.

Fundamentação

O governador do Estado, por meio da Mensagem nº 92/2023, encaminhou a esta Casa as razões do veto parcial oposto à Proposição de Lei nº 25.494, que acrescenta artigos à Lei nº 21.733, de 2015, que estabelece as diretrizes e os objetivos da política estadual de segurança pública.

Conforme a mensagem, os órgãos afetos ao objeto da proposição, entre os quais a Secretaria de Estado de Governo – Segov –, a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, manifestaram-se favoravelmente ao veto ao inciso III do art. 2º-A e ao art. 2º-B da Lei nº 21.733, de 2015, acrescidos pelo art. 1º da proposição.

Em síntese, o governador alega em suas razões que o fundamento para o veto ao inciso III do art. 2º-A foi a contrariedade ao interesse público, com a justificativa de que "a superioridade numérica não representa, necessariamente, uma vantagem tática, sendo essencial que se analise a realidade do caso concreto para estabelecer o nível adequado para resolução da demanda vivenciada, objetivando a preservação da ordem pública", e, ainda, que "o emprego do efetivo na implementação da política estadual de segurança pública deve ser viável e operacional, respeitadas as singularidades das demandas de cada comunidade e as circunstâncias do caso concreto". Por sua vez, o veto ao art. 2º-B teve por fundamento sua inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público. Entre os motivos expostos estão a limitação da autonomia dos órgãos e ser a matéria de iniciativa privativa do governador do Estado.

No tocante aos fundamentos do veto ao inciso III do art. 2º-A da Lei nº 21.733, de 2015, acrescido pelo art. 1º da proposição (contrariedade ao interesse público), entende-se que esse dispositivo, nos termos de sua redação, não representa, a princípio, um engessamento à análise de casos concretos por parte dos órgãos estaduais de segurança pública, com prejuízos a preservação da ordem pública, conforme o argumento apresentado. Nesse sentido, compreende-se que o dispositivo não restringe a avaliação operacional de competência desses órgãos, sendo ela possível, viável e até fundamental. Seu objetivo é resguardar a integridade física dos policiais, maximizar a efetividade e eficácia das ações e reduzir os riscos inerentes à profissão.

Acerca desse ponto, inclusive, vale destacar que a supremacia de forças é princípio basilar que norteia a atividade das forças de segurança pública, e o dispositivo vetado busca justamente o seu resguardo com "o emprego de efetivo que garanta a superioridade numérica e estratégica" nas ações policiais. Nesse cenário é importante exemplificar algumas situações onde a ausência

do princípio supramencionado não só elevou sobremaneira o risco à integridade física e à vida do policial, mas dificultou a garantia da segurança à população pretendida pela política pública. São exemplos a ocorrência no Município de Ipatinga, em 11/2/2023, em que um indivíduo agrediu o sargento da PMMG Macirlei de Oliveira Carvalho após abordagem, bem como outra no Município de São João das Missões, em 10/12/2023, na qual um grupo de mais de 40 pessoas tentou agredir dois policiais militares que atendiam a ocorrência e que precisaram recuar para uma mata próxima a fim de resguardar sua integridade física. Em alguns casos o apoio de populares aos policiais foi fundamental para a contenção do criminoso.

O caso mais grave ocorreu em Belo Horizonte, no dia 5/1/2024, tendo como vítima o sargento da PMMG Roger Dias da Cunha, baleado por um criminoso que usufruía do benefício da saída temporária, previsto na Lei de Execuções Penais, mesmo a concessão tendo sido deferida com o parecer contrário do Ministério Público do Estado.

Somam-se a esses casos as várias denúncias sobre escalas de trabalho de policiamento unitário a que são submetidos policiais militares de várias partes do Estado.

No que diz respeito aos fundamentos do veto ao art. 2º-B da Lei nº 21.733, de 2015, também acrescido pelo art. 1º da proposição (contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade), compreende-se que o dispositivo supramencionado tem por objetivo fomentar a integração das ações dos órgãos estaduais de segurança pública e desse modo fortalecer a própria política estadual nessa temática. A implantação, alteração ou supressão de unidade sem a observância do seu impacto nos demais órgãos do sistema pode repercutir negativamente para a política de segurança pública como um todo, com prejuízos mais significativos para a região onde a mudança será realizada. Assim, embora se possa considerar a observação sobre a limitação, em tese, da autonomia do órgão, sobretudo quando se avança sobre a "tomada de decisão" no contexto da implantação, alteração ou supressão de unidade, deve-se considerar o fato de que no mesmo dispositivo existe a expressão "quando possível", a qual resguarda o respeito à mencionada autonomia. Vale ressaltar, ainda, que tal dispositivo pretende evitar a adoção de medidas apartadas por parte de quaisquer das forças policiais, com foco na implantação, alteração ou supressão de unidade, as quais possam impactar negativamente no bom funcionamento de outro órgão, com prejuízo à sintonia e harmonia sistêmicas, tão caras à própria política em questão. No mesmo sentido, visou ser observada na implantação de unidade a disponibilização dos necessários recursos humanos e materiais, evitando-se a expansão numérica de unidades sem as condições mínimas para a prestação dos serviços com a devida qualidade à população.

Em se tratando do fundamento acerca de possível inconstitucionalidade, entende-se que a previsão de diretrizes para a criação ou modificação de unidade vinculada aos órgãos não invade iniciativa do governador, restrita à criação ou estruturação de órgão, ainda que tais diretrizes previstas em lei ordinária possam ser alteradas no intuito da criação de novos órgãos.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Veto nº 5/2023, referente à Proposição de Lei nº 25.494.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2024.

Doutor Jean Freire, presidente – Delegada Sheila, relatora – Leleco Pimentel.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de pesar com a comunidade escolar do estabelecimento de ensino profissional Dom Bosco, em razão do ataque à instituição, no último dia 10 de outubro, que vitimou um dos estudantes e feriu outros dois jovens, causando profunda comoção social (Requerimento nº 4.194/2023, da Comissão de Direitos Humanos);

de pesar pelo falecimento de Dom Mauro Morelli (Requerimento nº 4.198/2023, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com a Divine Académie Française des Arts Lettres et Culture pela designação da Sra. Lilian Neves, mineira de Belo Horizonte, para membro de honra dessa academia, em cerimônia solene no 28º aniversário da entidade, em dia 21 de outubro, na cidade de Paris, França, no Palácio George V (Requerimento nº 4.223/2023, do deputado Leleco Pimentel);

de congratulações com a Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação pela comemoração dos 10 anos de atuação em Minas Gerais (Requerimento nº 4.273/2023, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia);

de congratulações com a Associação de Produtores de Queijo Canastra – Aprocan – pelo apoio incondicional ao Espaço do Turismo e Gastronomia, cedido na Expocachaça 2023 para divulgação dos produtos e destinos turísticos do Estado (Requerimento nº 4.275/2023, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia);

de congratulações com o Grupo Ferrero Rocher pelos 25 anos dessa empresa em Minas Gerais (Requerimento nº 4.278/2023, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia);

de congratulações com a empresa Zara Café pelo apoio incondicional ao Espaço do Turismo e Gastronomia, cedido na Expocachaça 2023 para divulgação dos produtos e destinos turísticos do Estado. (Requerimento nº 4.279/2023, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia);

de congratulações com a equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – que desenvolveu a vacina Calixcoca, para uso no tratamento da dependência em cocaína e *crack*, pela conquista do Prêmio Euro Inovação na Saúde, na categoria "Destaque", recebendo votos de médicos de 17 países e superando 11 finalistas (Requerimento nº 4.326/2023, da deputada Andréia de Jesus);

de congratulações com a Petrobras pelos 70 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.340/2023, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com Frederico Duarte Garcia pelo trabalho relevante e inovador de pesquisa e desenvolvimento da vacina terapêutica Calixcoca, para o tratamento da dependência de cocaína e *crack*, bem como pela conquista do reconhecimento da vacina como iniciativa de destaque na segunda edição do prêmio Euro Inovação na Saúde (Requerimento nº 4.357/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Fernando Marcos dos Reis pelo apoio ao trabalho relevante e inovador de pesquisa e desenvolvimento da vacina terapêutica Calixcoca, para o tratamento da dependência de cocaína e *crack*, bem como pela conquista do reconhecimento da vacina como iniciativa de destaque na segunda edição do prêmio Euro Inovação na Saúde (Requerimento nº 4.359/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Sandra Regina Goulart Almeida pelo apoio ao trabalho relevante e inovador de pesquisa e desenvolvimento da vacina terapêutica Calixcoca, para o tratamento da dependência de cocaína e *crack*, bem como pela conquista do reconhecimento da vacina como iniciativa de destaque na segunda edição do prêmio Euro Inovação na Saúde (Requerimento nº 4.360/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Karine Dias dos Reis pelo trabalho relevante e inovador de pesquisa e desenvolvimento da vacina terapêutica Calixcoca, para o tratamento da dependência de cocaína e *crack*, bem como pela conquista do reconhecimento da vacina como iniciativa de destaque na segunda edição do prêmio Euro Inovação na Saúde (Requerimento nº 4.361/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Sordaini Maria Caligiorne pelo trabalho relevante e inovador de pesquisa e desenvolvimento da vacina terapêutica Calixcoca, para o tratamento da dependência de cocaína e *crack*, bem como pela conquista do reconhecimento da

vacina como iniciativa de destaque na segunda edição do prêmio Euro Inovação na Saúde (Requerimento nº 4.362/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Maila de Castro Lourenço das Neves pelo trabalho relevante e inovador de pesquisa e desenvolvimento da vacina terapêutica Calixcoca, para o tratamento da dependência de cocaína e *crack*, bem como pela conquista do reconhecimento da vacina como iniciativa de destaque na segunda edição do prêmio Euro Inovação na Saúde (Requerimento nº 4.363/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Gisele Assis Castro Goulart pelo trabalho relevante e inovador de pesquisa e desenvolvimento da vacina terapêutica Calixcoca, para o tratamento da dependência de cocaína e *crack*, bem como pela conquista do reconhecimento da vacina como iniciativa de destaque na segunda edição do prêmio Euro Inovação na Saúde (Requerimento nº 4.364/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Paulo Sérgio de Almeida Augusto pelo trabalho relevante e inovador de pesquisa e desenvolvimento da vacina terapêutica Calixcoca, para o tratamento da dependência de cocaína e *crack*, bem como pela conquista do reconhecimento da vacina como iniciativa de destaque na segunda edição do prêmio Euro Inovação na Saúde (Requerimento nº 4.365/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Bruna Rodrigues Dias Assis pelo trabalho relevante e inovador de pesquisa e desenvolvimento da vacina terapêutica Calixcoca, para o tratamento da dependência de cocaína e *crack*, bem como pela conquista do reconhecimento da vacina como iniciativa de destaque na segunda edição do prêmio Euro Inovação na Saúde (Requerimento nº 4.366/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Larissa Pires do Espírito Santo pelo trabalho relevante e inovador de pesquisa e desenvolvimento da vacina terapêutica Calixcoca, para o tratamento da dependência de cocaína e *crack*, bem como pela conquista do reconhecimento da vacina como iniciativa de destaque na segunda edição do prêmio Euro Inovação na Saúde (Requerimento nº 4.367/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Brian Sabato pelo trabalho relevante e inovador de pesquisa e desenvolvimento da vacina terapêutica Calixcoca, para o tratamento da dependência de cocaína e *crack*, bem como pela conquista do reconhecimento da vacina como iniciativa de destaque na segunda edição do prêmio Euro Inovação na Saúde (Requerimento nº 4.368/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Raissa Lima Gonçalves Pereira pelo trabalho relevante e inovador de pesquisa e desenvolvimento da vacina terapêutica Calixcoca, para o tratamento da dependência de cocaína e *crack*, bem como pela conquista do reconhecimento da vacina como iniciativa de destaque na segunda edição do prêmio Euro Inovação na Saúde (Requerimento nº 4.369/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Ângelo de Fátima pelo trabalho relevante e inovador de pesquisa e desenvolvimento da vacina terapêutica Calixcoca, para o tratamento da dependência de cocaína e *crack*, bem como pela conquista do reconhecimento da vacina como iniciativa de destaque da segunda edição do prêmio Euro Inovação na Saúde (Requerimento nº 4.370/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com a Escola Municipal Professor Edson Pisani, em Belo Horizonte, pela conquista do prêmio internacional Melhores Escolas do Mundo, na categoria “Escolha da comunidade”, com o projeto Mais Favela, Menos Lixo!, que propõe soluções para reduzir o descarte irregular de lixo e melhorar a qualidade de vida dos moradores do Aglomerado da Serra (Requerimento nº 4.448/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com a Profa. Juliana Ventura pela conquista do Prêmio Capes de Tese, na área de história, no ano de 2021, com a tese "A guerra dos 18 anos: repertórios para existir e resistir à ditadura e a outros fins de mundo – uma perspectiva do povo indígena xakriabá e suas cosmopolíticas de memória" (Requerimento nº 4.544/2023, da deputada Andréia de Jesus);

de congratulações com Monique Najara Aparecida Pacheco pelo lançamento do livro *Meu cabelo não é pro seu governo* (Requerimento nº 4.583/2023, do deputado Leleco Pimentel);

de congratulações com a equipe mineira de judô pela conquista do Campeonato Brasileiro Sênior de Judô 2023, realizado em Vitória, no Espírito Santo, nos dias 10 e 11 de novembro (Requerimento nº 4.589/2023, do deputado Coronel Henrique);

de congratulações com o vereador Marco Antônio da Silva – Kiko do Bedeschi – pela eleição como presidente da Mesa da Câmara Municipal de Barroso para o quarto ano da legislatura de 2021 a 2024 (Requerimento nº 4.593/2023, do deputado Lucas Lasmar);

de congratulações com os veteranos das Forças Armadas de Minas Gerais que prestaram relevantes serviços às escolas cívico-militares do Estado, pelo legado de civismo e patriotismo transmitido à juventude mineira e pela prestigiosa contribuição para o sucesso dessas escolas (Requerimento nº 4.604/2023, do deputado Coronel Henrique);

de congratulações com Ivanildo da Silva Leite (Hyval Leite) pelo lançamento do livro, em parceria com a autora Monique Najara Aparecida Pacheco, *Meu cabelo não é pro seu governo*, no qual participou com belas ilustrações (Requerimento nº 4.606/2023, do deputado Leleco Pimentel);

de congratulações com a Arcanjo Music Escola de Música pelo excelente trabalho que vem realizando com seus alunos, o que levou ao reconhecimento da população e ao agraciamento com o 1º lugar do prêmio Melhores do Ano, na cidade Ribeirão das Neves, com enaltecimento dos organizadores do evento pelo ótimo atendimento e pela qualidade nos serviços prestados de 2022 a 2023 (Requerimento nº 4.626/2023, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Associação dos Municípios do Lago de Furnas – Alago – pela celebração dos 30 anos de preservação ambiental dos municípios banhados pelo Lago de Furnas (Requerimento nº 4.632/2023, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia);

de congratulações com Angélica Faleiros da Silva Maia pelo trabalho relevante e inovador de pesquisa e de desenvolvimento da vacina terapêutica Calixcoca, para o tratamento da dependência de cocaína e *crack*, bem como pela conquista do reconhecimento da vacina como iniciativa destaque da segunda edição do prêmio Euro Inovação na Saúde (Requerimento nº 4.634/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Leonardo da Silva Neto pelo trabalho relevante e inovador de pesquisa e de desenvolvimento da vacina terapêutica Calixcoca, para o tratamento da dependência de cocaína e *crack*, bem como pela conquista do reconhecimento da vacina como iniciativa destaque da segunda edição do prêmio Euro Inovação na Saúde (Requerimento nº 4.635/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Edneia Conceição Campos pelo relevante trabalho social e humanitário prestado à sociedade de João Monlevade (Requerimento nº 4.636/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Jacqueline Silvério Fernandes pelo relevante trabalho de incentivo e de promoção da cultura no Município de João Monlevade (Requerimento nº 4.638/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Luiz Ernesto de Oliveira Guimarães por sua brilhante trajetória como escritor, professor e jornalista no Município de João Monlevade (Requerimento nº 4.639/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Natalia de Paiva Ferreira por sua trajetória de sucesso como empreendedora no seguimento de beleza no Município de João Monlevade (Requerimento nº 4.640/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Tarcísio Afonso Milânio pelo relevante trabalho social e humanitário em prol dos mais vulneráveis no Município de João Monlevade (Requerimento nº 4.641/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Marco Aurélio Fernando Chaves pelos dois anos de relevante trabalho como empreendedor do setor industrial, gerando emprego e renda para a sociedade de João Monlevade (Requerimento nº 4.642/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Francislei Henrique Chaves pelos dois anos de relevante trabalho como empreendedor do setor industrial, gerando emprego e renda para a sociedade de João Monlevade (Requerimento nº 4.643/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com André Luiz Chaves pelos dois anos de relevante trabalho como empreendedor do setor industrial, gerando emprego e renda para a sociedade de João Monlevade (Requerimento nº 4.644/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Amaurício Pereira dos Santos pelo relevante trabalho social e humanitário dedicado às crianças e aos idosos na sociedade de João Monlevade (Requerimento nº 4.645/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Samuel de Paula pelos cinco anos de relevante trabalho como empreendedor do setor alimentício, gerando emprego e renda para a sociedade de João Monlevade (Requerimento nº 4.647/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com Cristiane Mendes Osias pelo relevante trabalho social e humanitário prestado à sociedade de João Monlevade (Requerimento nº 4.648/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com o Terno dos Temerosos, reisado do Município de Januária, pela salvaguarda do patrimônio cultural e religioso desse município e pela preservação do patrimônio imaterial de seus saberes tradicionais (Requerimento nº 4.680/2023, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com a Igreja Luz do Mundo Church de Curvelo pelo aniversário de cinco anos de sua inauguração (Requerimento nº 4.714/2023, do deputado Lucas Lasmar);

de congratulações com o Sr. Jarbas Soares Júnior, procurador-geral de justiça, pelo solene evento de apresentação dos projetos de relevância social contemplados, em 2023, com recursos oriundos de ações da instituição e de fundos do Ministério Público (Requerimento nº 4.782/2023, do deputado Bosco);

de congratulações com o Sr. José Afrânio Vilela pela posse como ministro do Superior Tribunal de Justiça (Requerimento nº 4.801/2023, da Comissão de Assuntos Municipais);

de congratulações com a Clínica Vida Nova pela comemoração dos 12 anos de sua fundação e de excelentes serviços prestados na área da saúde (Requerimento nº 4.823/2023, do deputado Grego da Fundação);

de congratulações com o povo suaçuiense pelo aniversário de São Brás do Suaçuí, em 12 de dezembro, e pelo belo selo comemorativo pelos 70 anos de emancipação política do município (Requerimento nº 4.825/2023, do deputado Charles Santos);

de pesar pelo falecimento de Marcos Tadeu Rozemberg, funcionário da Secretaria de Estado de Saúde, ocorrido em 27 de novembro, dentro do prédio Minas da Cidade Administrativa, em Belo Horizonte (Requerimento nº 4.829/2023, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com o Sr. Paulo Gustavo Gonet Branco pela indicação de seu nome, pelo presidente da República, para ocupar o cargo de procurador-geral da República (Requerimento nº 4.862/2023, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com os policiais civis e militares que atuaram em operação conjunta que resultou na prisão, em 29/11/2023, de um suspeito de tentativa de homicídio, indivíduo de alta periculosidade e um dos comandantes do tráfico de drogas em uma região conhecida por Maloca, no aglomerado Pedreira Prado Lopes (Requerimento nº 4.866/2023, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá pelos 60 anos de história, promovendo um ensino de qualidade com profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento sociocultural e econômico de Itajubá e de toda a região (Requerimento nº 4.868/2023, do deputado Ulysses Gomes);

de apoio ao Dr. Leonardo Magalhães pela sua indicação ao cargo de defensor público-geral federal da Defensoria Pública da União em razão de sua atuação na defesa e promoção dos direitos humanos, tendo, ao longo da carreira de 15 anos na instituição, atuado em diversas searas, destacadamente como defensor público interamericano junto à Comissão e à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Requerimento nº 5.321/2023, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com Sandra de Assis pelos relevantes serviços em prol da construção de moradias para a população mineira nos 30 anos da Associação dos Moradores Sem Casa de Entre Rios de Minas – Amsca (Requerimento nº 5.329/2023, da Comissão de Assuntos Municipais);

de congratulações com os policiais militares que atuaram em ocorrência nos Bairros Cidade Nova e Rio Grande, em Diamantina, em 5 de dezembro de 2023 (Requerimento nº 5.331/2023, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com Francisco Paulo da Silva pelos relevantes serviços prestados pela Associação dos Sem Teto de Conselheiro Lafaiete (Requerimento nº 5.334/2023, da Comissão de Assuntos Municipais);

de congratulações com os policiais militares que atuaram para salvar a vida de um homem que estava em surto psicótico tentando tirar a própria vida, na madrugada do dia 10/12/2023, na Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte (Requerimento nº 5.335/2023, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais civis que atuaram na operação Wasted Years, em Ribeirão Preto (SP), em 7/12/2023, que resultou na prisão de um homem indiciado pelos crimes de tentativa de feminicídio, lesão corporal e ameaça (Requerimento nº 5.339/2023, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais e bombeiros militares que atuaram em operação no Bairro Santa Maria, em 6/12/2023, quando conseguiram impedir que um homem tirasse a própria vida e, em decorrência disso, elucidaram um caso de feminicídio (Requerimento nº 5.340/2023, do deputado Sargento Rodrigues);

de protesto à Secretaria de Cultura de Minas Gerais pelo procedimento antidemocrático adotado na construção da IV Conferência Estadual de Cultura de Minas Gerais, comprometendo a participação e a representatividade da diversidade de setores culturais e regionais existentes no Estado (Requerimento nº 5.364/2023, da Comissão de Cultura);

de congratulações com o pastor Wellington Alves Coelho pelos 65 anos da Igreja Assembleia de Deus no Município de João Pinheiro. (Requerimento nº 5.368/2023, da Comissão de Cultura);

de congratulações com os Srs. Igor Santos, prefeito de Paracatu, e Igor Diniz, secretário de Cultura e Turismo de Paracatu, pelo merecido recebimento do prêmio Cumbucca de Gastronomia, na categoria “Cidade gastronômica”, que reconhece o município que se destaca no fomento e incentivo de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do turismo gastronômico, gastronomia e cultura alimentar (Requerimento nº 5.369/2023, da Comissão de Cultura);

de congratulações com Júnia Bertolino, fundadora da Cia. Baobá Minas, pelo belíssimo trabalho de fortalecimento da cultura negra (Requerimento nº 5.370/2023, da Comissão de Cultura);

de congratulações com Camilla Vilela pela conquista de duas medalhas de ouro no Campeonato Brasileiro de Dança em Cadeira de Rodas, realizado no Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, em São Paulo (SP), conquista que a faz continuar seguindo em 1º lugar no *ranking* brasileiro em sua categoria (Requerimento nº 5.371/2023, da Comissão de Cultura);

de congratulações com o Pe. Eliney Cordeiro pelos 150 anos da Paróquia Sant'Ana, no Município de João Pinheiro (Requerimento nº 5.372/2023, da Comissão de Cultura);

de congratulações com Júlio Fessô pelo projeto Eu Amo minha Quebrada, desenvolvido no Morro do Papagaio, em Belo Horizonte, que visa reforçar o sentimento de pertencimento pelo local onde se vive e combater os estereótipos negativos da favela, além de despertar o interesse pela educação, tecnologia, sustentabilidade, esporte e empreendedorismo, entre outros aspectos (Requerimento nº 5.373/2023, da Comissão de Cultura);

de apoio a Janja Lula da Silva pelo ataque *hacker* sofrido no dia 11/12/2023, no qual teve seu perfil no X, antigo Twitter, invadido e tomado por xingamentos (Requerimento nº 5.380/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de protesto contra a decisão da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pela proibição da atividade dos carroceiros, que são povos tradicionais e integram a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais, lançada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 5/12/2023 (Requerimento nº 5.391/2023, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com os sindicatos que menciona pela importante luta e mobilização da categoria contra os projetos que tratam do Regime de Recuperação Fiscal, proposto pelo governador do Estado (Requerimento nº 5.396/2023, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com o Rotary Club de Vespasiano pelos relevantes serviços prestados à comunidade (Requerimento nº 5.397/2023, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com a Associação de Moradores sem Casa de Entre Rios de Minas pelos 30 anos de sua fundação e pela entrega de 95 unidades habitacionais de interesse social do programa Minha Casa, Minha Vida Entidades, por autogestão, no Residencial Dom Luciano, no Bairro Castro, nesse município, em 18/12/2023 (Requerimento nº 5.400/2023, da Comissão de Assuntos Municipais);

de congratulações com a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Rio Paracatu pela entrega de 200 moradias do programa Minha Casa, Minha Vida no Residencial Vida Nova, em Paracatu (Requerimento nº 5.401/2023, da Comissão de Assuntos Municipais);

de congratulações com os membros do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, especialmente os citados no BO 2023-056672929-003, pelo enfrentamento do incêndio de grandes proporções, ocorrido na noite de 5 de dezembro de 2023, em prédio residencial no Bairro Lourdes, em Belo Horizonte (Requerimento nº 5.412/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier);

de congratulações com os policiais militares da 1ª, 3ª e 4ª Companhias da Polícia Militar de Minas Gerais pelo atendimento imediato e efetivo, apoio, suporte e organização durante a ocorrência de incêndio do edifício Residencial Vila Rica, havido no Bairro Lourdes, na noite de 5 de dezembro de 2023. (Requerimento nº 5.413/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier);

de congratulações com a empresa BH Airport pela administração do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins, que figurou na lista dos 10 melhores do mundo, atingindo a nota 8,35 em 10 na avaliação da AirHelp, organização internacional especializada em direitos de passageiros no ano de 2023 (Requerimento nº 5.419/2023, da Comissão de Desenvolvimento Econômico);

de congratulações com a Alpargatas S.A. pelos 10 anos de implantação em Montes Claros (Requerimento nº 5.420/2023, da Comissão de Desenvolvimento Econômico);

de congratulações com os policiais militares que atuaram na operação, no dia 19/11/2023, no Município de Teófilo Otoni, que resultou na prisão de um autor por posse ilegal de arma de fogo e munição de uso restrito e apreensão de três armas de fogo adaptadas artesanalmente, sendo uma carabina rifle 9mm, uma submetralhadora 380 e uma carabina 380, além de 16 cartuchos de munição 380, uma grande quantidade de drogas e diversos equipamentos utilizados para o tráfico de drogas (Requerimento nº 5.426/2023, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com as bombeiras militares pioneiras na inclusão da mulher no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, que se tornaram inspiração para futuras gerações, mostrando que não existem limites para o talento e a dedicação (Requerimento nº 5.428/2023, do deputado Sargento Rodrigues);

de apoio ao ativista Jorge Ferreira dos Santos Filho, membro da coordenação da Articulação dos Empregados Rurais – Adere-MG – e integrante da direção da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais – CUT-MG –, por conta de ataques sofridos nas redes sociais de um parlamentar da Câmara Municipal de Carmo de Minas, que teve como objetivo constranger e coibir o ativista em razão da sua participação na atividade "Luta Antirracista: Qual a sua contribuição?", realizada no *campus* avançado do Ifsuldeminas, em Carmo de Minas, por ocasião das comemorações do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2023 (Requerimento nº 5.429/2023, da Comissão do Trabalho);

de repúdio ao vereador Marcelo Dias de Castro, parlamentar da Câmara Municipal de Carmo de Minas, pela publicação feita em suas redes sociais, que teve como objetivo constranger e coibir o ativista Jorge Ferreira dos Santos Filho, membro da coordenação da Articulação dos Empregados Rurais – Adere-MG – e integrante da direção estadual da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais – CUT-MG –, em razão da sua participação na atividade Luta Antirracista: Qual a sua Contribuição?, realizada no *campus* avançado do Ifsuldeminas, em Carmo de Minas, por ocasião das comemorações do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2023 (Requerimento nº 5.430/2023, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com o Sr. Octávio Augusto de Nigris Boccalini, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, pela sua eleição como presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais – Coptrel. (Requerimento nº 5.448/2023, da Comissão de Administração Pública);

de congratulações com o Sr. Mateus Henrique Rezende, delegado da Polícia Civil, pelos excelentes serviços prestados à frente da 4ª Delegacia da Polícia Civil de Esmeraldas e pela assunção à 2ª Delegacia da Polícia Civil de Sabará (Requerimento nº 5.464/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier);

de congratulações com os policiais civis de Esmeraldas pela operação exitosa que culminou na prisão de líder religioso que armazenava pornografia infantil e vitimava crianças e adolescentes mediante estupros e abusos sexuais (Requerimento nº 5.465/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier);

de congratulações com a consultora do processo legislativo Flávia Silva Pinheiro, as consultoras Ana Luz Ledic, Andréa Fátima Santos e Campos, Elisabete Barbosa Gimenez, Harmonia Silva Nicolino e Michelle Gabriela Diniz e os consultores Flavio de Araújo Cançado e Matheus Miranda de Oliveira pelo trabalho de assessoramento e de consultoria temática prestado à Comissão de Segurança Pública, na 20ª Legislatura (Requerimento nº 5.477/2023, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação de excelência na garantia da segurança e da vida na ocorrência de sequestro e cárcere privado, em 6/12/2023, registrada no Reds nº 2023-056736480-001 (Requerimento nº 5.481/2023, do deputado Eduardo Azevedo);

de congratulações com os policiais militares 3º-Sgt. PM Renato Brandão Soares, Sd. PM Jennifer de Jesus e Silva, aluno Sd. BM Ney Willian Lopes, 2º-Ten. BM Pedro Mundim de Oliveira Ribeiro, Cb. BM Daniel da Costa Mendes, Sd. BM Fabrício Abade Pereira, Sd. BM Darlan Braga de Souza Lopes e Sd. BM Guilherme P. Guimarães Oliveira pela excelente atuação em ocorrência de tentativa de autoextermínio, em 3/12/2023 (Requerimento nº 5.484/2023, do deputado Caporezzo);

de congratulações com os delegados de polícia Felipe Costa Marques de Freitas, João Marques de Andrade Prata, Wesley Geraldo Campos, Gustavo Barletta de Almeida e Cid Nelson Selvatt Pereira, com o inspetor de polícia Alysson Bras de Avila Leal, com o escrivão de polícia Denilson Ferreira a Silva e com os investigadores de polícia Antônio Elmar Saraiva, Endemburgo de Rezende, Leomar Anderson Dias, Rodrigo Gomes Barbosa e Gabriela Goldner da Rocha pela brilhante investigação e prisão de um

dos autores do crime de furto praticado na noite de 24/12/2023, no Bairro Buritis, em Belo Horizonte (Requerimento nº 5.495/2024, do deputado Delegado Christiano Xavier);

de congratulações com a 3ª Delegacia Regional de São João del-Rei, a Delegacia de Polícia de Andrelândia e com os policiais que menciona pela ação realizada em 28/11/2023, que culminou na apreensão de 1 fuzil calibre 556, 4 carregadores, 138 munições e 3 bombas caseiras (Requerimento nº 5.496/2024, do deputado Eduardo Azevedo);

de congratulações com os policias militares que se mobilizaram para a construção de uma casa para uma família carente do Alto Jequitibá, em razão do pedido de uma menina de 9 anos durante o atendimento de uma ocorrência (Requerimento nº 5.499/2024, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Maj. PM Jair Alexandre Inácio Faria, comandante da 11ª Companhia do 41° Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, e com os policiais militares que menciona pelos serviços prestados à referida companhia em 2023 (Requerimento nº 5.501/2024, do deputado Enes Cândido);

de congratulações com Ítalo Fernandes de Almeida, delegado de polícia; Laíse Rodrigues, delegada de polícia; Anderson Joubert Pena, subinspetor; Lina Paula de Fátima Braga, Núbia Monique da Silva Batista, Amanda Rodrigues de Andrade, Wellington de Carvalho Alves, William Silveira Nunes, investigadores; Lidmara Conceição dos Santos Rocha, chefe de cartório; e Cristiane Maria Alves Lima, escrivã, pela brilhante atuação na resolução de crime de feminicídio ocorrido em 10/1/2024 (Requerimento nº 5.504/2024, do deputado Delegado Christiano Xavier);

de congratulações com o Sgt. PM Guennes e o Sd. PM Túlio, lotados na 125ª Companhia do 22º Batalhão da Polícia Militar, pelos relevantes serviços prestados aos moradores e comerciantes do Bairro Salgado Filho (Requerimento nº 5.506/2024, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares e servidores civis que menciona pelo empenho e profissionalismo nas atividades que lhes foram atribuídas e, em especial, na dedicação aos procedimentos relacionados com as emendas parlamentares (Requerimento nº 5.507/2024, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os militares Maj. PM Jair Alexandre Inácio Faria, 2º-Ten. PM Victor Henrique Gomes de Amorim Vaz, 2º-Sgt. PM Carlos Vagner Gomes Dias, 3º-Sgt. PM Rodrigo dos Santos Machado, Cb. PM Adeílson Viega Pereira, Cb. PM Juliana Cristina Hilbert, Sd. PM Rafael Henrique Soares Maia, Sd. PM Lucas Santos Torres, Sd. PM Lucas dos Santos Ferreira e Sd. PM Djama Bruno Campos da Silva, lotados no 41º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, no Barreiro, pelos relevantes serviços prestados à comunidade, em especial pela agilidade e eficiência na prisão, no último dia 18 de janeiro de 2024, dos suspeitos pelo assassinato de uma jovem na Vila Cemig, em Belo Horizonte, bem como pela apreensão de armas e de vasta quantidade de entorpecentes (Requerimento nº 5.510/2024, do deputado Coronel Sandro);

de congratulações com os policiais do Departamento Estadual de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa da 4ª Delegacia Especializada de Homicídios de Belo Horizonte – Leste, da Central Estadual de Plantão Digital – SIPJ – e do Instituto de Criminalística pela brilhante condução das investigações e da prisão do suspeito do crime de estupro e assassinato de uma menina de 12 anos, ocorrido em 16/1/2024, no Bairro Bela Vitória, na região Nordeste de Belo Horizonte (Requerimento nº 5.522/2024, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com o Prof. Bruno Pereira Garcês pela posse como diretor-geral do IFTM – Câmpus Avançado Uberaba Parque Tecnológico (Requerimento nº 5.548/2024, da Comissão de Educação);

de congratulações com o Prof. José Ricardo Gonçalves Manzan pela posse como diretor do IFTM – Câmpus Avançado Uberaba Parque Tecnológico (Requerimento nº 5.549/2024, da Comissão de Educação);

de apoio à comunidade de Carongolinha pela sua luta em defesa da Escola Municipal Alto Bom Jesus, localizada no Município de Divino, instituição que exerce um papel fundamental na difusão e permanência de saberes tradicionais locais, transmitidos por meio de um ensino fundamentado nos pilares da educação do campo (Requerimento nº 5.553/2024, da Comissão de Educação);

de congratulações com o estudante Pedro Henrique Silva, da Fundação de Ensino de Contagem – Funec –, pela conquista do 1º lugar na I Feira Científica, Tecnológica e de Extensão da Funec (Fecitex-Funec 2023), com o projeto "Blaco", do programa de iniciação científica júnior e extensão dessa fundação (Requerimento nº 5.561/2024, da Comissão de Educação);

de congratulações com a estudante Júlia Pereira Matos, da Fundação de Ensino de Contagem – Funec –, pela conquista do 2º lugar na I Feira Científica, Tecnológica e de Extensão da Funec (Fecitex-Funec 2023), com o projeto "Produção de tinta ecológica utilizando lama de rejeito de mineração de ferro como pigmento: uma proposta de sustentabilidade", do programa de iniciação científica júnior e extensão dessa fundação (Requerimento nº 5.562/2024, da Comissão de Educação);

de congratulações com a estudante Laís Carolina Resende Braga, da Fundação de Ensino de Contagem – Funec –, pela conquista do 1º lugar na I Feira Científica, Tecnológica e de Extensão da Funec (Fecitex-Funec 2023), com o projeto "Blaco", do programa de iniciação científica júnior e extensão dessa fundação (Requerimento nº 5.563/2024, da Comissão de Educação);

de congratulações com a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de Viçosa, a Universidade Federal de Uberlândia, a Universidade Federal de Juiz de Fora e a Universidade Federal de Lavras pelas excelentes posições no *ranking* das melhores universidades do Brasil – RUF-2023 –, divulgado pela *Folha de S.Paulo*, que as coloca entre as cinco universidades mais bem colocadas no Estado de Minas Gerais (Requerimento nº 5.569/2024, da Comissão de Educação);

de congratulações com a estudante Nayara Cortes Moreira Martinelli, da Fundação de Ensino de Contagem – Funec –, pela conquista do 2º lugar na I Feira Científica, Tecnológica e de Extensão da Funec (Fecitex-Funec 2023), com o projeto "Produção de tinta ecológica utilizando lama de rejeito de mineração de ferro como pigmento: uma proposta de sustentabilidade", do programa de iniciação científica júnior e extensão dessa fundação (Requerimento nº 5.570/2024, da Comissão de Educação);

de congratulações com o estudante Maycon Magalhães Nobre, da Fundação de Ensino de Contagem – Funec –, pela conquista do 2º lugar na I Feira Científica, Tecnológica e de Extensão da Funec (Fecitex-Funec 2023), com o projeto "Produção de tinta ecológica utilizando lama de rejeito de mineração de ferro como pigmento: uma proposta de sustentabilidade", do programa de iniciação científica júnior e extensão dessa fundação (Requerimento nº 5.571/2024, da Comissão de Educação);

de congratulações com o estudante Filipe Kelvin, da Fundação de Ensino de Contagem – Funec –, pela conquista do 4º lugar na I Feira Científica, Tecnológica e de Extensão da Funec (Fecitex-Funec 2023), com o projeto "Importância dos saberes populares medicinais locais para a construção da educação e do conhecimento da Comunidade dos Arturos", do programa de iniciação científica júnior e extensão dessa fundação (Requerimento nº 5.572/2024, da Comissão de Educação);

de congratulações com a estudante Nataly Vitória dos Santos, da Fundação de Ensino de Contagem – Funec –, pela conquista do 5º lugar na I Feira Científica, Tecnológica e de Extensão da Funec (Fecitex-Funec 2023), com o projeto "Gestão de resíduos líquidos gerados pelos laboratórios de química da Unidade Centec", do programa de iniciação científica júnior e extensão dessa fundação (Requerimento nº 5.573/2024, da Comissão de Educação);

de congratulações com o estudante José Marcus Melo Rocha, da Fundação de Ensino de Contagem – Funec –, pela conquista do 5º lugar na I Feira Científica, Tecnológica e de Extensão da Funec (Fecitex-Funec 2023), com o projeto "Gestão de resíduos líquidos gerados pelos laboratórios de química da Unidade Centec", do programa de iniciação científica júnior e extensão dessa fundação (Requerimento nº 5.574/2024, da Comissão de Educação);

de congratulações com a estudante Sâmela Ester Cordeiro Barbosa, da Fundação de Ensino de Contagem – Funec –, pela conquista do 3º lugar na I Feira Científica, Tecnológica e de Extensão da Funec (Fecitex-Funec 2023), com o projeto "Identificação de

ovos de *Ascaris lumbricoides* utilizando inteligência artificial (método automatizado)", do programa de iniciação científica júnior e extensão dessa fundação (Requerimento nº 5.581/2024, da Comissão de Educação);

de congratulações com a estudante Rebecca Lorelayne Barbosa, da Fundação de Ensino de Contagem – Funec –, pela conquista do 3º lugar na I Feira Científica, Tecnológica e de Extensão da Funec (Fecitex-Funec 2023), com o projeto "Identificação de ovos de *Ascaris lumbricoides* utilizando inteligência artificial (método automatizado)", do programa de iniciação científica júnior e extensão dessa fundação (Requerimento nº 5.582/2024, da Comissão de Educação);

de pesar pelo falecimento de Beatriz Alvarenga Álvares, ocorrido em 19 de novembro de 2023, em Belo Horizonte (Requerimento nº 5.583/2024, da Comissão de Educação);

de congratulações com o padre Júlio Lancelotti pelo notável trabalho de defensor dos pireitos humanos e, em especial, pela defesa das pessoas em situação de rua e migrantes; pela publicação do decreto de regulamentação da Lei nº 14.489, de 2022, que proíbe a chamada "arquitetura hostil", que emprega estruturas, equipamentos e materiais com o objetivo de afastar as pessoas – sejam moradores de rua, jovens ou idosos, por exemplo – de praças, viadutos, calçadas e jardins; e pela luta por políticas públicas que garantam os direitos humanos, sobretudo quando se completam 75 anos da Declaração dos Direitos Universais pela ONU (Requerimento nº 5.599/2024, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com governo federal pelo lançamento do "Plano Ruas Visíveis – pelo direito ao futuro da população em situação de rua" com a destinação de R$1.000.000.000,00, envolvendo 11 ministérios, sob a coordenação do ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, com a presença do padre Júlio Lancelotti, na Semana Nacional dos Direitos Humanos, que completa 75 anos da primeira edição (Requerimento nº 5.600/2024, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com o Movimento em Defesa dos Direitos das Pessoas com Esclerose Lateral Amiotrófica – Movela –, por sua luta por acesso à saúde gratuita e ampliação de novos tratamentos e terapias para pessoas diagnosticadas com ELA (Requerimento nº 5.608/2024, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com o Movimento de Conscientização Família UAI – MG pela sua luta por direitos, por acesso à saúde gratuita e em defesa das pessoas diagnosticadas com hipersônia idiopática e narcolepsia (Requerimento nº 5.609/2024, da Comissão de Direitos Humanos);

de apoio a Mary Benedita pelos atos de racismo sofridos em 4/2/2024, em Belo Horizonte, durante o Cortejo Afronta, encontro dos grupos de cultura africana e povos de terreiros e capoeiristas (Requerimento nº 5.619/2024, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com a Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal – SPU/DF –, na pessoa da Sra. Cassandra Maroni, à União Nacional por Moradia Popular, à Prefeitura Municipal de Paracatu, à Agência de Desenvolvimento do Vale do Rio Piranga – Agevale – e à vice-presidente de Habitação da Caixa Econômica Federal, na pessoa da Sra. Inês da Silva Magalhães, pela entrega de 200 unidades habitacionais no Residencial Vida Nova I, construídas no modelo de construção de moradias por autogestão (Requerimento nº 5.652/2024, da Comissão de Assuntos Municipais);

de repúdio ao Restaurante do Porto pelos atos de cunho racista praticados contra Mary Benedita, em 4/2/2024, em Belo Horizonte, durante o cortejo Afronta, encontro dos grupos afroculturais, povos de terreiros e capoeiristas (Requerimento nº 5.698/2024, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com o programa *Café com TV* e com Gleizer Naves, Camilla Dourado, Cláudio Flores e Lúcio Caldeira, dirigentes do programa, exibido pela TV Alterosa Sul e Sudoeste, TV Alterosa Zona Mata e Vertentes, TV Alterosa Leste e TV Alterosa Centro-Oeste, que divulga as riquezas agrícolas de Minas Gerais e por fazer dele um forte canal de comunicação com o produtor rural mineiro e com a difusão de tecnologias (Requerimento nº 5.705/2024, da Comissão de Agropecuária).

REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 4.201/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 23ª Reunião Ordinária, realizada em 11/10/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para avaliação da possibilidade de criação de grupo de trabalho e de fórum estadual que tenham como objetivo o fomento e a promoção da cultura *hip hop* e das culturas urbanas periféricas em Minas Gerais, considerando tratar-se de tema intersetorial e de política pública central para os jovens periféricos do Estado.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 19ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 29/9/2023, que teve por finalidade debater a relevante contribuição das práticas ligadas ao movimento *hip-hop* para as políticas públicas setoriais voltadas para o acesso e a garantia de direitos básicos e o enfrentamento das violências sofridas pela população periférica, em especial a juventude negra.

Sala das Reuniões, 16 de outubro de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 4.203/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 23ª Reunião Ordinária, realizada em 11/10/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado aos prefeitos dos Municípios de Belo Horizonte, de Betim, de Contagem, de Ribeirão das Neves, de Ibirité, de Sarzedo, de Lavras, de Itaúna, de Divinópolis, de Ipatinga e de Três Corações pedido de informações sobre o orçamento público empenhado e executado e as ações, programas e projetos concebidos e realizados por suas respectivas administrações, tendo como objetivo valorizar a cultura do "hip-hop" e as culturas urbanas periféricas nos anos 2020, 2021, 2022 e 2023.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 19ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 29/9/2023, que teve por finalidade debater a relevante contribuição das práticas ligadas ao movimento "hip-hop" para as políticas públicas setoriais voltadas para o acesso e a garantia de direitos básicos e o enfrentamento das violências sofridas pela população periférica, em especial a juventude negra.

Sala das Reuniões, 16 de outubro de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 4.271/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Leninha aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 28/9/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III

do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para criação, em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult –, de grupo de trabalho interinstitucional com o objetivo de construir propostas para a implementação do Projeto de Desenvolvimento Turístico Integrado e Sustentável da Cordilheira do Espinhaço.

Sala das Reuniões, 28 de setembro de 2023.

Mauro Tramonte, presidente da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia (Republicanos).

REQUERIMENTO Nº 4.276/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Leninha aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 28/9/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que o destino Cordilheira do Espinhaço seja incluído nas estratégias de estruturação e promoção do turismo mineiro, especialmente no novo Plano Mineiro de Turismo.

Sala das Reuniões, 28 de setembro de 2023.

Mauro Tramonte, presidente da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia (Republicanos).

REQUERIMENTO Nº 4.345/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 19/10/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que seja dada ampla divulgação ao estudo realizado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp – e das Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – e Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF –, que constatou o envolvimento de empresas nacionais e internacionais no golpe militar de 1964; e seja o estudo supracitado amplamente divulgado em instituições de ensino, como escolas, faculdades e universidades do Estado.

Sala das Reuniões, 19 de outubro de 2023.

Betão, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PT).

REQUERIMENTO Nº 4.349/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado Ricardo Campos aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 19/10/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para destinação de recursos financeiros para garantir o pleno funcionamento do Memorial dos Direitos Humanos, instalado no antigo Dops-MG, uma importante ação de reparação da violação de direitos humanos.

Sala das Reuniões, 19 de outubro de 2023.

Betão, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PT).

Justificação: Destaca-se a importância dessa medida para a preservação da memória das violações dos direitos humanos cometidas pelo estado brasileiro e do reconhecimento pelo estado de Minas Gerais da atuação da polícia política contra trabalhadores mineiros. A abertura do DOPS para a sociedade como espaço de memória se configura, assim, como importante ação de reparação da violação de direitos humanos.

REQUERIMENTO Nº 4.358/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, em Belo Horizonte, pedido de providências para que a distribuição dos equipamentos "*chromebook*", disponibilizados pelo governo do Estado aos professores e especialistas da educação, seja estendida aos professores de apoio da rede estadual de educação especial.

Sala das Reuniões, 23 de outubro de 2023.

Duarte Bechir, 2º-vice-presidente (PSD).

REQUERIMENTO Nº 4.443/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento dos deputados Ricardo Campos e Doutor Jean Freire e das deputadas Ana Paula Siqueira e Macaé Evaristo aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 1/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a ampliação do número de vagas em educação infantil e o número de Emeis e creches conveniadas em horário integral nos municípios, bem como desenvolver ações de combate à evasão escolar.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 8ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 18/05/2023, que teve por finalidade debater, a pedido do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Fevcamg –, as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado, no dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Sala das Reuniões, 25 de outubro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 4.580/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – pedido de providências para realizar concurso público para o cargo de conservador-restaurador.

Sala das Reuniões, 14 de novembro de 2023.

Ana Paula Siqueira, vice-líder da Bancada Feminina e presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

Justificação: O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha-MG é uma fundação que atua no campo das políticas públicas de patrimônio cultural e tem como escopo pesquisar, proteger e promover os bens culturais de natureza material e imaterial de Minas Gerais, em parceria com os órgãos municipais e federal. Para pleno alcance e execução das suas atribuições faz-se necessária a preservação de um quadro concreto de funcionários competentes para a realização de ações tão importantes e primordiais

na preservação do patrimônio mineiro. Visando o funcionamento ideal de uma instituição tão relevante na conservação da cultura no nosso estado, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 4.692/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Leninha aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 28/9/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para a criação, em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, de grupo de trabalho interinstitucional com o objetivo de elaborar propostas para a implementação do Projeto de Desenvolvimento Turístico Integrado e Sustentável da Cordilheira do Espinhaço.

Sala das Reuniões, 27 de novembro de 2023.

Mauro Tramonte, presidente da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia (Republicanos).

REQUERIMENTO Nº 4.780/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Subsecretaria de Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde em Belo Horizonte e à Superintendência de Vigilância Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado de Saúde em Belo Horizonte pedido de providências para com relação aos recentes casos de viroses em crianças e adolescentes no Município de Água Comprida/MG.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2023.

Caporezzo (PL)

Justificação: Venho por meio deste requerimento expressar profunda preocupação em relação aos relatos recentes de uma virose que está afetando crianças no Município de Água Comprida/MG. Segundo moradores várias crianças estão sendo internadas com sintomas de gripe/mal estar e após serem diagnosticadas e liberadas voltam ao serviço de saúde municipal em situação crítica sendo transferidas para a Regional de Uberaba. Até o momento são mais de 10 casos com os mesmos sintomas. Em anexo, segue o relatório médico de uma criança que veio a falecer depois de diagnosticada e liberada. A criança retornou horas depois em situação extremamente grave que veio a falecer. É necessário uma investigação mais apurada sobre estes fatos, pois outras crianças estão na mesma situação e novos casos estão surgindo na cidade. Inclusive é necessário uma investigação com relação a este caso, pois a criança veio a falecer depois de liberada para voltar para sua residência. Desta forma, solicitamos à Subsecretaria de Vigilância em Saúde e à Superintendência de Vigilância Epidemiológica para apurar os fatos e tomar todas as atitudes cabíveis para resguardar o bom atendimento ao cidadão e preservar a vidas das crianças na cidade de Água Comprida.

REQUERIMENTO Nº 4.790/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Leleco Pimentel aprovado na 23ª Reunião Ordinária, realizada em 29/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito de Ipatinga pedido de informações o plano de saneamento de Ipatinga e sobre o planejamento da concessão do saneamento no município.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 11ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 27/11/2023, que teve por finalidade debater a proposta em curso de privatização do serviço de água e esgoto na cidade.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2023.

Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

REQUERIMENTO Nº 4.793/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Leleco Pimentel aprovado na 23ª Reunião Ordinária, realizada em 29/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito de Ipatinga pedido de informações consubstanciadas no contrato e no relatório final elaborado pela Fundação Instituto de Engenharia – FIA –, de São Paulo, relativos ao estudo do saneamento básico em Ipatinga contratado pela prefeitura.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 11ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 27/11/2023, que teve por finalidade debater a proposta em curso de privatização do serviço de água e esgoto na cidade.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2023.

Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

REQUERIMENTO Nº 4.795/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Leleco Pimentel aprovado na 23ª Reunião Ordinária, realizada em 29/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito de Ipatinga pedido de informações os investimentos que a prefeitura planeja realizar no saneamento básico do município com fundos oriundos do acordo da Vale em decorrência do acidente da barragem de mineração em Mariana, especificando os montantes envolvidos, os projetos previstos e os mecanismos de garantia da governança popular dos recursos.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 11ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 27/11/2023, que teve por finalidade debater a proposta em curso de privatização do serviço de água e esgoto na cidade.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2023.

Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

REQUERIMENTO Nº 4.826/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 30/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf – Superintendência Regional em Minas Gerais em Montes Claros pedido de providências para que o servidor Júlio César Nunes, analista de desenvolvimento regional, Matrícula nº 122240-6, lotado na 1º Superintendência Regional, em Montes Claros, seja transferido para a 16º Superintendência Regional, em Belo Horizonte, para que possa acompanhar mais proximamente sua mãe, gravemente debilitada por conta de um câncer.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2023.

Betão, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PT).

REQUERIMENTO Nº 4.827/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 30/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que seja aberta sindicância interna com vistas à apuração das responsabilidades pela ordem de trabalho presencial dada, mesmo com as obras de manutenção nos elevadores da Cidade Administrativa, ao servidor Marcos Tadeu Rozemberg, de 66 anos, funcionário dessa secretaria, que faleceu em 27/11/2023, dentro do prédio Minas da Cidade Administrativa; e que seja assegurada a possibilidade de teletrabalho a todos os servidores que, por questões de saúde, bem de condições de segurança do trabalho, demandarem trabalhar remotamente.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2023.

Betão, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PT).

Justificação: Conforme noticiado pelos meios de comunicação, o servidor, assim como inúmeros funcionários, estavam trabalhando em regime remoto, em decorrência de obras de manutenção nos elevadores da Cidade Administrativa, porém mesmo após Marcos manifestar o seu desejo de permanecer em teletrabalho, foi determinado o seu retorno ao trabalho presencial.

REQUERIMENTO Nº 4.831/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 30/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – em Belo Horizonte pedido de providências para realizar vistoria em caráter emergencial aos prédios da Cidade Administrativa, para verificar se todas as unidades do órgão estão cumprindo todas as exigências técnicas de modo a garantir um ambiente de trabalho seguro. Conforme denúncia do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público no Estado de Minas Gerais – Sindipúblicos/MG –, sindicato que representa os servidores da Cidade Administrativa, caso seja necessário a realização de uma evacuação, bem como outro tipo de emergência, a infraestrutura do prédio não dispõe dos meios necessários para que estes procedimentos sejam feitos de modo seguro e rápido.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2023.

Betão, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PT).

REQUERIMENTO Nº 4.834/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 30/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para a abertura de concurso público, com vistas a suprir o déficit de funcionários do quadro da empresa, ampliando seu corpo de servidores e assegurando a ampliação e a melhoria da prestação serviços de qualidade à população.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 17ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 30/11/2023, que teve por finalidade debater os impactos do processo de terceirizações na Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, bem como a eficiência e a qualidade dos serviços prestados por ela à população mineira.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2023.

Betão, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PT).

REQUERIMENTO Nº 4.835/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 29/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ – e ao Tribunal Regional Federal – 6ª Região – TRF6 – pedido de providências para a adoção de medidas com vistas a garantir, no âmbito da Mesa de Repactuação do Acordo de Mariana e de acordo com suas respectivas competências: a efetiva escuta, por meio de encontros presenciais, das entidades que prestam assessoria técnica independente na Bacia do Rio Doce, de modo a oportunizar-lhes a apresentação de seus processos de implementação e trabalhos realizados; o respeito à vontade do conjunto dos atingidos nas escolhas das entidades que prestarão assessoria técnica independente no processo coordenado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos e instituições de Justiça; o respeito ao termo de compromisso que rege as obrigações das entidades que prestam assessoria técnica independente e que sejam consultadas em caso de mudanças nas cláusulas; o não retrocesso do que foi aprovado pelo Juízo da 4ª Vara Federal em relação aos prazos para prestação das assessorias técnicas independentes, considerando-se a manifestação do atual juiz responsável sobre a necessidade de manutenção das assessorias enquanto houver reparação; a disponibilização de assessoria técnica em todos os territórios da Bacia do Rio Doce, primordialmente naqueles em que ainda não há esse serviço, observando-se em particular os interesses dos povos e comunidades tradicionais; a efetiva independência das assessorias técnicas em relação às empresas Samarco, Vale e BHP e à Fundação Renova; o respeito ao direito dos povos e comunidades tradicionais à consulta livre e informada, assegurando-se o protagonismo dessas populações no processo de repactuação bem como em decisões ou deliberações a eles inerentes, nos termos da Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 10ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 5/10/2023, que teve por finalidade debater, com as assessorias técnicas dos atingidos, as ações de reparação dos impactos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Ulysses Gomes, presidente e relator da Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana (PT).

REQUERIMENTO Nº 4.836/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 29/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para atuarem, no âmbito de suas atribuições, na abertura das discussões necessárias à regulamentação do direito à assessoria técnica independente, conforme previsto no art. 3º, VIII, da Lei nº 23.795, de 15 de janeiro de 2021, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens – Peab – e dá outras providências, com participação da sociedade civil e das pessoas atingidas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 10ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 5/10/2023, que teve por finalidade debater, com as assessorias técnicas dos atingidos, as ações de reparação dos impactos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Ulysses Gomes, presidente e relator da Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana (PT).

REQUERIMENTO Nº 4.871/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1/2023, recebida na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2023, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para formulação de estratégias específicas à população jovem, com a finalidade de desenvolver o potencial de inclusão profissional e etária nos segmentos de esporte e produção cultural, no escopo do Programa 105 – Formação e Capacitação Técnico-Cultural e do Programa 069 – Fomento ao Esporte, à Atividade Física e ao Lazer, contidos no Projeto de Lei nº 1.496/2023, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio de 2024-2027 – PPAG 2024-2027.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.872/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1/2023, recebida na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2023, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para análise de viabilidade de:

1) criação de programa estadual semelhante ao Programa Federal Jovem Aprendiz, que vise garantir e monitorar o cumprimento dos direitos trabalhistas da população jovem, que preveja a concessão de benefícios fiscais às empresas parceiras e incentive estratégias de consorciação com administrações municipais para a consecução dos objetivos propostos;

2) fomento à criação de conselhos municipais da juventude com o objetivo de apoiar a inserção e o desenvolvimento dos jovens no mercado de trabalho, visando, principalmente, àquela população residente em domicílios com renda familiar *per capita* abaixo de um salário-mínimo e meio, ou que sejam pretos, pardos, indígenas ou jovens com deficiência.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.873/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1/2023, recebida na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2023, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para a análise de viabilidade de criação de uma plataforma interativa, de natureza interfederativa, voltada para jovens ingressantes no mercado de trabalho e emprego, que disponibilize acesso a *sites* governamentais, oficinas, cursos gratuitos, como os disponíveis no portal da Escola Nacional de Administração Pública – Enap – ou no "Sistema S", além de prover textos informativos e videoaulas que contribuam com a preparação do jovem para a entrada no mercado de trabalho, bem como para facilitar a comunicação entre empresas e jovens.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.874/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2/2023, recebida na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2023, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para:

1) aprimoramento do programa Trilhas do Futuro, com oferta de cursos voltados ao mercado digital e novas tecnologias, que sejam também disponibilizados na modalidade de educação à distância para atender alunos que não têm acesso às instituições parceiras no seu município;

2) promoção de ações de qualificação profissional, com oferta de cursos que desenvolvam habilidades que contribuam para a inserção do jovem no mercado de trabalho, como oratória, orientação profissional, noções de direito trabalhista, etc., todos com a devida certificação de conclusão ao final do curso;

3) destinação de parte da carga horária dos itinerários formativos nas escolas públicas e privadas da rede estadual para a realização da semana da empregabilidade do jovem e de orientação vocacional, com os objetivos de difundir o conhecimento e provocar o interesse dos jovens em diferentes áreas de atuação profissional.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.875/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2/2023, recebida na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2023, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de providências para avaliar a viabilidade de ampliação das formas de ingresso nos cursos de graduação, como carta de apresentação, entrevistas, desempenho do estudante em sua trajetória escolar e avaliação do seu comprometimento acadêmico no ensino médio.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.876/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2/2023, recebida na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2023, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pedido de providências para avaliar a viabilidade de ampliação das formas de ingresso nos cursos de graduação, como carta de apresentação, entrevistas. desempenho do estudante em sua trajetória escolar e avaliação do seu comprometimento acadêmico no ensino médio.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.877/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 3/2023, recebida na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2023, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que avalie a possibilidade de aumentar o valor da ajuda de custo aos estudantes do Programa Trilhas do Futuro que residem em áreas rurais.

Requer, ainda, que a secretaria estude a viabilidade de aprimorar a capacitação profissional oferecida nas escolas estaduais, em municípios distantes dos centros urbanos, por meio do investimento na estrutura das escolas e da contratação de profissionais responsáveis por essas capacitações.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.878/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 3/2023, recebida na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2023, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que viabilize, em parceira com os municípios que não oferecem passe livre estudantil, o transporte escolar para os estudantes de baixa renda das escolas estaduais.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 4.879/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 3/2023, recebida na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2023, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que avalie a possibilidade de concessão de bolsas de incentivo aos estudantes de baixa renda no ensino médio, para incentivar sua permanência na escola.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.880/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 3/2023, recebida na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2023, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais pedido de providências para intensificar as ações de fiscalização nas empresas quanto ao cumprimento do percentual de quotas para pessoas com deficiência, determinado pela Lei Federal nº 8.213, de 24/7/1991.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.881/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 3/2023, recebida na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2023, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para realizar campanhas para conscientização sobre a importância de contratação de pessoas com deficiência pelas empresas, bem como para ampliar a divulgação das oportunidades de emprego para pessoas com deficiência.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.882/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 4/2023, apresentada por Adriel Gomes Repolho Cabral, da Prefeitura Municipal de Guanhães, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que realize fiscalização ambiental preventiva na região da Área de Proteção Ambiental do Alto do Mucuri – APA Alto do Mucuri – de forma a coibir ações ilegais de desmatamento; e, ainda, para que estude a possibilidade de incluir a região no Plano Anual de Fiscalização Ambiental da secretaria.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.883/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 4/2023, apresentada por Adriel Gomes Repolho Cabral, da Prefeitura Municipal de Guanhães, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, na execução da Ação 4038 – Fiscalização Ambiental –, dê especial atenção à região do Alto Jequitinhonha, tendo em vista o aumento das atividades minerárias nessa área, em especial de rochas ornamentais, o que pode configurar ameça à significativa produção de água que abastece o Rio Jequitinhonha; e, ainda, que estude a possibilidade de incluir a região no Plano Anual de Fiscalização da secretaria.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.884/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 4/2023, apresentada por Adriel Gomes Repolho Cabral, da Prefeitura Municipal de Guanhães, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que cumpra a decisão proferida nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença nº 1.0000.16.050144-1/000, garantindo a valorização dos servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema –, promova concurso público e componha equipes

multidisciplinares aptas a realizar fiscalização ambiental – em especial de empreendimentos de extração de minério de ferro na região leste do Estado –, e que possam acompanhar as condicionantes impostas nos atos de regularização ambiental emitidos pela secretaria.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.885/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 5/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Alocação de recursos para realização de campeonatos de bairros, com pagamento de arbitragens, aquisição de bolas, uniformes, remédios e premiações, bem como para apoio às equipes de categorias de base, em Montes Claros.

Regionalização: Região Intermediária de Montes Claros

Valor: R$200.000,00

Categoria econômica da despesa: Custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4170 – Apoio à realização de ações esportivas

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Projeto/Atividade: Realização de Jogos Quilombolas no Estado de Minas Gerais pela Associação da Comunidade Quilombola de Palmeirinha, no Município de Pedras de Maria da Cruz.

Regionalização: Região Intermediária de Montes Claros

Valor: R$170.000,00

Categoria econômica da despesa: Custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4170 – Apoio à Realização de Ações Esportivas

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Projeto/Atividade: Realização do Jogos Indígenas de Minas Gerais (aquisição de material esportivo, financiamento de transporte entre as aldeias, de alimentação durante o evento e para premiação).

Regionalização: Estadual

Valor: R$250.000,00

Categoria econômica da despesa: Custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4170 – Apoio à realização de ações esportivas

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Projeto/Atividade: Iluminação de campos de futebol de bairro, reforma de alambrados e vestiários, no Município de Montes Claros.

Regionalização: Região Intermediária de Montes Claros

Valor: R$269.856,00.

Categoria econômica da despesa: Capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4170 – Apoio à realização de ações esportivas

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.886/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 5/2023. apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para apoiar a realização do campeonato de futebol das comunidades quilombolas do vale do Mucuri.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.887/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 5/2023. apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para publicação de editais específicos da Lei de Incentivo ao Esporte e para destinação de recursos da contrapartida da Lei Estadual de Incentivo ao esporte para:

– realização de competições esportivas em municípios de pequenos porte;

– realização de competições esportivas em áreas rurais;

– apoio a projetos com objetivo de incentivar o esporte feminino;

– realização de atividades esportivas em comunidades quilombolas.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.888/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 5/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para sejam priorizadas ações em áreas de vulnerabilidade social na execução das atividades previstas para a Ação 4170.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.889/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 5/2023. apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado Desenvolvimento Social pedido de providências para sejam atendidos os alunos das escolas estaduais situadas na regional de Diamantina no programa Geração Esporte, desta secretaria.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.890/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 6/2023. apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Novo Oriente pedido de providências para que avalie a possibilidade de incluir a entidade Lar dos Idosos Irmã Giovanna de forma complementar na rede socioassistencial do município.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.891/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 6/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Pavão pedido de providências para que avalie a possibilidade de incluir a entidade Lar dos Velhinhos Maria Medina de forma complementar na rede socioassistencial do município.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.892/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 6/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Diamantina pedido de providências para que avalie a possibilidade de incluir a entidade Asilo de Idosos Casa Frederico Ozanam de forma complementar na rede socioassistencial do município.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.893/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 7/2023. apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que estude a viabilidade de alterar o Decreto nº 43.978, de 2005, que regulamenta a Lei nº 14.614, de 31/3/2003, que institui o programa de apoio financeiro à escola família agrícola do Estado, a fim de ampliar as modalidades de apoio às EFAs, prevendo-se a possibilidade de transferência de recursos para obras de reforma e ampliação das unidades.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.894/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 7/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que analise a viabilidade de expandir o número de escolas quilombolas na região intermediária de Montes Claros e Teófilo Otoni, para atender os Municípios de Araçuaí, Berilo, Coronel Murta, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Jenipapo de Minas, Itinga, Minas Novas e Virgem da Lapa.

Requer, ainda, sejam ouvidas a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social do Vale do São Francisco – Adiante –, a Associação de Amigos da Cultura da Região de Januária, e a Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha – Coquivale.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 4.895/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 7/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para avaliar a possibilidade de transferência às Escolas Família Agrícola de recursos para alimentação escolar no âmbito da Ação 2102 – Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – ou da Ação 2101 – Programa Estadual de Alimentação Escolar – Peae –, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.898/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Realização do 13º Festeje – Festival de Teatro do Vale do Jequitinhonha

Regionalização: Região Intermediária de Teófilo Otoni

Valor: R$100.000,00

Categoria econômica da despesa: Custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias.

UO: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult.

Projeto/Atividade: Circulação de apresentações do Coral das Lavadeiras de Almenara, por meio de apresentações e rodas de conversa em escolas públicas das regiões Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha

Regionalização: Região Intermediária de Teófilo Otoni

Valor: R$150.000,00;

Categoria econômica da despesa: Custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias.

UO: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult.

Projeto/Atividade: Projeto Viola de Feira, em Belo Horizonte e interior de Minas.

Regionalização: Estadual

Valor: R$500.000,00;

Categoria econômica da despesa: Custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias.

UO: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult.

Projeto/Atividade: Realização do Festivale – Festival de Cultura Popular, no Vale do Jequitinhonha

Regionalização: Região Intermediária de Teófilo Otoni

Valor: R$500.000,00

Categoria econômica da despesa: Custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias.

UO: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult.

Projeto/Atividade: Realização do Mucuriarte – Festival de Cultura Popular, no Vale do Mucuri

Regionalização: Região Intermediária de Teófilo Otoni

Valor: R$400.000,00

Categoria econômica da despesa: Custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias.

UO: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult.

Projeto/Atividade: Realização da 4ª Mostra de Artes Bastião Mão de Onça, em Medina

Regionalização: Região Intermediária de Teófilo Otoni

Valor: R$100.000,00

Categoria econômica da despesa: Custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias.

UO: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult.

Projeto/Atividade: Apoio à realização da Cavalgada Tradicional de Garapão.

Regionalização: Região Intermediária de Montes Claros

Valor: R$150.000,00;

Categoria econômica da despesa: Custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias.

UO: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult.

Projeto/Atividade: 3º edição do Festival Cultural Sons, Cores e Sabores da Serra Geral

Regionalização: Região Intermediária de Montes Claros

Valor: R$150.000,00

Categoria econômica da despesa: Custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias.

UO: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult.

Projeto/Atividade: 8ª FESTA – Festival Internacional de Teatro de Palco e Rua de Araçuaí

Regionalização: Região Intermediária de Teófilo Otoni

Valor: R$100.000,00

Categoria econômica da despesa: Custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias.

UO: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult.

Projeto/Atividade: Realização do 2º Encontro dos Vales – Cultura e Sabores, em Belo Horizonte

Regionalização: Região Intermediária de Belo Horizonte

Valor: R$350.000,00

Categoria econômica da despesa: Custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias.

UO: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult.

Projeto/Atividade: Realização de Festival Queima do Alho, em Guaranésia

Regionalização: Região Intermediária de Varginha

Valor: R$100.000,00

Categoria econômica da despesa: Custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias.

UO: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult.

Projeto/Atividade: Realização do Festival Aquilomba Minas, no Quilombo Palmeirinha, em Pedras de Maria da Cruz

Regionalização: Região Intermediária de Montes Claros

Valor: R$100.000,00

Categoria econômica da despesa: Custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias.

UO: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult.

Projeto/Atividade: Oficinas de Fomento e Preservação da Cultura Quilombola, iniciativa da Associação Quilombola Vaz Pereira, da Comunidade Rural São Julião II

Regionalização: Região Intermediária de Teófilo Otoni

Valor: R$150.000,00;

Categoria econômica da despesa: Custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias.

UO: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult.

Projeto/Atividade: Realização de apresentações do espetáculo Ser Criança, do músico Rubinho do Vale

Regionalização: Região Intermediária de Teófilo Otoni

Valor: R$200.000,00

Categoria econômica da despesa: Custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias.

UO: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult.

Projeto/Atividade: Revitalização do Entorno da Lagoa do Bairro Pernambuco, no Município de Monte Azul

Regionalização: Região Intermediária de Montes Claros

Valor: R$500.000,00

Categoria econômica da despesa: Capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias.

UO: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.899/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Ministério da Infraestrutura pedido de providências para que, nas negociações das renovações antecipadas das concessões ferroviárias, bem como na revisão periódica dos contratos firmados, seja incluído como contrapartida o apoio a projetos de memória ferroviária em Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.900/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que sejam apoiadas iniciativas de turismo rural no Estado.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.901/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4328 – Estruturação de Produtos Turísticos –, seja apoiada a criação de rota que incorpore as grutas da região do Município de Luislândia.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.902/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4328 – Estruturação de Produtos Turísticos –, seja apoiada a criação da Rota do Café das Matas de Minas, na região do Município de Manhuaçu.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.903/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que seja verificada a possibilidade de apoio à construção de um pórtico, bem como de um centro de informações turísticas, na entrada do Município de Manhuaçu.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.904/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4328 – Estruturação de Produtos Turísticos –, seja apoiada a criação da Rota dos Quilombos do Vale do Jequitinhonha.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.905/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para o apoio à criação do complexo turístico Museu Ferroviário do Norte de Minas, no Município de Monte Azul.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.906/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Ministério da Infraestrutura pedido de providências para que, nas negociações das renovações antecipadas das concessões ferroviárias, bem como na revisão periódica dos contratos firmados, seja incluído como contrapartida o apoio ao projeto Museu Ferroviário do Norte de Minas.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.907/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4328 – Estruturação de Produtos Turísticos –, seja apoiada a criação de rotas de ecoturismo na Região Imediata de Caratinga e na Região Intermediária de Ipatinga, bem como para a sinalização turística dessas regiões.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.908/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4328 – Estruturação de Produtos Turísticos –, seja promovida a sinalização turística da Via Saint-Hilaire, em trecho da Rodovia MG-10, do entroncamento do Distrito de Itapanhoacanga até o Serro.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.909/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4328 – Estruturação de Produtos Turísticos –, seja apoiada a criação de rota de Turismo de Base Comunitária na região do entorno do Lago de Irapé.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.910/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias –, seja apoiada a criação de oficinas específicas de capacitação para associações de povos e comunidades tradicionais, para a elaboração de projetos destinados a mecanismos de fomento à cultura.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.911/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias –, seja apoiada a criação de oficinas específicas de capacitação para associações de povos e comunidades tradicionais, para a elaboração de projetos destinados a mecanismos de fomento à cultura, com oferta específica para os grupos de tradição afro-brasileira de Bocaiuva.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.912/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias –, seja avaliada a criação de edital específico do Fundo Estadual de Cultura para a Região Intermediária de Ipatinga, com o objetivo de apoiar projetos de proteção do patrimônio cultural da região.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.913/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias –, seja realizada identificação dos grupos de tradição afro-brasileira de Bocaiuva, para viabilizar a instituição de ações de salvaguarda desses grupos.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.914/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – pedido de providências para que acompanhe e assessore os projetos de restauração e demais intervenções necessárias na Estação Ferroviária Bahia-Minas, de Araçuaí, também conhecida como Estação Ferroviária de Engenheiro Schnoor, conforme solicitação apresentada nas discussões participativas para a elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.915/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias –, acompanhe e assessore os projetos de restauração e demais intervenções necessárias na Estação Ferroviária Bahia-Minas, de Araçuaí, também conhecida como Estação Ferroviária de Engenheiro Schnoor, bem como promover as articulações necessárias entre o mencionado município e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan –, para que a integridade do bem cultural em referência seja garantida.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.916/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Ministério da Infraestrutura pedido de providências para que apoie os projetos de restauração e demais intervenções necessárias na Estação Ferroviária Bahia-Minas, de Araçuaí, também conhecida como Estação Ferroviária de Engenheiro Schnoor, conforme solicitação apresentada nas discussões participativas para a elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.917/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Guanhães pedido de providências para que, em relação ao projeto de instalação de escultura em homenagem aos povos originários da região, sejam ouvidos os povos indígenas que vivem no município acerca da forma como gostariam de ser retratados, conforme solicitação apresentada nas discussões participativas para a elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.918/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação para que avalie a possibilidade de realização de oficinas de formação em dança, capoeira e música nas escolas estaduais da região de Ipatinga.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.919/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação para que avalie a possibilidade de realização de oficinas de formação em circo nas escolas estaduais.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.920/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias –, acompanhe e assessore os grupos culturais tradicionais de Brasília de Minas, Luislândia, São Romão, Icaraí de Minas e Campo Azul para a realização de pesquisas, cadastros, capacitação, fomento e difusão dos bens culturais a eles relacionados, de modo que a iniciativa conte com metodologia adequada, anuência das comunidades e estruturação de plataforma de disponibilização dos dados, respeitando-se as determinações legais sobre proteção de dados.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.921/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 9/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade:

1) Construção de barraginhas e barraginhas subterrâneas, caixas de contenção e conjunto de ecotécnicas nas Regiões Intermediárias de Teófilo Otoni, Governador Valadares e Montes Claros.

Regionalização: Estadual

Valor: R$1.400.000,00

Categoria econômica da despesa: custeio e capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4396 – Recuperação Integrada da Capacidade Produtiva das Bacias

UO: 1231 – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

2) Construção de barraginhas, adequação de estradas rurais e proteção de nascentes nos seguintes municípios: Alvarenga, Caratinga, Vermelho Novo, Iapu, Entre Folhas, Vargem Alegre, Ipatinga, Raul Soares, Bom Jesus do Galho e Mesquita, além de toda a bacia do CBH Caratinga

Regionalização: Estadual

Valor: R$200.000,00

Categoria econômica da despesa: custeio e capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4396 – Recuperação Integrada da Capacidade Produtiva das Bacias

UO: 1231 – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.922/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 9/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade:

Aquisição de *kits* de irrigação para agricultura familiar nas regiões intermediárias de Teófilo Otoni, Governador Valadares, Montes Claros e Divinópolis.

Regionalização: Estadual

Valor: R$1.600.000,00

Categoria econômica da despesa: custeio e capital

Sugestão de remanejamento: ação: 4398 – Irriga Minas – Agricultura Irrigada Sustentável

UO: 1231 – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.923/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 9/2023. apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que avalie possível lançamento de esgoto que estaria causando poluição no Rio Tremedal e na lagoa próxima a ele, localizados no Município de Monte Azul.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 4.924/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 9/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande pedido de providências para que avalie a possibilidade de executar ações de revitalização do Rio Tremedal e da lagoa próxima a ele, no Município de Monte Azul, atualmente afetados pelo lançamento de esgoto e pelo descarte de resíduos.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.925/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 9/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que avalie a possibilidade de execução de ações de revitalização do Rio Tremedal e da lagoa próxima a ele, no Município de Monte Azul, atualmente afetados pelo lançamento de esgoto e pelo descarte de resíduos.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.926/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 9/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, na execução da Ação 4396 – Recuperação Integrada da Capacidade Produtiva das Bacias, do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027 –, priorize as sub-bacias dos Rios Mucuri e Médio e Baixo Jequitinhonha.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 4.927/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 9/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que seja ofertada capacitação sobre barraginhas, sua utilização e técnica de construção.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.928/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 9/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, na execução da Ação 4419 – Estradas e Infraestrutura Rural, do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027 –, seja ampliado o atendimento para a melhoria das estradas vicinais em todas as regiões do Estado, em especial nas áreas montanhosas, em razão da importância ambiental e econômica dessas vias e, ainda que forneça apoio aos municípios na estruturação de viveiros de mudas.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.929/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 9/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – pedido de providências para que, na execução da Ação 4419 – Estradas e Infraestrutura Rural, do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027 –, seja ampliado o atendimento para a melhoria das estradas vicinais em todas as regiões do Estado, em especial nas áreas montanhosas, em razão da importância ambiental e econômica dessas vias.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.930/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 10/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Alocação de recursos para aquisição de caminhonete com tração 4x4, classe ASF (Auto Salvamento Florestal), com tanque de água com capacidade para 400 a 600 litros, para a 6ª Companhia Independente do Corpo de Bombeiros Militar, sediada no Município de Diamantina.

Regionalização: Região Intermediária de Teófilo Otoni.

Valor: R$400.000,00.

Categoria econômica da despesa: despesas de capital.

Sugestão de remanejamento: Ação 4115 – Gestão da Resposta a Desastres.

UO: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.935/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 11/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para fomentar, inclusive com aporte de recursos específicos, a realização de quatro capacitações regionais, nas microrregiões Baixo Jequitinhonha, Médio Jequitinhonha, Alto Jequitinhonha e Mucuri, na forma presencial, direcionadas a representantes de órgãos públicos, entidades e segmentos da sociedade civil que atuam nas redes de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, com vistas à abordagem de três eixos centrais: estruturação do fluxo e protocolo de atendimento; fortalecimento dos conselhos municipais dos direitos das mulheres; e organização dos trabalhos com homens agressores em cumprimento de medida protetiva.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.936/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 11/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para envidar esforços na contratação de equipes técnicas permanentes para a prestação do atendimento itinerante próprio do projeto Ônibus Lilás, de modo a propiciar esse atendimento em mais regiões do Estado, especialmente em zonas rurais e em áreas de maior vulnerabilidade social, priorizando-se a Região Intermediária de Teófilo Otoni.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.937/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 11/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para fomentar, com o aporte de recursos específicos, a realização de encontros regionais de mulheres, em todos os microterritórios do Vale do Mucuri, com vistas a incentivar a auto-organização e a participação das mulheres nos espaços de controle social.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.938/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 11/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para ampliar a destinação de recursos destinados à oferta de capacitações profissionais, com foco na geração de renda e na promoção da independência econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente daquelas em situação violência doméstica e familiar, em todas as regiões do Estado.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.939/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 11/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para promover a realização de oficinas direcionadas para mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas em situação violência doméstica e familiar, contemplando conteúdos de interesse desse público, bem como apoio jurídico, psicológico e social, em todas as regiões do Estado.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.940/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 11/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para promover a realização de caravanas educativas, nas comunidades da zona rural dos municípios das regiões Norte, Jequitinhonha e Mucuri, por meio da rede de serviços e equipamentos de proteção às mulheres e com a participação das entidades da sociedade civil, como forma de difundir informações, criar espaços de reflexão e formação, reduzir os índices de violência e construir processos educativos que possam contribuir para a promoção da igualdade de gênero e a diminuição da vulnerabilidade social.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

REQUERIMENTO Nº 4.941/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 11/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para fomentar, com a disponibilização do suporte técnico e financeiro necessário, a constituição, pelos municípios, de unidades de acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, a serem criadas por meio de parcerias ou consórcios públicos, de modo a

fortalecer a proteção social, considerando-se a insuficiência de equipamentos com essa finalidade no Estado, em especial na região do Vale do Jequitinhonha.

Sala das Reuniões, de 5 dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.943/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 11/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para promover a ampliação do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, bem como a melhoria das condições de atendimento das unidades existentes, inclusive no que se refere ao incremento das equipes profissionais responsáveis.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.944/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 11/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para análise da viabilidade de ampliação do atendimento ofertado pelo Centro Risoleta Neves de Atendimento às Mulheres – Cerna –, por meio da realização de acordo de cooperação técnica para a contratação de equipe especializada na oferta de acompanhamento psicossocial, para atuação na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Município de Manhuaçu, no regime de plantão 24 horas.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.945/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 11/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para apoiar, no âmbito de suas competências institucionais, a implantação e a manutenção de uma Casa da Mulher Brasileira no Vale do Jequitinhonha.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.946/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 11/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Ministério das Mulheres pedido de providências para apoiar, no âmbito de suas competências institucionais, a implementação de uma Casa da Mulher Brasileira no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, considerando-se a formulação de demanda nesse sentido, apresentada durante o processo de discussão participativa da elaboração do PPAG 2024-2027, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, entre os dias 20/10 e 10/11/2023.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.947/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 11/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para apoiar, no âmbito de suas atribuições, a Rede Solidária de Mulheres e Homens do Município de Caraí, considerando-se a importância do trabalho desenvolvido em vista dos altos índices de violência doméstica e familiar na cidade e no Vale do Mucuri.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.948/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 12/2023, apresentada por Adicleia Oliveira Azevedo, da Associação de Agricultores Familiares, Pequenos Produtores de Leite e Derivados de Olhos D'Água e Região, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de providências para que sejam instalados poços artesianos nas Regiões Intermediárias de Teófilo Otoni e Montes Claros, especialmente na Comunidade de Cabeceira de Curral de Varas, na Associação de Traçadal, no Distrito de Engenheiro Dolabela, no Município de Bocaiúva, e na Associação João Teixeira de Souza, no Município de Olhos D’Água.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.953/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 12/2023, apresentada por Adicleia Oliveira Azevedo, da Associação de Agricultores Familiares, Pequenos Produtores de Leite e Derivados de Olhos D'Água e Região, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, pedido de providências para que garanta o abastecimento de água de 5 mil famílias na zona rural do Município de Monte Azul.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 4.958/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 12/2023, apresentada por Adicleia Oliveira Azevedo, da Associação de Agricultores Familiares, Pequenos Produtores de Leite e Derivados de Olhos D'Água e Região, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, pedido de providências para que melhore o atendimento no Município de Jequitinhonha, tendo em vista queixas frequentes de moradores locais de que o atendimento fica prejudicado nos meses de escassez de chuva, principalmente nas regiões mais carentes da zona urbana.

Sala das Reuniões, 5 de novembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.959/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 12/2023, apresentada por Adicleia Oliveira Azevedo, da Associação de Agricultores Familiares, Pequenos Produtores de Leite e Derivados de Olhos D'Água e Região, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guanhães pedido de informações sobre a rede de abastecimento de água do município, tanto da zona urbana, como da zona rural e, no caso específico da zona rural, que informe também a situação dos povoados e das vilas, onde não há prestação de serviço regular de abastecimento de água e de tratamento de esgoto.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.960/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 13/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para verificar a possibilidade de fortalecer o Projeto Trajeto Modas nas Regiões Intermediárias de Juiz de Fora e de Teófilo Otoni, bem como para implantar o projeto na Região Intermediária de Ipatinga, no âmbito da Ação 4157 – Fomento à Inclusão Produtiva de Mulheres –, do Programa 066 – Políticas de Trabalho e Emprego, do Plano Plurianual de Ação Governamental 2024-2027.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.961/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 13/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para realizar estudo com o fim de estruturar projeto que atenda público mais amplo do que o atendido no âmbito da Ação 4157 – Fomento à Inclusão Produtiva de Mulheres –, do Programa

066 – Políticas de Trabalho e Emprego, do Plano Plurianual de Ação Governamental 2024-2027, de forma a incluir pessoas vítimas de crimes violentos e crimes de ódio e seus familiares.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.962/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 13/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para fortalecer o Banco Comunitário de Liberdade e Inclusão Solidária Articulada – Banclisa –, no âmbito da Ação 4154 – Fomento para a Economia Popular Solidária e Promoção da Inclusão Produtiva –, do Programa 066 – Políticas de Trabalho e Emprego, do Plano Plurianual de Ação Governamental 2024-2027.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.963/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 13/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para:

– promover a inclusão produtiva das comunidades quilombolas de Minas Gerais, visando seu desenvolvimento sustentável;

– implantar o projeto Cultura Cooperativista no Município de Teófilo Otoni;

– realizar feiras e seminários nos municípios de Teófilo Otoni, Carlos Chagas, Malacacheta, Águas Formosas e Ouro Verde, bem como visitas técnicas nos 27 municípios que compõem o Vale do Mucuri, com o fim de apresentar a Rede Ecosol e prestar assistência técnica;

– implementar quintais produtivos nos municípios que compõem os vales do Jequitinhonha e do Mucuri, na Região Intermediária de Teófilo Otoni.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.964/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 14/2023, apresentada por Ana Clara Martins Albuquerque, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para promover articulação com as demais secretarias para orientação dos usuários dos Centros de Referência em Assistência Social, quanto ao uso de tecnologias digitais para o acesso a direitos.

Requer, ainda, que a Sedese realize curso de capacitação, no âmbito da Ação 4435 – Educação Permanente do Suas –, de forma presencial, para trabalhadores, gestores, conselheiros e usuários do Sistema Único de Assistência Social – Suas.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.966/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 14/2023, apresentada por Ana Clara Martins Albuquerque, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que estude a viabilidade de aumentar o valor do Piso Mineiro de Assistência Social para R$3,00 por pessoa cadastrada no Cadastro Único, com pagamento mínimo, por município, de R$3.000,00.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.967/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 14/2023, apresentada por Ana Clara Martins Albuquerque, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que elabore um diagnóstico da demanda por implantação de Centros-Dia no Estado, para o atendimento da pessoa idosa, considerando a existência de Creas para o referenciamento dessas unidades.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.968/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 15/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que apoie os municípios na implantação de equipes de saúde bucal no âmbito da atenção primária à saúde para atender a população quilombola no Estado.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.969/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 15/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que oriente os municípios que desenvolvem ações de saúde integral da população negra e quilombola quanto aos procedimentos necessários para solicitar a Unidade Odontológica Móvel ao Ministério da Saúde.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.970/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 15/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que apoie os municípios na implementação de ações de saúde mental no âmbito da atenção primária à saúde para atender a população quilombola no Estado.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.971/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 15/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que apoie os municípios na implementação da ozonioterapia como agente terapêutico, no âmbito da Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.972/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 15/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que apoie os municípios no atendimento das populações do Campo, da Floresta e das Águas, conforme o preconizado no Plano Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas – PNSIPCFA –, no âmbito da Ação 4126 – Promoção à Saúde e Políticas de Equidade – do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.975/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 15/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para ampliar o financiamento da Atenção Primária à Saúde (Programa 060 – Atenção Primária à Saúde), conforme a moção abaixo, elaborada pelos participantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental 2024-2027:

"Nós, cidadãos da sociedade civil, durante a discussão participativa do PPAG 2024-2027 realizado no dia 9 de novembro de 2023, na Escola do Legislativo, solicitamos atenção especial desta Casa Legislativa à proposta de suplementação orçamentária de R$ 200.000.000,00 na ação 4125 – Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (Programa 060 – Atenção Primária à Saúde), conforme justificado em anexo.

A solicitação parte da necessidade dos usuários do SUS – MG de ter uma atenção básica eficiente e capaz de atender a demanda em conformidade com os princípios do SUS. A Atenção Primária à Saúde – APS – fortalecida possibilita a redução de importantes indicadores de saúde como as internações por condições sensíveis à APS e a taxa de mortalidade materno-infantil.

É necessário garantir recursos para as campanhas de conscientização à população, educação em saúde e ampliação do acesso. O orçamento viabiliza o atendimento de populações em situação de vulnerabilidade social que têm necessidades específicas que devem ser contempladas pela APS.

Justificativa citada: Considerando que a cada R$1,00 não investido na Atenção Primária à Saúde – APS – simboliza um gasto de R$4,00 nos hospitais, entendemos que é fundamental a ampliação dos investimentos na APS.

Atualmente, a política de financiamento da APS contempla os 853 municípios mineiros e os recursos a ela destinado é rateado entre todos eles. Dessa forma, é necessário um investimento robusto na APS para que seja refletido nos orçamentos municipais, garantindo a carteira de serviços da atenção básica, como preconiza o SUS.

Este investimento possibilita a redução das internações por condição sensível à APS, além da melhora na qualidade do pré-natal, reduzindo a mortalidade materno-infantil. Ademais, promove políticas de educação em saúde e em campanhas de conscientização a fim de prevenir os agravos de saúde."

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.976/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 16/2023. apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede-MG – pedido de providências para a contratação de consultoria, com a finalidade de elaborar projeto de fomento do desenvolvimento do negócio do artesanato, por meio de:

– apoio à criação de associação de mulheres maxacalis artesãs, mapeamento da produção artesanal da etnia e assessoramento em elaboração de plano de negócios e de gestão da produção e comercialização artesanal identificada.

– construção de sede própria destinada às atividades produtivas artesanais da associação de artesãos Grupo Crescer, bem como realização de mapeamento da produção artesanal dessa comunidade, situada no município de Caraí, e assessoramento em elaboração de plano de negócios e de gestão da produção e comercialização artesanal identificada.

– construção do Centro de Referência e Salvaguarda de Saberes e Fazeres, incluindo a estrutura física requerida (obras civis e equipamentos), mapeamento da produção artesanal da região do município de Sacramento e assessoramento em elaboração de plano de negócios e de gestão da produção e comercialização artesanal identificada, por meio de interlocução com a Federação dos Artesãos Mineiros.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.977/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 16/2023. apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que o projeto e a atividade indicado a seguir, demandado pela população e resultante do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, seja executado no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Ampliação da participação do público-alvo nas três edições da Feira Nacional de Artesanato, a serem realizadas respectivamente em Belo Horizonte, Brasília e São Paulo.

Regionalização: Estadual

Valor: R$400.000,00

Categoria econômica da despesa: Despesas Correntes

Sugestão de remanejamento: Ação: 4474 – Artesanato Empreendedor

Unidade Orçamentária: 1221 – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.978/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 17/2023, apresentada por Breno Paulo de Oliveira Almeida, do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Instalação de 10 cisternas para captação de água de chuva (16 mil litros, de polietileno, em escolas e associações de produtores).

Regionalização: Região Intermediária de Montes Claros.

Valor: R$140.000,00.

Categoria econômica da despesa: capital.

Sugestão de remanejamento: Ação 1089 – Projeto Convivência com a Seca e Estiagem.

UO: Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.980/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 17/2023, apresentada por Breno Paulo de Oliveira Almeida, do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Gabinete Militar do Governador do Estado – GMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 4390 – Gestão do Risco de Desastres –, do Programa 48 – Proteção e Defesa Civil – do PPAG 2024-2027, realizar em todo o Estado ações de treinamento e capacitação de agentes municipais de proteção e defesa civil, com vistas a dar continuidade às ações promovidas pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil em 2023.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 4.981/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 17/2023, apresentada por Breno Paulo de Oliveira Almeida, do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Gabinete Militar do Governador do Estado – GMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 4356 – Gestão de Desastre –, do Programa 48 – Proteção e Defesa Civil – do PPAG 2024-2027, distribuir material de ajuda humanitária à população afetada por desastres nas Regiões Intermediárias de Teófilo Otoni e Montes Claros, a fim de restabelecer minimamente a dignidade dessas pessoas.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 4.983/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 18/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que, na execução da Ação 4056 – Recuperação Ambiental, do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027 – contemple a Região Intermediária de Teófilo Otoni, viabilizando a aquisição de material para o cercamento de nascentes e a restauração ambiental de áreas de recarga hídrica em topos de morro.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.984/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 18/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que realize uma avaliação do programa Bolsa Verde para abranger: i) os resultados alcançados; ii) os eventuais problemas enfrentados na gestão do programa; e iii)

uma possível continuidade da política pública de pagamento por serviços ambientais voltada para a conservação da biodiversidade com eventuais modificações em seu escopo.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.986/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 18/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que proceda ao levantamento de eventuais investimentos necessários para conservação, estruturação e regularização fundiária do Parque Estadual Serra Nova e Talhado.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.987/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 18/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que, na execução de ações voltadas para o combate a incêndios florestais, considere as características da região Norte do Estado que favorecem a incidência e a propagação das queimadas e priorize ações na região, com a realização das seguintes atividades: campanhas de conscientização, construção de aceiros, orientação a produtores rurais, monitoramento das áreas de preservação e do entorno de unidades de conservação, patrulhamento preventivo e combate aos focos de incêndio.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.988/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 18/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que, na execução da Ação 4059 – Gestão de Unidades e Conservação, do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027 –, contemple a pavimentação de trechos da estrada do Parque Estadual do Rio Preto, visando à estabilização do piso da estrada para evitar o carreamento de terra para o rio Preto, melhorar a preservação dos recursos hídricos e a oferta de água para comunidades, melhorar a acessibilidade do cidadão à unidade de conservação e incentivar a visitação turística ao parque e à região, gerando renda para as comunidades do entorno.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.989/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2023, apresentada por Alcides Leite de Matos Sobrinho, da Prefeitura Municipal de Caratinga, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apoie, por meio da Ação 4028 – Promoção das Políticas Públicas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem de Águas Pluviais, do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027 –, a implantação de tratamento de esgoto na zona rural de Teófilo Otoni, atendendo prioritariamente aos moradores do Acampamento Mãe Esperança – Itamunheque –, Assentamento Fritz, Jaqueira e Lajinha, no Município de Teófilo Otoni, bem como à Comunidade de Santa Cruz, na área rural do Município de Catuji.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.990/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2023, apresentada por Alcides Leite de Matos Sobrinho, da Prefeitura Municipal de Caratinga, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apoie a implantação de sistemas estáticos de tratamento de esgoto para atendimento às comunidades rurais dos Municípios de Alvarenga, Bom Jesus do Galho, Caratinga, Entre Folhas, Iapu, Mesquita, Raul Soares, Vargem Alegre e Vermelho Novo (Região Intermediária de Ipatinga); Manhuaçu e São Pedro dos Ferros (Região Intermediária de Juiz de Fora), bem como a toda a Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga (Região Intermediária de Governador Valadares).

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.991/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2023, apresentada por Alcides Leite de Matos Sobrinho, da Prefeitura Municipal de Caratinga, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que oferte aos catadores, associações e cooperativas de materiais recicláveis dos Municípios de Monte Azul, Manhuaçu e região, cursos para que possam se capacitar e se habilitar para ingressar no Programa Bolsa Reciclagem.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.992/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2023, apresentada por Alcides Leite de Matos Sobrinho, da Prefeitura Municipal de Caratinga, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que execute obras e melhorias visando à redução

de maus odores advindos da unidade de tratamento de esgotos da Copasa, localizada no Bairro Sagrada Família, no Município de São Francisco.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 4.993/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2023, apresentada por Alcides Leite de Matos Sobrinho, da Prefeitura Municipal de Caratinga, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de providências para que fiscalize a Estação de Tratamento de Esgotos – ETE – da Copasa, localizada no Bairro Sagrada Família, no Município de São Francisco, a fim de verificar as condições operacionais, o atendimento aos padrões ambientais e a geração de maus odores nessa unidade.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 4.994/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2023, apresentada por Alcides Leite de Matos Sobrinho, da Prefeitura Municipal de Caratinga, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apoie ações voltadas à ampliação da coleta seletiva no Município de Monte Azul.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 4.995/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2023, apresentada por Alcides Leite de Matos Sobrinho, da Prefeitura Municipal de Caratinga, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A – Copanor –, pedido de providências para a ampliação e complementação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Chapada do Norte, de forma a atender aos Distritos de Boa Vista, Cachoeira do Norte, Santa Rita do Araçuaí e Granja do Norte.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 4.996/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2023, apresentada por Alcides Leite de Matos Sobrinho, da Prefeitura Municipal de Caratinga, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à

Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A – Copanor –, pedido de providências para que amplie o acesso à água na área rural e nos distritos do Município de Chapada do Norte, que estão sendo abastecidos por caminhões-pipa.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.997/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2023, apresentada por Alcides Leite de Matos Sobrinho, da Prefeitura Municipal de Caratinga, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que dê agilidade à implementação do Programa Universaliza Minas, que busca levar água tratada para mais de 370 localidades e áreas rurais do Estado, a fim de que sejam atingidas as metas de universalização dos serviços até 2033, conforme determina o Novo Marco Legal do Saneamento.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.998/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2023, apresentada por Alcides Leite de Matos Sobrinho, da Prefeitura Municipal de Caratinga, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para a implantação de fossas biodigestoras de placas, em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater–MG –, para tratamento dos esgotos em residências da zona rural dos municípios dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, com base na experiência do Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Gepaf – UFVJM.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.999/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2023, apresentada por Alcides Leite de Matos Sobrinho, da Prefeitura Municipal de Caratinga, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apoie e destine recursos ao laboratório de análise de água do Comitê Técnico Científico e Multidisciplinar do *campus* do Mucuri, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a fim de que a unidade possa cobrir despesas de custeio e de capital para demandas de análise de água dos municípios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.000/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2023, apresentada por Alcides Leite de Matos Sobrinho, da Prefeitura Municipal de Caratinga, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que avalie a possibilidade e a viabilidade de replicar o Projeto Fossas Sépticas Econômicas e Quintais Agroecológicos, executado no Município de Caratinga, no restante do Estado.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 5.001/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2023, apresentada por Alcides Leite de Matos Sobrinho, da Prefeitura Municipal de Caratinga, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que execute ações e projetos que possibilitem a ampliação da oferta e da distribuição de água aos Municípios de Jequitinhonha, Joaíma, Felisburgo, Almenara e mais 14 municípios do Baixo Jequitinhonha.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.002/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2023, apresentada por Alcides Leite de Matos Sobrinho, da Prefeitura Municipal de Caratinga, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que seja aumentada a capacidade dos reservatórios dos Municípios de Jequitinhonha, Joaíma, Felisburgo, Almenara e de outros municípios do Baixo Jequitinhonha, que têm passado por deficiência e intermitência no abastecimento e na distribuição de água tratada.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 5.003/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2023, apresentada por Alcides Leite de Matos Sobrinho, da Prefeitura Municipal de Caratinga, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para inclusão da Comunidade Boa Vista, no Município de Jequitinhonha, no Programa Universaliza Minas.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.004/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2023, apresentada por Alcides Leite de Matos Sobrinho, da Prefeitura Municipal de Caratinga, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que seja ampliado o sistema existente ou implantada nova infraestrutura de captação de água para a Comunidade Boa Vista, no Município de Jequitinhonha.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.005/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2023, apresentada por Alcides Leite de Matos Sobrinho, da Prefeitura Municipal de Caratinga, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apoie a instalação de fossas sépticas biodigestoras em residências da zona rural do Município de Juiz de Fora, visando à preservação do meio ambiente e à melhoria das condições de saúde da população local.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.006/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 20/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Desenvolvimento das atividades da Ação 4498 – APOIO À AGROINDÚSTRIA FAMILIAR –, nos municípios da Região Intermediária de Teófilo Otoni.

Valor: R$45.576,00.

Categoria econômica da despesa: custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4498 – APOIO À AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

UO: 2371 – Instituto Mineiro de Agropecuária

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.007/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 20/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade:

1) realização da Feira Estadual de Agricultura Familiar – Agriminas –, com R$200.000,00;

2) aquisição de *kits* de feira para atendimento da agricultura familiar no Estado, com R$600.000,00.

Regionalização: Estadual

Valor: R$800.000,00

Categoria econômica da despesa: custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4358 – CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO

UO: 1231 – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.013/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 20/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que, na execução da Ação 4359 – Cooperaf –, do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027 –, no atendimento às cooperativas de agricultores familiares dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, priorize aquelas ligadas à economia popular solidária, a assentamentos da reforma agrária e a povos e comunidades tradicionais.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.015/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 20/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que se articule com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado e Minas Gerais com o objetivo de propor, na revisão do PPAG 2024-2027 para o ciclo de 2025, uma ação especificamente voltada para o apoio financeiro, material e técnico à transição agroecológica dos estabelecimentos rurais do Estado.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.016/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 20/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado e Minas Gerais pedido de providências para que se articule com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento com o objetivo de propor, na revisão do PPAG 2024-2027 para o ciclo de 2025, uma ação especificamente voltada para o apoio financeiro, material e técnico à transição agroecológica dos estabelecimentos rurais do Estado.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.017/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 21/2023, apresentada por Cláudio Figueiredo Lula Junior, do Boa Vista Futebol Clube, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para viabilizar o acesso à moradia de interesse social e qualificar as comunidades quilombolas e os Municípios de São João da Ponte (Projeto João de Barro), São Pedro dos Ferros e Jequitinhonha, no âmbito da Ação 4184 – Apoio aos Municípios na Implementação da Política Habitacional e na Elaboração e Revisão de Planos Locais de Habitação de Interesse Social –, do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.018/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 21/2023, apresentada por Cláudio Figueiredo Lula Júnior, do Boa Vista Futebol Clube, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para o desenvolvimento ou financiamento de iniciativas de capacitação técnica em autoconstrução de moradias.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.019/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 21/2023, apresentada por Cláudio Figueiredo Lula Júnior, do Boa Vista Futebol Clube, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de providências para o desenvolvimento de iniciativas de capacitação técnica em autoconstrução de moradias, em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.020/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 22/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para incrementar os recursos humanos, logísticos e materiais da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher no Município de Teófilo Otoni, com vistas a garantir as condições necessárias à prestação com qualidade desse importante serviço público, considerando-se, inclusive, a incidência e a recorrência dos crimes no Estado.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.026/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 22/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para viabilizar a estruturação e implementação da Central de Custódia em Belo Horizonte e nas unidades regionais no interior do Estado, a fim de garantir maior segurança no controle e guarda de vestígios e atender aos requisitos exigidos pela legislação nacional.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.027/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 22/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para viabilizar a aquisição de equipamentos periciais e de informática para a seção de perícia criminal da Delegacia Regional de Polícia Civil de Teófilo Otoni, com vistas a potencializar a prestação dos relevantes serviços da polícia técnico-científica à população da região.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.028/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 23/2023, apresentada por Cirlene Rodrigues Gomes Jordão, da Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que viabilize a instalação de um laboratório de análise de qualidade de água na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM –, com interação com a rede de monitoramento ambiental; promova educação sanitária no uso de recursos hídricos; e apoie a melhoria do saneamento básico na Bacia do Rio Todos os Santos.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.029/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 23/2023, apresentada por Cirlene Rodrigues Gomes Jordão, da Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de providências para exigir da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – padrões mais elevados de qualidade nos serviços prestados pela companhia.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.033/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 24/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam priorizadas as demandas fundiárias do Município de Coração de Jesus, notadamente quanto à regularização e ao registro de propriedades com documentos desatualizados.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.034/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 24/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja priorizada a titulação de proprietários do Município de Bonito de Minas que já estão com processos avançados de regularização fundiária.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.035/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 24/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências

para que sejam priorizadas as demandas fundiárias do Município de Luislândia, notadamente quanto à regularização de registros de imóveis com documentos desatualizados ou com posses consumadas, mas ainda sem documentação.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.036/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 24/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que envide esforços para garantir a execução da Ação 4363 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027 –, dada a importância da regularização das terras dos agricultores do Estado para acesso às políticas públicas.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.037/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 25/2023, apresentada por Cirlene Rodrigues Gomes Jordão, da Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para a demarcação dos territórios indígenas e a identificação e titulação dos territórios dos povos quilombolas e demais comunidades tradicionais no Estado.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.038/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 25/2023, apresentada por Cirlene Rodrigues Gomes Jordão, da Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para a regularização fundiária de territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais no Município de Teófilo Otoni, no âmbito da Ação 4544 – Regularização Fundiária de Territórios Coletivos, integrante do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 5.039/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 26/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Criação de equipe técnica especializada para atendimento da população de migrantes, refugiados, apátridas e retornados e para suporte aos Centros de Referência em Direitos Humanos em relação a esse público, em Belo Horizonte.

Regionalização: Região Intermediária de Belo Horizonte.

Valor: R$1.000.000,00.

Categoria econômica da despesa: despesas correntes.

Sugestão de remanejamento: Ação 4171 – Implementação e Manutenção dos Centros de Referência em Direitos Humanos.

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.040/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 26/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para envidar os esforços necessários para a implementação de um Centro Estadual de Referência em Direitos Humanos, em Belo Horizonte, bem como para a constituição de equipe própria e especializada para o atendimento, em âmbito estadual, das vítimas de crimes violentos e de crimes de ódio, com atribuição, ainda, de prestar suporte técnico aos Centros de Referência em Direitos Humanos do interior no tocante às especificidades do atendimento e do acompanhamento a esse público.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.041/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 26/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para ampliar os recursos destinados à manutenção dos Centros de Referência em Direitos Humanos de Juiz de Fora, Montes Claros, Teófilo Otoni e Varginha, de R$500.000,00 para, pelo menos, R$800.000,00 por ano, no período de 2024 a 2027, considerando-se a essencialidade desses equipamentos no âmbito dos respectivos territórios e a insuficiência verificada quanto aos recursos financeiros disponibilizados ao longo dos anos, o que impacta negativamente nas condições de trabalho das equipes e na prestação de serviços à população.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.042/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 26/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para atuar, no âmbito das suas atribuições, em apoio ao funcionamento do Comitê Estadual para a Prevenção da Tortura e de Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes – Cept-MG –, nos termos previstos no art. 25, parágrafo único, I, "d", da Lei nº 24.313, de 28/4/2023, e em prol da adoção das medidas pertinentes para a constituição, em diálogo com a sociedade civil organizada, do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.043/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 26/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Governo – Segov – pedido de providências para atuar, no âmbito das suas atribuições, em apoio ao funcionamento do Comitê Estadual para a Prevenção da Tortura e de Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes – Cept-MG –, nos termos previstos no art. 25, parágrafo único, I, "d", da Lei nº 24.313, de 28/4/2023, e em prol da adoção das medidas pertinentes para a constituição, em diálogo com a sociedade civil organizada, do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.044/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 26/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para promover ações de formação e capacitação dos servidores públicos no letramento racial, sob a perspectiva da educação antirracista.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.045/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 26/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para analisar a viabilidade da destinação de

recursos específicos a serem direcionados para o pagamento do aluguel social para a população em situação de rua, especialmente na Região Intermediária de Belo Horizonte.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.046/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 27/2023, apresentada por Adilson Mendes Ferreira, da Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Simonésia/MG – Coopersin –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade:

1) Alocação de recursos para aquisição de furgões e freezers (câmara fria) para a Rede Leste de Banco de Alimentos – RELBA –, com R$ 1.000.000,00.

2) Alocação de recursos para apoio à instalação de bancos de alimentos em municípios aderidos ao SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional –, com R$ 1.000.000,00.

Regionalização: Estadual

Valor: R$ 2.000.000,00

Categoria econômica da despesa: despesa corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4196

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.047/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 27/2023, apresentada por Adilson Mendes Ferreira, da Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Simonésia/MG – Coopersin –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para fomentar Bancos de Alimentos nos municípios que trabalham com o Programa de Aquisição de Alimentos e nos municípios aderidos ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.048/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 27/2023, apresentada por Adilson Mendes Ferreira, da Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Simonésia/MG – Coopersim –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que, na Ação 4196 – Apoio, Fomento e Articulação de Ações, Projetos e Programas Relativos à Temática de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável –, priorize o atendimento dos municípios do Vales do Mucuri e Jequitinhonha quanto a: banco de sementes crioulas; apoio à produção agroecológica; apoio à comercialização; e assessoramento para acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar e ao Programa de Aquisição de Alimentos.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.049/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 27/2023, apresentada por Adilson Mendes Ferreira, da Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Simonésia/MG – Coopersim –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para, na Ação 4398 – Irriga Minas – Agricultura Irrigada Sustentável –, avaliar a possibilidade de atendimento das comunidades quilombolas do Estado com *kits* de irrigação, para fomentar o cultivo de hortas e quintais produtivos da agricultura familiar.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.050/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 29/2023, apresentada por Albano Silveira Machado, da Veredas Assessoria de Políticas Públicas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que avalie a possibilidade de ampliação da oferta de cursos de educação profissional na Escola Estadual José Augusto Ferreira e na Escola Estadual Professor Joaquim Nunes, localizadas no Município de Caratinga.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.051/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 29/2023, apresentada por Albano Silveira Machado, da Veredas Assessoria de Políticas Públicas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a oferta de oficinas de desenvolvimento de habilidades socioemocionais para os alunos matriculados na educação profissional, no âmbito da Ação 4512 – Desenvolvimento da Educação Profissional, do Programa 167 – Apoio Pedagógico para o Desenvolvimento da Educação Básica.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.052/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 29/2023, apresentada por Albano Silveira Machado, da Veredas Assessoria de Políticas Públicas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para o desenvolvimento de parcerias com entidades sem fins lucrativos, visando à oferta de atividades culturais, artísticas, de formação cidadã, de reforço escolar e de preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem – direcionadas aos alunos da educação integral, no âmbito da Ação 4508 – Educação Integral –, do Programa 167 – Apoio Pedagógico para o Desenvolvimento da Educação Básica.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.053/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 29/2023, apresentada por Albano Silveira Machado, da Veredas Assessoria de Políticas Públicas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, do Município de Belo Horizonte, pedido de providências para divulgar as ações do Programa Municipal de Qualificação Emprego e Renda aos jovens da Comunidade da Barragem Santa Lúcia.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.054/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 30/2023 apresentada por Anísia Sudário Daniel, do Conselho Regional de Educação Física em Minas Gerais – 6ª Região, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que altere a Resolução SEE nº 4.584/2021, que institui o Projeto Mãos Dadas, para que a SEE reforce e divulgue as ações de acompanhamento das ações pedagógicas e administrativas relativas ao processo de municipalização nos municípios que aderirem ao projeto.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.055/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 31/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela

população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Aquisição de tratores agrícolas hidráulicos 4x4 e implementos para atendimento da agricultura familiar rural e urbana no Estado.

Regionalização: Estadual

Valor: R$6.359.568,00 (seis milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e quinhentos e sessenta e oito reais)

Categoria econômica da despesa: capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4236 – FOMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

UO: 3041 – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.056/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 31/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que contemple o Município de Mesquita com a disponibilização de equipamentos (plantadeira, colheitadeira e trator girico) para desenvolver a agricultura familiar e de um veículo para estruturação o Banco de Alimentos da região.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.057/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 31/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que realize a doação de 30.000 mudas de árvores frutíferas aos produtores da agricultura familiar do Município de Caratinga.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.058/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 31/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – pedido de providências para que realize a doação de 30.000 mudas de árvores frutíferas aos produtores da agricultura familiar do Município de Caratinga.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.059/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 31/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que fomente e apoie a produção agroecológica de alimentos no Estado, viabilizando a implantação de hortas e pomares em comunidades urbanas e periurbanas, através da aquisição de sementes, mudas, cisternas de irrigação, adubo orgânico e capacitação para agricultores(as).

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.060/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 31/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que promova ações de melhoramento genético do gado leiteiro, com doação de insumos no âmbito do programa de inseminação artificial às cooperativas/associações de agricultores familiares da região intermediária de Montes Claros, da Ação 1034 – MELHORAMENTO GENÉTICO DE BOVINOS, do Plano Plurianual de Ação Governamental 2024-2027.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.061/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 31/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que realize ações que viabilizem a produção de alimentos no semiárido, a fim de possibilitar que pequenos produtores e produtores da agricultura familiar tenham condições de aproveitar o curto período chuvoso para produzir alimentos em quantidade e qualidade suficientes para contribuir com o combate à fome, com o fornecimento de sementes, adubos, pesquisa de solo, equipamentos agrícolas como microtratores, plantadeiras, estufas, equipamentos de irrigação e insumos para a produção de alimentos em hidroponia.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.062/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Apoio a projetos de fortalecimento da economia do agroextrativismo na Região Intermediária de Montes Claros, envolvendo: doação de equipamentos (contêiner de processamento e câmara fria) e provisão de assistência técnica específica para agroindústrias comunitárias; ações de engajamento e capacitação de gestores e nutricionistas para o uso dos frutos do Cerrado na alimentação escolar; realização de festivais gastronômicos e outras formas de ampliação de canais de comercialização; e fortalecimento do Núcleo do Pequi.

Regionalização: Região Intermediária de Montes Claros

Valor: R$200.000,00

Categoria econômica da despesa: custeio e capital

Sugestão de remanejamento: Ação 1053 – AGROEXTRATIVISMO

UO: 1231 – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.063/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências no sentido de promover, para o próximo ciclo do PPAG 2024-2027, a revisão do produto e da unidade de medida da Ação 1053 – Agroextrativismo, do Programa 111 – Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agropecuária, com vistas a conferir transparência ao objeto da ação, viabilizando o acompanhamento de sua execução no que se refere à quantidade de projetos financiados com os recursos consignados.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.064/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado e Minas Gerais pedido de providências no sentido de desenvolver, na Região Intermediária de Montes Claros, ações de capacitação de agricultores familiares, agroindústrias familiares e comunitárias e unidades executoras do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae –, do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA –, do governo federal, e da Política de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAAFamiliar –, do Estado de Minas

Gerais, voltadas para o aproveitamento, a comercialização e a incorporação dos frutos do Cerrado nos cardápios de compras públicas da região.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.065/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências no sentido de se articular com a Prefeitura Municipal de Urucuia com vistas a apoiar projeto voltado para o cultivo orgânico, o beneficiamento e a comercialização de frutos do Cerrado e outros vegetais por agricultores familiares rurais e periurbanos do município.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.066/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências no sentido de se articular com os órgãos e as entidades estaduais e federais competentes, para apoiar os pescadores e aquicultores atingidos por grandes empreendimentos em sua reinserção econômica, na regularização de seus documentos (ex: carteira de pesca em articulação com o Ministério da Pesca e Aquicultura) e na garantia de sua segurança alimentar e nutricional.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.067/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que, no escopo do Programa 155 – Reparação dos Danos dos Rompimentos em Brumadinho e Mariana –, envide esforços para atender às demandas dos pescadores e aquicultores familiares atingidos por grandes empreendimentos, com foco na sua reparação total e imediata, na revitalização dos recursos hídricos, na reativação econômica da classe pesqueira, na segurança alimentar, nas questões de moradia e na regularização documental e previdenciária.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.068/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que em 2024, na execução da Ação 4383 – Apoio às cadeias produtivas da agropecuária, apoie a Cooperativa Regional Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas do Povo que Luta – Coorpol –, do Município de Manhuaçu, na armazenagem (rebenefício) do café e no acesso a mercado de exportação.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.069/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que se articule com o comitê gestor da Rota do Pescado das Gerais, estratégia apoiada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, pela Agência de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Brasil – Adesb – e pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, com vistas a: 1) atender os Municípios de Várzea da Palma, Ibiaí, Lassance, Ponto Chique, Santa Fé e Jequitaí com suporte técnico e material a projetos de piscicultura e com eventos de qualificação sobre manejo, regularização da produção e comercialização; e 2) atender os Municípios de Bocaiuva, Buritizeiro, Coração de Jesus, Corinto, Felixlândia, Francisco Sá, Ibiaí, Janaúba, Montes Claros, Morada Nova de Minas, Morro do Garça, Nova Porteirinha, Pirapora, Rio Pardo de Minas, Salinas, Santa Fé, São Francisco, São Romão, Taiobeiras, Três Marias, Várzea da Palma, Lassance e Jequitaí com ações de planejamento e gestão territorial dos arranjos produtivos locais, produção de mapas de viabilidade e potencial de desenvolvimento da atividade na região, difusão de informações técnicas, inclusive sobre cooperativismo, e apoio à regularização sanitária.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.070/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária pedido de providências para que se articule com o comitê gestor da Rota do Pescado das Gerais, estratégia apoiada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, pela Agência de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Brasil – Adesb – e pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, com vistas a: 1) atender os Municípios de Várzea da Palma, Ibiaí, Lassance, Ponto Chique, Santa Fé e Jequitaí com suporte técnico e material a projetos de piscicultura e com eventos de qualificação sobre manejo, regularização da produção e comercialização; e 2) atender os Municípios de Bocaiuva, Buritizeiro, Coração de Jesus, Corinto, Felixlândia, Francisco Sá, Ibiaí, Janaúba, Montes Claros, Morada Nova de Minas, Morro do Garça, Nova Porteirinha, Pirapora, Rio Pardo de Minas, Salinas, Santa Fé, São Francisco, São Romão, Taiobeiras, Três Marias, Várzea da Palma, Lassance e Jequitaí com ações de planejamento e gestão territorial dos arranjos produtivos locais, produção de

mapas de viabilidade e potencial de desenvolvimento da atividade na região, difusão de informações técnicas, inclusive sobre cooperativismo, e apoio à regularização sanitária.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.071/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado e Minas Gerais pedido de providências para que se articule com o comitê gestor da Rota do Pescado das Gerais, estratégia apoiada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, pela Agência de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Brasil – Adesb – e pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, com vistas a: 1) atender os Municípios de Várzea da Palma, Ibiaí, Lassance, Ponto Chique, Santa Fé e Jequitaí com suporte técnico e material a projetos de piscicultura e com eventos de qualificação sobre manejo, regularização da produção e comercialização; e 2) atender os Municípios de Bocaiuva, Buritizeiro, Coração de Jesus, Corinto, Felixlândia, Francisco Sá, Ibiaí, Janaúba, Montes Claros, Morada Nova de Minas, Morro do Garça, Nova Porteirinha, Pirapora, Rio Pardo de Minas, Salinas, Santa Fé, São Francisco, São Romão, Taiobeiras, Três Marias, Várzea da Palma, Lassance e Jequitaí com ações de planejamento e gestão territorial dos arranjos produtivos locais, produção de mapas de viabilidade e potencial de desenvolvimento da atividade na região, difusão de informações técnicas, inclusive sobre cooperativismo, e apoio à regularização sanitária.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.072/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que, em 2024, na execução da Ação 4383 – Apoio às cadeias produtivas da agropecuária –, do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027 –, apoie a adequação de projetos de aquicultura nas sub-bacias dos Afluentes do Alto Rio Jequitinhonha, dos Rios Jequitaí e Pacuí e do Rio Verde Grande, em que se localizam os Municípios de Bocaiuva e Olhos-d'Água.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.073/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que, em 2024, na execução da Ação 4383 – Apoio às cadeias produtivas da agropecuária, do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027 –, fomente a apicultura na Região Intermediária de Montes Claros.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.074/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que, em 2024, promova ações de apoio os produtores de leite do Estado para a melhoria da logística de armazenamento e de distribuição do produto, com doação e equipamentos e provisão de capacitação.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.075/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado e Minas Gerais pedido de providências para que, em 2024, promova ações de apoio os produtores de leite do Estado para a melhoria da logística de armazenamento e de distribuição do produto, com doação e equipamentos e provisão de capacitação.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.076/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que, em 2024, na execução da Ação 4383 – Apoio às cadeias produtivas da agropecuária, do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027 – avalie formas de apoiar a associação APS Paraíso, de Santana do Paraíso, no desenvolvimento de aquicultura, com vistas à provisão de pescado a banco de alimentos e escolas do município.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.077/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que, em 2024, promova ações de apoio aos agricultores

familiares, inclusive urbanos e periurbanos, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, no desenvolvimento de hortas e pomares agroecológicos, com vistas à participação em programas públicos de aquisição de alimentos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.078/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado e Minas Gerais pedido de providências para que, em 2024, promova ações de apoio aos agricultores familiares, inclusive urbanos e periurbanos, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, no desenvolvimento de hortas e pomares agroecológicos, com vistas à participação em programas públicos de aquisição de alimentos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.079/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que, na execução da Ação 4383 – Apoio às Cadeias Produtivas da Agropecuária –, do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027 –, considere também os atingidos por barragens e grandes empreendimentos como público-alvo de suas atividades.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.080/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que, em 2024, no escopo da Ação 4420 – Mecanização no campo, do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027 –, busque apoiar os agricultores familiares: 1) do Estado, com doação de conjuntos de plantadeira e colheitadeira; 2) de Caratinga, com doação de trator e implementos ao município; 3) de Datas, com doação de trator e implementos para utilização na produção de morangos, pelos cooperados da Cooperalto, bem como em outras culturas locais; e 4) de Porteirinha, com doação de patrulha mecanizada ao município.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.081/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 33/2023, apresentada por Albano Silveira Machado, da Veredas Assessoria de Políticas Públicas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais pedido de providência para que analise a viabilidade de:

– criação de bolsa permanência para alunos indígenas e quilombolas nos cursos de graduação e pós-graduação;

– criação de programa de assistência psicológica gratuita para os integrantes da comunidade acadêmica;

– inclusão, no rol de projetos e atividades de extensão da universidade, de projeto-piloto para oferta de cursos preparatórios comunitários gratuitos para os processos seletivos de ingresso em cursos superiores de graduação;

– criação de um programa de assistência às alunas mães, visando à sua permanência nos cursos e à melhoria de seu aproveitamento nas atividades acadêmicas.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.084/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 33/2023, apresentada por Albano Silveira Machado, da Veredas Assessoria de Políticas Públicas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais pedido de providência para que, no âmbito da Ação 1018 – Construção, Ampliação e Reforma das Unidades Acadêmicas e dos *Campi* da Uemg – do PPAG 2024-2027, promova a instalação de equipamentos e serviços especializados visando à melhoria das condições de segurança física e patrimonial dos integrantes da comunidade acadêmica e do público que acessa as dependências e serviços da universidade.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.085/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 33/2023, apresentada por Albano Silveira Machado, da Veredas Assessoria de Políticas Públicas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais pedido de providência para que envide os esforços necessários para regularização dos pagamentos referentes ao programa de ensino em monitoria acadêmica e estude a viabilidade de ampliação do quadro de vagas para participação dos alunos no programa.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.086/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 34/2023. apresentada por Amaurisa Vieira de Souza, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Polo Vale do Mucuri, e outros, requer a

V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Universidade do Estado de Montes Claros – Unimontes – pedido de providências para que analise a viabilidade de criação de bolsa permanência para alunos indígenas e quilombolas nos cursos de graduação e pós-graduação.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.094/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 40/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4405 – Apoio ao Jovem Rural, do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027 –, realize ações de capacitação nos Municípios de Araçuaí, Luislândia e São Francisco; e, ainda, que financie, apoie tecnicamente e acompanhe a execução de projetos elaborados por jovens egressos das Escolas Famílias Agrícolas, visando a fortalecer a economia regional e a incentivar a sucessão rural.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.095/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 40/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que avalie a possibilidade de desenvolver cursos para jovens do campo com o objetivo de apoiá-los no acesso Pronaf Jovem.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.096/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 40/2023 apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências no sentido de conferir especial atenção às mulheres do campo na execução das ações do Programa 118 – Educação e Sucessão Rural.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.097/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 40/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – pedido de providências com vistas à disponibilização de crédito para financiamento de projetos de jovens rurais, inclusive para egressos de Escolas Famílias Agrícolas, que trabalham junto ao grupo familiar.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.098/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 40/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que estude, em conjunto com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, a viabilidade da criação de fundo ou de outro mecanismo de financiamento para apoiar o desenvolvimento e a implantação de projetos de jovens rurais, inclusive egressos de Escolas Famílias Agrícolas, que trabalham junto ao grupo familiar e não têm condições de desenvolver projetos próprios por falta de recursos.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.099/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 41/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências no sentido de que apoie a regularização de queijarias no Município de Porteirinha.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.100/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 41/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências no sentido de ampliar os recursos destinados à Ação 4407 – Diga SIM ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM, do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027 –, fundamental para a estruturação dos SIMs no Estado.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.101/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Seapa – pedido de providências para que estude a viabilidade de implantação, nas 13 regiões intermediárias do Estado, de Centros Integrados de Apoio à Habilitação Sanitária da Agricultura Familiar, destinados a facilitar a participação dos produtores nos programas públicos de aquisição de alimentos da agricultura familiar, com participação dos seguintes órgãos e entidades: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, Secretaria de Estado de Saúde – SES –, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – e Instituto Estadual de Florestas – IEF.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.102/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 41/2023 apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que estude a viabilidade de implantação, nas 13 regiões intermediárias do Estado, de Centros Integrados de Apoio à Habilitação Sanitária da Agricultura Familiar, destinados a facilitar a participação dos produtores nos programas públicos de aquisição de alimentos da agricultura familiar, com participação dos seguintes órgãos e entidades: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, Secretaria de Estado de Saúde – SES –, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – e Instituto Estadual de Florestas – IEF.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.103/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 41/2023 apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que estude a viabilidade de implantação, nas 13 regiões intermediárias do Estado, de Centros Integrados de Apoio à Habilitação Sanitária da Agricultura Familiar, destinados a facilitar a participação dos produtores nos programas públicos de aquisição de alimentos da agricultura familiar, com participação dos seguintes órgãos e entidades: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – e Instituto Estadual de Florestas – IEF.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.104/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 41/2023 apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que estude a viabilidade de implantação, nas 13 regiões intermediárias do Estado, de Centros Integrados de Apoio à Habilitação Sanitária da Agricultura Familiar, destinados a facilitar a participação dos produtores nos programas públicos de aquisição de alimentos da agricultura familiar, com participação dos seguintes órgãos e entidades: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, Secretaria de Estado de Saúde – SES –, Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – e Instituto Estadual de Florestas – IEF.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.105/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 41/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de providências para que estude a viabilidade de implantação, nas 13 regiões intermediárias do Estado, de Centros Integrados de Apoio à Habilitação Sanitária da Agricultura Familiar, destinados a facilitar a participação dos produtores nos programas públicos de aquisição de alimentos da agricultura familiar, com participação dos seguintes órgãos e entidades: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, Secretaria de Estado de Saúde – SES –, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – e Instituto Estadual de Florestas – IEF.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.106/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 41/2023 apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que estude a viabilidade de implantação, nas 13 regiões intermediárias do Estado, de Centros Integrados de Apoio à Habilitação Sanitária da Agricultura Familiar, voltados a facilitar a participação dos produtores nos programas públicos de aquisição de alimentos da agricultura familiar, com participação dos seguintes órgãos e entidades: com participação dos seguintes órgãos e entidades: Secretaria de Estado de Agriculura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, Secretaria de Estado de Saúde – SES –, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – e Instituto Estadual de Florestas – IEF.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.107/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 41/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências no sentido de ampliar os recursos destinados à Ação 4406 – Promoção da Cachaça de Alambique, do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027, fundamental para viabilizar a regularização dos empreendimentos informais de produção de cachaça no Estado.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.108/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 42/2023, elaborada coletivamente por Cláudio Figueiredo Lula Júnior e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que, por meio do Programa de Desenvolvimento Municipal – Padem –, seja viabilizada a aquisição de um veículo e de equipamentos para a realização dos serviços da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Monte Azul.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.112/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 43/2023. apresentada por Albano Silveira Machado, do Grupo de Literatura e Teatro T. Poética, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – pedido de providências para que estude a possibilidade, com os órgãos competentes, em particular o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de viabilizar os recursos necessários para a restauração da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, no Município de Matias Cardoso, tombada desde 1954 como patrimônio cultural brasileiro.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.113/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 43/2023. apresentada por Albano Silveira Machado, do Grupo de Literatura e Teatro T. Poética, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que estude a possibilidade, com os órgãos competentes, em particular o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de viabilizar os recursos necessários para a restauração da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, no Município de Matias Cardoso, tombada desde 1954 como patrimônio cultural brasileiro.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.114/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 43/2023. apresentada por Albano Silveira Machado, do Grupo de Literatura e Teatro T. Poética, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – pedido de providências para que estude a possibilidade de viabilizar os recursos necessários para a restauração da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, no Município de Matias Cardoso, tombada desde 1954 como patrimônio cultural brasileiro.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.115/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 43/2023. apresentada por Albano Silveira Machado, do Grupo de Literatura e Teatro T. Poética, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – pedido de providências para a elaboração de plano de salvaguarda dos grupos culturais do Vale do Jequitinhonha, com participação desses grupos, e para sua posterior inclusão na Ação 4278 – Proteção do Patrimônio Cultural – de modo a promover sua identificação, documentação e proteção.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.121/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 46/2023, apresentada por Breno Paulo de Oliveira Almeida, do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para adotar as medidas cabíveis com vistas à convocação dos aprovados nos concursos públicos vigentes para a instituição, para as suas diversas carreiras, tendo em vista o significativo déficit de servidores, que repercute de forma negativa tanto internamente (sobrecarga de trabalho para os servidores), quanto externamente (prestação de serviços à sociedade).

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.123/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 47/2023, apresentada por Anísia Sudário Daniel, do Conselho Regional de Educação Física em Minas Gerais – 6ª Região, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 4365 – Policiamento Ostensivo Geral –, do Programa 137 – Polícia Ostensiva – do PPAG 2024-2027, intensificar o policiamento ostensivo voltado para a garantia da segurança de usuários e profissionais do transporte público (ônibus coletivos, terminais e estações do Move, taxistas, motoristas e entregadores de aplicativos), bem como daqueles que fazem o transporte de mercadorias, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, inclusive com o emprego de policiais em formação, visando reduzir os crimes contra o patrimônio e contra a pessoa

e, dessa forma, aumentar a sensação de segurança dos usuários e dos profissionais que prestam serviços nesses setores, publicizando os resultados.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.124/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 47/2023, apresentada por Anísia Sudário Daniel, do Conselho Regional de Educação Física em Minas Gerais – 6ª Região, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 4365 – Policiamento Ostensivo Geral –, do Programa 137 – Polícia Ostensiva – do PPAG 2024-2027, intensificar o policiamento ostensivo nas ciclorrotas utilizadas pelos ciclistas em todo o Estado, principalmente aos finais de semana e feriados.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.129/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 47/2023, apresentada por Anísia Sudário Daniel, do Conselho Regional de Educação Física em Minas Gerais – 6ª Região, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 4373 – Policiamento de Proximidade –, do Programa 137 – Polícia Ostensiva – do PPAG 2024-2027, destinar recursos para a aquisição de 257 novos computadores para as Bases de Segurança Comunitária da Polícia Militar de todo o Estado.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.130/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 47/2023, apresentada por Anísia Sudário Daniel, do Conselho Regional de Educação Física em Minas Gerais – 6ª Região, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 2061 – Educação Profissional de Segurança Pública –, do Programa 137 – Polícia Ostensiva – do PPAG 2024-2027, capacitar policiais militares para atuarem como multiplicadores nas temáticas de prevenção à violência doméstica e de prevenção a crimes rurais.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.134/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 49/2023, apresentada por Cláudio Marconi Rapini, do Conselho Estadual de Saúde, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de

Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Alocação de recursos para ampliação do Projeto ConectaSUS no Hospital Nossa Senhora da Saúde, em Diamantina.

Regionalização: Região intermediária de Teófilo Otoni.

Valor: R$1.000.000,00.

Categoria econômica da despesa: Corrente.

Sugestão de remanejamento: Ação 4121 –- Política de Atenção Hospitalar e Urgência e Emergência.

UO: Fundo Estadual de Saúde.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.136/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 49/2023, apresentada por Cláudio Marconi Rapini, do Conselho Estadual de Saúde, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que identifique os vazios assistenciais da rede de urgência e emergência no Estado e proponha alternativas para reduzir esses vazios.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.142/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 49/2023, apresentada por Cláudio Marconi Rapini, do Conselho Estadual de Saúde, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que inclua a Região Intermediária de Teófilo Otoni, em especial os Municípios de Almenara, Águas Formosas, Minas Novas, Porteirinhas, Salinas e Itaobim, na ampliação dos leitos neonatais prevista no âmbito da Ação 4123 – Estruturação da Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2024-2027.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.146/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 50/2023, apresentada por Albano Silveira Machado, da Veredas Assessoria de Políticas Públicas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que avalie as condições das quadras esportivas, vestiários e

necessidades relacionadas aos materiais esportivos nas escolas estaduais do Vale do Jequitinhonha, garantindo o atendimento das demandas identificadas nos programas apropriados do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2024-2027.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.147/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 50/2023, apresentada por Albano Silveira Machado, da Veredas Assessoria de Políticas Públicas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a construção de laboratórios de informática e ciências na Escola Estadual Professora Conceição Hilário, localizada no Município de Contagem, e para reforma das redes hidráulica e elétrica da mesma escola.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.148/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 51/2023. apresentada por Cláudio Figueiredo Lula Júnior, do Boa Vista Futebol Clube, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Ouvidoria-Geral do Estado pedido de providências para realizar, no ano de 2024, o atendimento presencial no âmbito da ação 4101 – Ouvidoria Móvel, nas estações de transporte metropolitano e de metrô na RMBH e também para avaliar a possibilidade de aquisição de novo veículo para ampliar o atendimento da Ouvidoria Móvel.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.149/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 52/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que:

– seja realizado imediatamente concurso nas categorias de técnico agrônomo e veterinário, com o objetivo de suprir a defasagem técnica atual da empresa;

– seja analisada a possibilidade de isenção do convênio da Emater em municípios com até 20 mil habitantes;

– sejam criados programas de assistência específicos para a agricultura orgânica.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.150/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 52/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que estude a possibilidade de estruturar a formação de agricultores familiares em sistemas de produção de leite de base ecológica, em consonância com a retomada do Programa Minas Leite e do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA Leite federal.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.151/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 53/2023, apresentada por Alexandre Lopes Fonseca, do Instituto Elo – Fica Vivo – Programas Ceapa-Mediação de Conflitos – Centro de Prevenção à Criminalidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que se viabilize a realização do projeto Olimpíadas do Programa Fica Vivo!, em 2024, na Região Intermediária de Belo Horizonte, considerando-se a importância do acesso da juventude a práticas esportivas, espaços de lazer e ambientes que fomentem a cooperação, e para que se potencializem as ações do programa nos demais municípios onde ele esteja em execução, levando-se em conta sua importância para a prevenção e a redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens de 12 a 24 anos.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.152/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 53/2023, apresentada por Alexandre Lopes Fonseca, do Instituto Elo – Fica Vivo – Programas Ceapa-Mediação de Conflitos – Centro de Prevenção à Criminalidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para expandir as ações vinculadas à política de prevenção à criminalidade para novos municípios do Estado, bem como para fortalecê-las nos municípios onde a política já esteja presente, sobretudo por meio da implantação de novas Unidades de Prevenção à Criminalidade, considerando-se que nesses espaços estão concentrados e são ofertados relevantes serviços públicos de prevenção social à criminalidade, fundamentais para a redução das violências no Estado.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.153/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 53/2023, apresentada por Alexandre Lopes Fonseca, do Instituto Elo – Fica Vivo – Programas Ceapa-Mediação de Conflitos – Centro de Prevenção à Criminalidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de

providências para ampliar a capacidade de atendimento do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – e do Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – Ceapa –, a fim de potencializar suas ações, a exemplo da capacitação de egressos e de seus familiares e da constituição da rede de instituições parceiras corresponsáveis pela efetiva execução das alternativas penais no Estado, tendo-se, por consequência, o fortalecimento dos mecanismos de acesso a direitos e de inclusão social do público-alvo desses programas.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.154/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 53/2023, apresentada por Alexandre Lopes Fonseca, do Instituto Elo – Fica Vivo – Programas Ceapa-Mediação de Conflitos – Centro de Prevenção à Criminalidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para fortalecer as ações dos Programas Mediação de Conflitos, Se Liga e Selo Prevenção Minas, por meio de capacitações e ampliação de suas atividades, tendo em vista a relevância desses serviços públicos de prevenção social à criminalidade, os quais têm contribuído ativamente para a redução das violências no Estado.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.231/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para que seja garantida a manutenção dos contratos de prestação de serviços com o Laboratório ClinLab, o Laboratório Elion, a Clínica de Olhos (grupo médico de serviços especializados), o Núcleo de Microcirurgia Ocular, a Clínica Médica Faleiro Vale, a Rinus Otorrinolaringologia, o Centro Radiológico Santa Paula, a Neurofisiologia São Francisco de Assis e a Ultraclin (clínica de ultrassom), todos localizados em Divinópolis, de modo que sejam garantidos os atendimentos dos serviços médico-hospitalares prestados aos servidores públicos estaduais beneficiários da assistência à saúde .

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.234/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Charles Santos aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que sejam instalados geradores de energia nas bombas d'água "booster" no Município de Francisco Dumont, para que o fornecimento de água não seja prejudicado pela falta de energia elétrica quando ocorrerem apagões.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.235/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para determinar, em caráter de urgência, a revisão e a manutenção da rede elétrica do Município de Natalândia, que, segundo o vereador Charles Queiroz Ulhoa, constantemente sofre picos de energia, o que dificulta o pleno desempenho das atividades industriais e comerciais, ocasionando prejuízos a todos com perdas de maquinários e eletrodomésticos residenciais, impactando na qualidade de vida da população.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.236/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Professor Cleiton aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à procuradora-geral da Fazenda Nacional pedido de informações sobre a ciência e o entendimento do órgão acerca da concessão de reajuste salarial para o governador do Estado em quase 300%, o que elevou o teto de gastos do Executivo; sobre o perdão de dívidas tributárias e concessão de benefícios fiscais de IPVA para empresas locadoras de veículos, o que poderia configurar infringência às vedações previstas no art. 8º da Lei Complementar Federal nº 159, de 2017; bem como sobre quais seriam as consequências para o Estado se configurado o descumprimento das vedações do Regime de Recuperação Fiscal.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 28ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 14/11/2023, que teve por finalidade debater o Projeto de Lei nº 1.202/2019, de autoria do governador, que autoriza a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal, bem como o Plano de Recuperação Fiscal encaminhado pelo governo à Secretaria do Tesouro Nacional, no último dia 31 de maio, tendo em vista o disposto nas Leis Complementares nºs 159, 178 e 189/2022, legislação federal que disciplina o tema.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.239/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais – Sindifisco-MG – pedido de providências para encaminhar a esta Casa, com urgência, nota técnica quanto ao Plano de Recuperação Fiscal, no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, objeto do Projeto de Lei nº 1.202/2019, e se há ressalvas ao proposto.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.240/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais – Sinfazfisco-MG – pedido de providências para encaminhar a esta Casa, com urgência, nota técnica quanto ao Plano de Recuperação Fiscal, no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, objeto Projeto de Lei nº 1.202/2019, e se há ressalvas ao proposto.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.241/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Professor Cleiton aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pedido de informações sobre o que segue: em caso de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, as cinco parcelas iniciais seriam menores que as cinco parcelas iniciais em caso de não adesão, segundo dados da Secretaria de Fazenda de Minas Gerais, contudo, durante os 25 anos restantes, as parcelas da dívida do Estado seriam maiores com a adesão do que sem a adesão e, havendo adesão, se o Estado poderá fazer nova repactuação em melhores condições, quando entrar em colapso, ou se terá que pagar as parcelas da dívida, e quais as consequências se o Estado, daqui a cinco anos, entendendo que não consegue cumprir as metas ou pagar as parcelas, resolver sair do regime e como pagaria o restante da dívida em caso de abandono do regime.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 28ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 14/11/2023, que teve por finalidade debater o Projeto de Lei nº 1.202/2019, de autoria do governador, que autoriza a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal, bem como o Plano de Recuperação Fiscal encaminhado pelo governo à Secretaria do Tesouro Nacional, no último dia 31 de maio, tendo em vista o disposto nas Leis Complementares nºs 159, 178 e 189/2022, legislação federal que disciplina o tema.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.242/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Charles Santos aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências para que seja dada celeridade à execução da Lei nº 24.470, de 29/9/2023, para que as empresas credenciadas de vistoria possam iniciar suas operações.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.243/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governador do Rio Grande do Sul pedido de providências para enviar a esta Casa documento contendo o valor da dívida do Estado com a União antes da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, e sua projeção após o encerramento do respectivo plano.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.245/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Professor Cleiton aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à procuradora-geral da Fazenda Nacional pedido de informações sobre se o atual governador ou o atual secretário de Fazenda respondem pelo não cumprimento de metas do Plano de Recuperação Fiscal; se o Estado pode pagar pelas metas não cumpridas; sobre qual é a punição para o não cumprimento da meta; e se, uma vez que, segundo cálculo da Secretaria de Fazenda, caso seja autorizada a adesão por esta Casa, nos últimos três anos do regime, as parcelas serão uma de R$17.000.000.000,00 e duas de R$18.000.000.000,00, poderia haver multa de 20% por descumprimento de meta, redundando em mais R$3.500.000.000,00 aproximadamente de multa, tornando a parcela maior do que R$20.000.000.000,00 e R$21.000.000.000,00 nos últimos três anos.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 28ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 14/11/2023, que teve por finalidade debater o Projeto de Lei nº 1.202/2019, de autoria do governador, que autoriza a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal, bem como o Plano de Recuperação Fiscal encaminhado pelo governo à Secretaria do Tesouro Nacional, no último dia 31 de maio, tendo em vista o disposto nas Leis Complementares nºs 159, 178 e 189/2022, legislação federal que disciplina o tema.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.251/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Professor Cleiton aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para a realização de reunião com a presença de seu diretor-presidente, do presidente da Abrasel Regional Sul Minas e deste deputado para estabelecer medidas que impeçam o desabastecimento na cidade de Varginha.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.252/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Professor Cleiton aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno,

seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que o abastecimento de água na cidade de Varginha seja prontamente retomado.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.257/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Professor Cleiton aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para a aquisição de gerador de energia ou usina solar fotovoltaica de modo que não volte a ocorrer desabastecimento na cidade de Varginha por falta de energia elétrica.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.259/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Charles Santos aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e ao governador do Estado pedido de providências para o adequado abastecimento energético do Município de Juiz de Fora, que tem vivenciado reiterados períodos sem energia elétrica, o que causou ainda falta de abastecimento de água pelo fato de as bombas serem elétricas.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

Justificação: Os vários apagões e interrupções no fornecimento de energia, no município de Juiz de Fora, tem ocasionado muitos transtornos para os usuários dos serviços públicos daquela localidade. Ocorre que se não bastasse os inúmeros apagões, as interrupções tem afetado o fornecimento de água do município, pois as bombas são elétricas. Temos vivenciado uma forte onda de calor, já classificando o ano de 2023 como o mais quente da história, o que demanda muita energia elétrica por parte do usuário. Em que pese o clima ter amenizado, há previsões de que a onda de calor retorne nos próximos dias. A falta de energia comprometeu, segundo a CESAMA JF, 184 bombas d´água. A exemplo dos dias: Dia 4 – das 7h30 às 19h. Dia 6 – das 17h41 às 19h52. Dia 10 – das 20h às 23h40. Dia 12 – das 15h10 às 7h do dia seguinte (13). Dia 15 – das 15h17 às 18h57. Dia 16 – das 3h35 às 8h40.

REQUERIMENTO Nº 5.263/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Professor Cleiton aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à procuradora-geral da Fazenda Nacional pedido de informações sobre a possibilidade de homologação do Plano de Recuperação Fiscal sem o cumprimento do que determina o art. 2º, § 1º, da Lei Complementar n° 159, de 2017.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 28ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 14/11/2023, que teve por finalidade debater o Projeto de Lei nº 1.202/2019, de autoria do governador, que autoriza a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal, bem como o Plano de Recuperação Fiscal encaminhado pelo governo à Secretaria do Tesouro Nacional, no último dia 31 de maio, tendo em vista o disposto nas Leis Complementares nºs 159, 178 e 189/2022, legislação federal que disciplina o tema.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.264/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Charles Santos aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja realizada a manutenção na rede de distribuição de energia elétrica no Município de Francisco Dumont, tendo em vista os inúmeros apagões que vêm ocorrendo na localidade, comprometendo o fornecimento de água local e ocasionando prejuízos à população e aos comerciantes.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.265/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Professor Cleiton aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que os lucros e dividendos da empresa não sejam divididos entre os acionistas e sim reaplicados em investimentos para melhoria do serviço de saneamento e abastecimento; e seja dada especial atenção ao Município de Varginha, por sua importância econômica para a região, e aos danos ocasionados pela falta de água, algo tão básico para a sobrevivência dos cidadãos e desenvolvimento da cidade.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.267/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a regularização do repasse de verbas para manutenção e custeio da Escola Estadual Bernardo Monteiro, em Belo Horizonte.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: Conforme denúncias da comunidade escolar, o atraso no repasse de verbas para manutenção e custeio da Escola Estadual Bernardo Monteiro, situada em Belo Horizonte, tem prejudicado as atividades escolares e impactado negativamente a rotina da escola.

REQUERIMENTO Nº 5.268/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 55/2023, apresentada por Robélia Maria de Jesus Gomes, da Prefeitura Municipal de Jequitinhonha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que seja desenvolvido programa de disponibilização de *kits* para geração de energia solar fotovoltaica a todas as famílias, do campo e da cidade, beneficiadas pelos programas institucionais de moradia popular, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico –, no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF – ou detentoras de DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – válida.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.269/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 55/2023. apresentada por Robélia Maria de Jesus Gomes, da Prefeitura Municipal de Jequitinhonha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja desenvolvido programa de disponibilização de *kits* para geração de energia solar fotovoltaica a todas as famílias, do campo e da cidade, beneficiadas pelos programas institucionais de moradia popular, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico –, no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF – ou detentoras de DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – válida.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.270/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 55/2023,apresentada por Robélia Maria de Jesus Gomes, da Prefeitura Municipal de Jequitinhonha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja desenvolvida e implantada infraestrutura para a adequação de residências à geração de energia fotovoltaica em tensão monofásica, bifásica e trifásica, correspondente a 150KWh de consumo, em áreas urbanas e rurais das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Regiões Intermediárias de Uberlândia, de Uberaba e de Patos de Minas) e do Vale do Jequitinhonha (Região Intermediária de Teófilo Otoni).

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.271/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 56/2023, apresentada por Karina Dayane Santos Oliveira, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Prefeitura Municipal de Bocaiuva para que avalie a demanda de reforma na biblioteca da Escola Municipal Professora Zeca Calixto e execute as obras que forem necessárias, conforme solicitação apresentada nas discussões participativas para a elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.272/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 50/2023, apresentada por Albano Silveira Machado, da Veredas Assessoria de Políticas Públicas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Execução de obras de acessibilidade na Escola Estadual Deputado Renato Azeredo, localizada no Município de Contagem.

Regionalização: Estadual

Valor: R$100.000,00

Categoria econômica da despesa: capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4519 – Mãos à obra

UO: 1261 – Secretaria de Estado de Educação

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.273/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 57/2023, apresentada por José Jerônimo Gomes Ferreira de Barros e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: realização da “Semana Municipal de Conscientização sobre o Autismo”, no Município de São Francisco.

Regionalização: região intermediária de Montes Claros.

Valor: R$15.000,00.

Categoria econômica da despesa: corrente.

Sugestão de remanejamento: Ação 4129 – Apoio e Fortalecimento da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência.

UO: Fundo Estadual de Saúde.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.274/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 57/2023, apresentada por José Jerônimo Gomes Ferreira de Barros e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que promova campanhas informativas sobre o Transtorno do Espectro Autista, a importância do diagnóstico precoce e os serviços ofertados no SUS para o diagnóstico do transtorno e para o atendimento das pessoas com ele diagnosticadas.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.279/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 58/2023, apresentada por Ana Clara Martins Albuquerque, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para formação e capacitação dos servidores e agentes do sistema socioeducativo, inclusive os que atuam por meio dos contratos de cogestão, preferencialmente de modo presencial.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.280/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 59/2023, apresentada por Aleteia D Alcantara Gonçalves, do Conselho Estadual de Saúde, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP-MG – pedido de providências para que estude a viabilidade de estabelecer parcerias com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM –, com vistas a promover capacitações para os profissionais de saúde da macrorregião Nordeste.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.281/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 59/2023, apresentada por Aleteia D Alcantara Gonçalves, do Conselho Estadual de Saúde, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP-MG – pedido de providências para que divulgue mais amplamente os cursos ofertados para os conselhos de saúde, com foco na participação e no controle social do SUS, nas modalidades remota, webinário e presencial.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.282/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 60/2023, apresentada por Adriel Gomes Repolho Cabral, da Prefeitura Municipal de Guanhães, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Ampliação da cobertura das atividades da Ação 4047 – Promoção das Políticas Públicas de Proteção à Fauna Doméstica – nas Regiões Intermediárias de Teófilo Otoni, Governador Valadares e Montes Claros.

Valor: R$600.000,00

Categoria econômica da despesa: custeio

Sugestão de remanejamento: Ação 4047 – Promoção das Políticas Públicas de Proteção à Fauna Doméstica

UO: 1371 – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.283/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 61/2023, apresentada por Brunno Leonardo de Castro Maia, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Alocação de recursos para aquisição de veículos, equipamentos permanentes e mobiliário para atendimento das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – Apacs – do Estado de Minas Gerais.

Regionalização: Estadual.

Valor: R$1.000.000,00.

Categoria econômica da despesa: capital.

Sugestão de remanejamento: Ação 4351 – Manutenção e Implantação de Metodologia de Custódias Alternativas.

UO: 1451 – Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.284/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 61/2023, apresentada por Brunno Leonardo de Castro Maia, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que avalie a conveniência e a oportunidade de implantar mais uma unidade prisional na 14ª Região Integrada de Segurança Pública.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.287/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 64/2023, apresentada por Brunno Leonardo de Castro Maia, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para que se priorize a instalação de mais uma vara em Diamantina, com a destinação da respectiva dotação orçamentária, considerando-se a demanda por melhoria das condições da prestação jurisdicional na comarca.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.288/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 66/2023, apresentada por Geraldo Wagner de Oliveira, da Prefeitura Municipal de Guanhães, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para garantir que a divisão administrativa ou de planejamento orçamentário do Estado seja revista, para que a definição da região do Vale do Jequitinhonha retome suas feições tradicionais, conforme moção abaixo, elaborada pelos participantes do processo de discussão participativa do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027.

Moção de repúdio às constantes mudanças de nomenclatura das regiões administrativas ou de planejamento orçamentário do Estado, que confundem e ignoram a identidade e o sentimento de pertencimento de cada região: “O subgrupo de Agricultura Familiar, do Grupo Agricultura Familiar e Meio Ambiente, da Comissão de Discussão Participativa do PPAG, realizada em Diamantina, vem repudiar, veementemente, a constante mudança de nomenclatura das regiões administrativas do Estado, o que

constitui flagrante desrespeito à identidade de cada região. Nesse sentido, vimos exigir o imediato retorno do nome da nossa região – Vale do Jequitinhonha – conforme definido historicamente, com base nas nossas características, nossa cultura, nossa história e nossos recursos naturais, em especial, nosso rio".

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.292/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 68/2023, elaborada coletivamente por Ayana Odara de Brito, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Contagem, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais pedido de providências para, no âmbito da Ação 1099 – Implantação e Estruturação de Defensorias Especializadas e Núcleos da Defensoria Pública –, constante do Programa 726 – Acesso à Justiça – do PPAG 2024-2027, incluir os migrantes, refugiados, apátridas e retornados entre os públicos considerados prioritários para o atendimento, tendo em vista a condição de hipossuficiência e vulnerabilidade social desses grupos.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.294/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 70/2023, apresentada por Robélia Maria de Jesus Gomes, da Prefeitura Municipal de Jequitinhonha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento – Arsae-MG – pedido de providências para que aprimore a metodologia de avaliação da capacidade de pagamento dos usuários dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Estado e analise a viabilidade de adotar outra faixa de tarifa social destinada às famílias de baixíssima renda, de modo a possibilitar desconto maior do que a tarifa social vigente, observando-se que a nova faixa deve levar em conta a renda *per capita* das famílias que habitam as localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – do Estado.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.295/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 70/2023, apresentada por Robélia Maria de Jesus Gomes, da Prefeitura Municipal de Jequitinhonha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências no sentido da formulação de estratégias para que recursos tributários da esfera estadual, tanto onerosos como a fundo perdido, consigam atingir, de forma planejada, os pequenos municípios e os locais com forte concentração do deficit de saneamento, onde apenas os recursos tarifários e municipais não são suficientes para o efetivo equacionamento da demanda.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.296/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 70/2023, apresentada por Robélia Maria de Jesus Gomes, da Prefeitura Municipal de Jequitinhonha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – para que realize campanha de divulgação da tarifa social através de meios populares de comunicação.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.297/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 70/2023, apresentada por Robélia Maria de Jesus Gomes, da Prefeitura Municipal de Jequitinhonha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – para que realize campanha de divulgação da tarifa social através de meios populares de comunicação.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.298/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 71/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – pedido de providências para que envide esforços no sentido de fortalecer suas atividades de pesquisa e de promover melhorias em seus campos experimentais, utilizando-os também para ações de capacitação voltadas para os agricultores mineiros.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.299/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 72/2023, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater–MG –, pedido de providências para que preste assistência técnica aos agricultores familiares do Estado, com foco em alternativas viáveis de produção, fortalecimento da economia local e ações para apoiar a subsistência das famílias, bem como para que realize seminários anuais para divulgação, implementação e avaliação do Programa Garantia Safra.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.300/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 73/2023, apresentada por Breno Paulo de Oliveira Almeida, do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para disponibilizar para a unidade do Corpo de Bombeiros de Almenara equipamentos para atendimento de ocorrências de período chuvoso, tais como sonar, compressor de cilindros e bote de casco rígido com motor de poupa.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.302/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 76/2023. apresentada por Anísia Sudário Daniel, do Conselho Regional de Educação Física em Minas Gerais – 6ª Região, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que elabore materiais de apoio e oferte atividades de formação para os profissionais que atuam direta ou indiretamente na execução das ações do Programa de Alimentação Escolar.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.303/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 76/2023. apresentada por Anísia Sudário Daniel, do Conselho Regional de Educação Física em Minas Gerais – 6ª Região, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que os produtores quilombolas e integrantes de outros povos tradicionais sejam incluídos com especial atenção nas atividades de qualificação de agricultores familiares para oferta de gêneros alimentícios para alimentação escolar que estão previstas na Ação 2100 – Apoio aos Programas de Alimentação Escolar do PPAG 2024-2027.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.304/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 77/2023, apresentada por Emilly Thayenne Cirilo da Silva, da Universidade do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que avalie a viabilidade de promover um encontro estadual dos conselhos de alimentação escolar – estadual e municipais – em 2024, visando discutir os desafios das políticas públicas nessa área e compartilhar boas práticas.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.305/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 78/2023, apresentada por Carlito Barbosa, da Associação Fazenda Renascer, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para estudar a viabilidade de implantação de Centros de Referência Estadual em Álcool e outras Drogas – Creads – nas macrorregiões de saúde do Estado.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.306/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 78/2023, apresentada por Carlito Barbosa, da Associação Fazenda Renascer, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para apoiar os municípios no fortalecimento e na execução da Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.307/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 78/2023, apresentada por Carlito Barbosa, da Associação Fazenda Renascer, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para apoiar os municípios na instituição de conselhos municipais de políticas sobre drogas ou na efetivação de seu pleno funcionamento, caso já tenham sido instituídos, bem como na capacitação dos conselheiros municipais.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.308/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 79/2023. apresentada por Geraldo Magela da Silva, do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para disponibilizar local adequado para atender pessoas com deficiência, com móveis e equipamentos adequados e com simulador adaptado para realização da prova de habilitação de condutores em Teófilo Otoni, na região do Vale do Mucuri.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.310/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados Coronel Henrique e Dr. Maurício e da deputada Marli Ribeiro aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, Requerem seja encaminhado à Cemig pedido de providências para que seja realizada, em caráter emergencial, vistoria no Município de Paracatu, em face das reiteradas interrupções de energia relatadas pelos produtores rurais e consumidores perante a companhia, em audiência pública da comissão.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 5ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/11/2023, que teve por finalidade debater questões afetas à fiscalização ambiental em propriedades e empreendimentos rurais no Noroeste de Minas Gerais e as constantes interrupções da energia elétrica no município.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2023.

Raul Belém, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 5.311/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Marli Ribeiro e dos deputados Coronel Henrique e Dr. Maurício aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Cemig pedido de providências para que sejam revistas as previsões (metas) de investimento em subestações e linhas de transmissão, entre outros, de modo a priorizar a região Noroeste, em especial os Municípios de Paracatu, Unaí e Guarda-Mor, em face da importância produtiva e económica desses territórios para a economia mineira.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 5ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/11/2023, que teve por finalidade debater questões afetas à fiscalização ambiental em propriedades e empreendimentos rurais no Noroeste de Minas Gerais e as constantes interrupções da energia elétrica no município.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2023.

Raul Belém, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 5.312/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Marli Ribeiro e dos deputados Coronel Henrique e Dr. Maurício aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Cemig pedido de providências para que sejam priorizadas, até o final de 2024, a instalação das novas subestações previstas para a região Noroeste e o término da ampliação das subestações de energia já existentes.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 5ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/11/2023, que teve por finalidade debater questões afetas à fiscalização ambiental em propriedades e empreendimentos rurais no Noroeste de Minas Gerais e as constantes interrupções da energia elétrica no município.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2023.

Raul Belém, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 5.313/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Marli Ribeiro e dos deputados Coronel Henrique e Dr. Maurício aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado aos líderes de partidos e de bancadas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais pedido de providências para darem celeridade à tramitação do Projeto de Lei nº 2.842/2021, que dispõe sobre a exigência de estudos ambientais para atividades agrossilvopastoris passíveis de licenciamento ambiental no âmbito do Estado, e do Projeto de Lei nº 1.054/2023, que altera a Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 5ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/11/2023, que teve por finalidade debater questões afetas à fiscalização ambiental em propriedades e empreendimentos rurais no Noroeste de Minas Gerais e as constantes interrupções da energia elétrica no município.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2023.

Raul Belém, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 5.314/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Marli Ribeiro e dos deputados Coronel Henrique e Dr. Maurício aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/11/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Cemig pedido de providências que se empenhe fortemente na contratação de equipes de instalação e manutenção de rede elétrica para atender à região Noroeste do Estado, haja vista reclamações dos produtores rurais com as constantes quedas e flutuações na energia elétrica dessa região, relatadas na audiência pública da comissão, realizada em 30/11/2023.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 5ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/11/2023, que teve por finalidade debater questões afetas à fiscalização ambiental em propriedades e empreendimentos rurais no Noroeste de Minas Gerais e as constantes interrupções da energia elétrica no município.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2023.

Raul Belém, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 5.318/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo e do deputado Leleco Pimentel aprovado na 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH – pedido de providências para que realize reunião com a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais para debater e resolver a questão da Casa de Candomblé Angola da Mãe Kytaloyá. Registra-se que este requerimento decorre de Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos, em 05/12/2023, durante a 28ª Reunião Extraordinária, que debateu as políticas públicas afetas a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais, que contou, inclusive, com a presença da Diretoria de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.322/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 13/2023, apresentada por Alba Cristina dos Reis, da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Alocação de recursos para a realização de quatro feiras regionais no Estado e da Feira Estadual de Economia Popular Solidária e Agricultura Familiar na Região Metropolitana de Belo Horizonte, empreendidas por mulheres.

Regionalização: Estadual

Valor: R$1.200.000,00

Categoria econômica da despesa: despesa corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4154 – Fomento para Economia Popular Solidária e Promoção da Inclusão Produtiva

UO: Sedese

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.323/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 20/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade:

1) Estruturação de cooperativa para a produção de laticínios (agroindústria de laticínio), por meio de apoio à para a Cooperativa dos Produtores Rurais de Catuti – Coopercat –, com R$100.000,00;

2) Aquisição de caminhão-baú refrigerado para escoamento da produção da agricultura familiar, disponibilizando-o para a Unicafes MG, que atende às regiões: Noroeste de Minas; Triângulo Mineiro; Central Metropolitana; Sul de Minas; Norte de Minas; Vale do Jequitinhonha; Mucuri; Vale do Rio Doce e Zona da Mata, com R$ 900.000,00.

Regionalização: Estadual

Valor: R$1.000.000,00

Categoria econômica da despesa: custeio e capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4359 – COOPERAF

UO: 1231 – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.324/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2023, apresentada por Adão Custódio dos Santos, da Câmara Municipal de Porteirinha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade:

1) Conclusão das obras de armazém de rebenefício de café da Cooperativa Regional Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas do Povo que Luta – Coorpol –, no Município de Manhuaçu, além de apoio à entidade para acessar mercado de exportação, com R$100.000,00;

2) Aquisição de *kits* de apicultura para atendimento à agricultura familiar no Estado, com R$500.000,00;

3) Fomento da Rota do Pescado das Gerais, atendendo aos Municípios de Várzea da Palma, Ibiaí, Lassance, Ponto Chique, Santa Fé e Jequitaí, com: a) suporte técnico e material a projetos de piscicultura; e b) ações de capacitação sobre boas práticas de manejo e regularização da produção e comercialização, com R$500.000,00.

Regionalização: Estadual

Valor: R$1.100.000,00

Categoria econômica da despesa: custeio e capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4383 – APOIO ÀS CADEIAS PRODUTIVAS DA AGROPECUÁRIA

UO: 1231 – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 5.325/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Delegado Christiano Xavier aprovado na 27ª Reunião Ordinária, realizada em 6/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a que seja feita uma parceria entre a Secretaria de Estado de Saúde e o Município de Santa Luzia, para a implantação de um centro de hemodiálise na cidade; e que seja ofertado no hospital de Santa Luzia atendimento na área de ortopedia, incluindo também cirurgias ortopédicas.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2023.

Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde (Avante).

Justificação: A importância para um município relevante como Santa Luzia, em termos populacionais e de desenvolvimento, em ter um centro de hemodiálise é de extrema necessidade para a população. Visto ser uma cidade de considerável contingente populacional, as pessoas que necessitam de realizar tal tratamento, precisam se deslocar à Belo Horizonte, sendo por vezes uma situação muito sofrida e custosa para pacientes e familiares. Do mesmo modo estão os luzienses que precisam de atendimento médico ortopédico e cirurgias. Santa Luzia tem cerca de R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) de valores remanescentes provenientes dos Fundos de Saúde dos municípios (Planilha da Secretaria de Saúde), liberados conforme a LC 171/2023, que podem ser aplicados para tais fins em parceria ainda com a Secretaria do Estado de Saúde.

REQUERIMENTO Nº 5.333/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para apurar as circunstâncias do acidente de trânsito ocorrido na noite do dia 18 de novembro de 2023, na avenida Pedro Linhares Gomes, no perímetro urbano do município de Ipatinga, que levou ao falecimento do jovem Raynan Pires Clum, de apenas 21 anos, que, segundo relatos, estaria voltando da igreja quando foi atingido por outro carro.

Sala das Reuniões, 11 de dezembro de 2023.

Coronel Sandro (PL)

Justificação: No dia 18 de novembro, os moradores de Ipatinga foram surpreendidos com um terrível acidente de trânsito no perímetro urbano da BR-381, nas proximidades do Shopping do Vale, que culminou no falecimento do jovem Raynan Pires Clum, de apenas 21 anos, que, segundo informações, estava voltando da Igreja.

As circunstâncias do acidente ainda devem ser investigadas pela Polícia, mas sabe-se que houve uma colisão entre dois carros, e que o motorista e a passageira de um dos carros sofreram algumas escoriações, enquanto que o motorista do outro carro foi socorrido em estado grave e não resistiu aos ferimentos.

Moradores da região afirmaram que, infelizmente, é comum naquela região carros fazendo "racha", o que coloca em risco a vida tanto dos transeuntes como de outros motoristas.

O que pedimos, por meio deste requerimento, é que a Polícia investigatória conduza as investigações com a urgência que o caso requer, para que sejam evitadas outras tragédias como esta.

REQUERIMENTO Nº 5.342/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 29ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que enviem ao Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – novo pleito relativo à nomeação dos candidatos aprovados, inclusive como excedentes, no concurso público para técnico assistente da Polícia Civil – Área do Conhecimento Auxiliar de Perícia (Edital nº 2/2022) –, acompanhado de informações atualizadas, entre as quais a existência de 262 cargos vagos e de gastos com mão de obra terceirizada, com vistas a subsidiar análise técnica e urgente deliberação por parte do Cofin.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: Segue em anexo solicitação da Comissão dos aprovados excedentes no cargo de Auxiliar de Perícia Oficial da PCMG.

REQUERIMENTO Nº 5.343/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 29ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Comando da Polícia Militar de Minas Gerais, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e ao Comitê de Orçamentos e Finanças – Cofin – pedido de providências com vistas ao imediato pagamento de diárias aos discentes do CEFS II/2023 que, lotados em outras regiões, se apresentarão nas companhias escolas no período de 12 a 15 de dezembro.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: Salienta-se que, não obstante os termos da Lei Complementar nº 160/2021 e da Resolução nº 3559/2000, os Policiais Militares, até o presente momento, não foram informados de citado pagamento.

REQUERIMENTO Nº 5.344/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 29ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que os procedimentos para movimentação dos discentes do CEFS II/2023 se iniciem apenas no final do mês de fevereiro de 2024, quando efetivamente serão promovidos.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: Salienta-se, oportunamente, que o caput do art. 226 da CR/88 dispõe que: "é dever do Estado conceder especial proteção à família, base da nossa sociedade", assim como o inciso IV do art. 3º da Resolução nº 4.123, que dispõe sobre os procedimentos para a movimentação de Militares da PMMG, prevê: "Art. 3º: A movimentação dos oficiais e praças tem por finalidade: (…) IV – atender aos interesses individuais ou da saúde do militar e de pessoa de sua família".

REQUERIMENTO Nº 5.345/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 29ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a convocação dos oito excedentes no concurso público destinado a selecionar candidatos para o Curso de Formação de Soldados do Quadro de Praças Especialistas, para o ano de 2023 (CFSD-QPE/2023), na categoria auxiliar de motomecanização, considerando-se, em especial, a patente e indiscutível necessidade de efetivo policial em todo o Estado.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 5.347/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 31ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – em Três Marias pedido de providências para que sejam solucionadas as seguintes falhas na prestação do serviço na região de Três Marias: liberação ao ar livre de gases resultantes do tratamento de esgoto na ETE, impactando negativamente nos Bairros Vila CMM, Cidade Florença, Parque Diadorim (Cidade Industrial) e Parque das Gemas; falta de água em bairros como Jardim dos Pescadores, Professor Johnsen e Aeroporto, situação que persiste há mais de cinco anos; falta de manutenção na rede de distribuição de água, exemplificada pelo caso do Bairro Beira Rio, no Município São Gonçalo do Abaeté, que faz divisa com Três Marias, e que tem recebido água barrenta.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.349/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 31ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – em Corinto pedido de providências para que sejam adotadas medidas para solucionar as falhas na prestação dos serviços prestados pela concessionária na região de Três Marias e Distrito de São Gonçalo do Abaeté, em relação aos piques de energia recorrentes, causando prejuízos a residências e comércios, como ocorrido no Bairro Jardim dos Pescadores; falta de atendimento a regiões rurais, como o chacreamento no km 290, prejudicando famílias, idosos pequenos produtores; deficiência na manutenção, exemplificada pelo incidente do cabo de energia rompido no centro da cidade, com demora no reparo; carência de transformadores adequados ao crescimento da cidade; falta de fiscalização efetiva da companhia sobre as empresas terceirizadas; ausência de contrapartida da Cemig no desenvolvimento socioeconômico e ambiental local.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.350/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento dos deputados Luizinho e Celinho Sintrocel e da deputada Maria Clara Marra aprovado na 26ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de providências para que seja priorizado o asfaltamento da estrada que liga Pocinhos do Rio Verde, distrito de Caldas, a Andradas, como forma de compensar os prejuízos já causados à economia regional pela concessão da BR-459; e seja encaminhado ao referido órgão a moção de apelo pelo início imediato do asfaltamento dessa estrada, aprovada pela Câmara Municipal de Caldas.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

Justificação: O asfaltamento da referida estrada contribuirá significativamente para o desenvolvimento ainda maior do turismo em Pocinhos do Rio Verde, distrito de Caldas que possui potencial para ser um dos principais destinos turísticos do interior do estado. Este asfaltamento também será uma forma de compensar a economia que o Governo do Estado passou a ter com a malha viária devido aos recentes processos de concessão.

REQUERIMENTO Nº 5.351/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Lucas Lasmar aprovado na 26ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – em Belo Horizonte pedido de providências para autorização formal de entrada na sede do município de Cordisburgo de veículos leves e vans no município de Cordisburgo após a instalação do desvio da rodovia LMG-754 e comunicação da autorização à Prefeitura e à Câmara de Vereadores do referido município.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 11ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/11/2023, que teve por finalidade debater o impacto econômico e social para o município de Cordisburgo das obras referentes ao novo desvio da Rodovia LMG-754.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

REQUERIMENTO Nº 5.353/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Lucas Lasmar aprovado na 26ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-superintendente da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. em Curvelo pedido de informações sobre a rodovia LMG-754 contendo o projeto completo aprovado para o desvio em Cordisburgo, o cronograma físico e financeiro da obra e como será realizada a obra.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 11ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/11/2023, que teve por finalidade debater o impacto econômico e social para o município de Cordisburgo das obras referentes ao novo desvio da Rodovia LMG-754.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

REQUERIMENTO Nº 5.354/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Lucas Lasmar aprovado na 26ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para garantia da inclusão, no projeto de desvio do município de Cordisburgo da rodovia LMG-754, dos seguintes pontos apresentados pela representante da referida secretaria em audiência pública realizada por esta Comissão em 30/11/2023: movimentação do portal "Grande Sertão Veredas" para o início da cidade para que o mesmo possa ser avistado por quem passa pela anel viário; implantação de

uma travessia elevada de pedestres para acesso à Gruta de Maquiné, com redutor de velocidade; e implantação de dispositivos de retorno de nível no acesso norte da cidade.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 11ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/11/2023, que teve por finalidade debater o impacto econômico e social para o município de Cordisburgo das obras referentes ao novo desvio da Rodovia LMG-754.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

REQUERIMENTO Nº 5.355/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Charles Santos aprovado na 26ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – em Brasília, à Unidade Regional da Agência Nacional de Transportes Terrestres em Minas Gerais – ANTT – em Belo Horizonte, à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – em Brasília e à empresa Via 040, em Nova Lima, pedido de providências para a urgente conclusão das obras na BR-040 próximo ao Município de Santos Dumont, onde um antigo desmoronamento continua causando transtornos aos usuários da via.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

Justificação: Esclareço que já estamos em mais um período chuvoso e que o trecho requer uma obra definitiva, visto ser a mais importante rota de ligação da Zona da Mata Mineira a Belo Horizonte, bem como a principal rota entre Rio de Janeiro e Brasília.

REQUERIMENTO Nº 5.356/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Charles Santos aprovado na 26ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para a adequada sinalização da Rodovia MG-452, entre os Municípios de Oliveira Fortes e Paiva, onde vários trechos encontram-se interditados em uma das pistas, obrigando os motoristas a trafegar em ambos os sentidos em uma única faixa.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

Justificação: Esclareço que no trecho não há sinalização quanto aos desmoronamentos que ali se encontram oferecendo alto risco de acidentes, inclusive frontais, por se tratar de trecho de mão dupla utilizando uma única faixa.

REQUERIMENTO Nº 5.357/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 26ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento

Interno, seja encaminhado ao Ministério das Comunicações, em Brasília, pedido de providências para a análise do pedido de renovação da outorga para radiodifusão comunitária pleiteado pela Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu, consoante Protocolo Eletrônico nº 01245.019848/2023-05, realizado via Cadsei, tendo em vista a relevante atuação da associação nesse município.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

REQUERIMENTO Nº 5.358/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 28ª Reunião Ordinária, realizada em 13/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Superintendência Regional de Ensino – SRE – em Divinópolis pedido de providências para que sejam realizadas melhorias na estrutura da Escola Estadual Padre João Parreiras Villaça, em Carmo do Cajuru, especialmente a construção de muros, pintura, restauração da rede hidráulica e elétrica e construção de um auditório.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: A infraestrutura das escolas desempenha um papel crucial no fornecimento de uma educação de qualidade e no desenvolvimento geral dos alunos. Destacam-se dentre as razões pelas quais a infraestrutura escolar é importante: Ambiente de Aprendizagem Adequado: A infraestrutura adequada cria um ambiente propício para a aprendizagem. Salas de aula bem iluminadas, espaços limpos e seguros, e instalações confortáveis contribuem para um ambiente de aprendizagem positivo; Recursos Tecnológicos: Escolas modernas precisam de recursos tecnológicos para acompanhar as demandas educacionais contemporâneas. Isso inclui acesso à internet, computadores, projetores, laboratórios de ciências, entre outros; Inclusão de Todos os Alunos: A infraestrutura deve ser projetada para atender às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências. Rampas, elevadores e instalações adaptadas garantem que a escola seja acessível para todos; Segurança: Infraestrutura segura é essencial para garantir a segurança dos alunos, professores e funcionários. Isso inclui sistemas de segurança, procedimentos de evacuação e medidas preventivas; Instalações Esportivas e Recreativas: Áreas esportivas e recreativas contribuem para o desenvolvimento físico e social dos alunos. Quadras esportivas, campos de jogos e espaços para atividades físicas são importantes para promover um estilo de vida saudável; Bibliotecas e Recursos de Aprendizagem: Bibliotecas bem equipadas e recursos de aprendizagem adicionais ajudam a ampliar o conhecimento dos alunos para além das salas de aula. Isso incentiva a pesquisa independente e a busca pelo conhecimento; Ambiente Estimulante: Uma infraestrutura atraente e bem cuidada pode ter um impacto positivo no moral dos alunos, professores e funcionários. Ambientes estimulantes promovem o orgulho na escola e incentivam a participação ativa; Desenvolvimento Comunitário: Escolas bem equipadas e estruturadas podem servir como centros comunitários. Esses espaços podem ser usados para eventos, reuniões comunitárias, programas educacionais para adultos e outras atividades que beneficiam a comunidade; Atração de Professores Talentosos: Escolas com boa infraestrutura têm mais chances de atrair professores talentosos. Profissionais da educação muitas vezes buscam ambientes de trabalho que ofereçam condições adequadas para o ensino e aprendizagem; Preparação para o Futuro: Uma infraestrutura moderna e atualizada prepara os alunos para o mundo fora da escola. Isso inclui familiaridade com tecnologia, habilidades práticas e a capacidade de se adaptar a ambientes diversos. Em resumo, a infraestrutura escolar desempenha um papel vital no fornecimento de uma educação eficaz, no desenvolvimento holístico dos alunos e no fortalecimento das comunidades educativas, razão pela qual contamos com o apoio para aprovação.

REQUERIMENTO Nº 5.359/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 28ª Reunião Ordinária, realizada em 13/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que as três turmas de 1º ano do ensino fundamental, já autorizadas no plano de atendimento escolar para 2024, sejam ofertadas na Escola Estadual General Osvaldo Pinto da Veiga, em Conselheiro Lafaiete.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: Conforme relato da comunidade escolar da Escola Estadual General Osvaldo Pinto da Veiga, situada em Conselheiro Lafaiete-MG, o plano de atendimento 2024 da referida escola previa a oferta de três turmas do 1º ano do ensino fundamental. Ocorre que, conforme confirmado pela Superintendência Regional de Ensino de Conselheiro Lafaiete, devido à um erro no sistema as vagas do SUCEM não foram direcionadas para a escola. Reiteramos que as três turmas já estavam autorizadas o que só comprova a necessidade e a demanda da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 5.365/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Cultura, atendendo a requerimento da deputada Macaé Evaristo aprovado na 16ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – em Belo Horizonte pedido de providências para que avalie a viabilidade de incluir, nas atividades curriculares e complementares das escolas estaduais, a dança afro, linguagem artística que é expressão do povo negro e das comunidades afrodescendentes de Minas Gerais e que pode ser uma importante referência para a autoestima e a identidade cultural dos nossos estudantes.

Sala das Reuniões, 11 de dezembro de 2023.

Professor Cleiton, presidente da Comissão de Cultura (PV).

REQUERIMENTO Nº 5.366/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Cultura, atendendo a requerimento da deputada Macaé Evaristo aprovado na 16ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que a dança afro, linguagem artística associada às tradições afrodescendentes e às diferentes comunidades relacionadas às expressões e manifestações da cultura negra seja reconhecida e incorporada pelos mecanismos de fomento e incentivo à cultura no Estado.

Sala das Reuniões, 11 de dezembro de 2023.

Professor Cleiton, presidente da Comissão de Cultura (PV).

REQUERIMENTO Nº 5.375/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Cultura, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Lohanna aprovado na 16ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Cultura em Brasília pedido de providências para que sejam viabilizadas as articulações necessárias para retomada e atualização do Plano Nacional Setorial da Moda.

Sala das Reuniões, 11 de dezembro de 2023.

Professor Cleiton, presidente da Comissão de Cultura (PV).

REQUERIMENTO Nº 5.378/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Doutor Wilson Batista aprovado na 28ª Reunião Ordinária, realizada em 13/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e ao Ministério da Saúde pedido de providências para urgência no tratamento oncológico de pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2023.

Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde (Avante).

Justificação: Venho, por meio deste requerimento expressar profunda preocupação em relação à dificuldade enfrentada pelos pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS – ao buscarem tratamento oncológico nos hospitais especializados em oncologia no Estado de Minas Gerais. É alarmante observar que muitos desses pacientes estão sujeitos a aguardar até sete meses para a realização de cirurgias, o que claramente contraria a Lei Federal que assegura o tratamento do câncer em um prazo máximo de sessenta dias. Esta situação crítica tem impactos severos na saúde e na qualidade de vida dos cidadãos que dependem do SUS para receberem o atendimento necessário. Além disso, a demora no acesso a tratamentos oncológicos compromete significativamente as chances de sucesso nos casos de câncer, colocando em risco a vida desses pacientes. Como vice-presidente da Comissão de Saúde desta Casa, solicito uma análise minuciosa da situação, levando ao conhecimento do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Educação, e a tomada de medidas urgentes para garantir que os pacientes do SUS tenham acesso ao tratamento oncológico dentro do prazo estabelecido pela legislação federal. Conto com sua sensibilidade e empenho na busca por soluções que visem assegurar o direito à saúde e à vida dos cidadãos mineiros.

REQUERIMENTO Nº 5.379/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Eduardo Azevedo aprovado na 28ª Reunião Ordinária, realizada em 13/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao presidente da Câmara dos Deputados pedido de providências para sejam pautados o Projeto de Decreto Legislativo nº 81/2023 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 153/2023, que objetivam a sustação dos efeitos da Resolução nº 487, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2023.

Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde (Avante).

Justificação: A Resolução nº 487, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ –, é claramente inconstitucional pois invade competência própria do Poder Legislativo. Não cabe ao CNJ alterar as disposições do Código Penal referentes às medidas de internação e de tratamento ambulatorial dos inimputáveis. Ademais, a resolução não foi elaborada de forma democrática, pois não

contou com os debates necessários, e coloca em risco a sociedade na medida em que abre caminho para que pessoas que cometeram atos tipificados como crimes gravíssimos voltem ao convívio social sem as devidas precauções.

REQUERIMENTO Nº 5.381/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada e das deputadas Bella Gonçalves, Lohanna, Leninha, Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus e Macaé Evaristo aprovado na 22ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para receber as representantes do Movimento de Mulheres Olga Benário, com o objetivo de conhecer suas reivindicações, entre elas a construção da Casa da Mulher Brasileira e o estabelecimento de uma parceria formal para o fortalecimento dos serviços prestados pela Casa Tina Martins.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 5.382/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada e das deputadas Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus, Macaé Evaristo, Lohanna e Leninha aprovado na 22ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE –, ao Ministério da Igualdade Racial, à Secretaria-Geral da Presidência da República, ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e ao Conselho Nacional de Justiça pedido de providências para indicação de servidor que fará o diálogo e o acompanhamento da pauta Violência Politica de Gênero e Raça, junto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e da composição do Grupo Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

Justificação: Desenvolver um processo de interação e convergência dos esforços institucionais para prevenção, combate e reparação da Violência Política de Gênero e Raça e seus impactos.

REQUERIMENTO Nº 5.384/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento das deputadas Leninha e Macaé Evaristo aprovado na 22ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a adoção de medidas visando ao funcionamento ininterrupto da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Montes Claros, possibilitando que os flagrantes de violência contra as mulheres sejam lavrados na delegacia especializada e evitando a revitimização das mulheres atendidas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 14ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 17/11/2023, que teve por finalidade debater a garantia de direitos e as medidas protetivas de combate à violência contra as mulheres no Norte de Minas.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 5.385/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento das deputadas Leninha e Macaé Evaristo aprovado na 22ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a criação, em articulação com órgãos e entidades afins, de um observatório de pesquisa especializado na temática da violência contra as mulheres no Estado, com o objetivo de realizar estudos qualitativos sobre as estatísticas existentes, de modo a priorizar pesquisas e estudos sobre as vítimas, suas famílias e o contexto social em que estão inseridas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 14ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 17/11/2023, que teve por finalidade debater a garantia de direitos e as medidas protetivas de combate à violência contra as mulheres no Norte de Minas.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 5.386/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento das deputadas Leninha e Macaé Evaristo aprovado na 22ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para a criação de uma vara especializada e exclusiva no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no Município de Montes Claros.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 14ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 17/11/2023, que teve por finalidade debater a garantia de direitos e as medidas protetivas de combate à violência contra as mulheres no Norte de Minas.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 5.387/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento das deputadas Leninha e Macaé Evaristo aprovado na 22ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a implantação de um Centro de Referência de Atendimento à Mulher Regional, com atuação em Montes Claros e região, para realizar orientação, atendimento, acompanhamento e encaminhamento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 14ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 17/11/2023, que teve por finalidade debater a garantia de direitos e as medidas protetivas de combate à violência contra as mulheres no Norte de Minas.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 5.388/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento das deputadas Leninha e Macaé Evaristo aprovado na 22ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a implantação de Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – para atuar na Região Integrada de Segurança Pública de Montes Claros.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 14ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 17/11/2023, que teve por finalidade debater a garantia de direitos e as medidas protetivas de combate à violência contra as mulheres no Norte de Minas.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 5.389/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento das deputadas Leninha e Macaé Evaristo aprovado na 22ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Câmara Municipal de Montes Claros – CMMC – pedido de providências para a criação de uma procuradoria especializada no atendimento às mulheres na CMMC.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 14ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 17/11/2023, que teve por finalidade debater a garantia de direitos e as medidas protetivas de combate à violência contra as mulheres no Norte de Minas.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 5.392/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo e do deputado Leleco Pimentel aprovado na 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH – pedido de providências para que desista da ação judicial que move em prejuízo da Casa de Candomblé Angola da Mãe Kytaloyá e que proceda à regularização da Unidade Tradicional Territorial. Registra-se que este requerimento decorre de Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos, em 05/12/2023, durante a 28ª Reunião Extraordinária, que debateu as políticas públicas afetas a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais, que contou, inclusive, com a presença da Diretoria de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.402/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Leleco Pimentel aprovado na 25ª Reunião Ordinária, realizada em 13/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral de operações da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – em Congonhas pedido de informações relativas às notificações para explicações (judiciais) promovidas em desfavor de militantes que atuam em defesa da observância dos direitos humanos, bem como ao porquê da ausência de representantes da CSN Mineração na audiência pública realizada pela comissão no dia 25/9/2023, que debateu a proposta de expansão da lavra de minério de ferro no complexo Casa de Pedra, em Congonhas, pela referida empresa.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2023.

Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.405/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 25ª Reunião Ordinária, realizada em 13/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – pedido de providências para que seja ampliado o quadro de funcionários da empresa no Município de Padre Paraíso, que conta com apenas dois servidores para o atendimento dos seus 17 mil habitantes.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 12ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 11/12/2023, que teve por finalidade debater os serviços da Copanor nos Municípios de Cachoeira de Pajeú e Padre Paraíso.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2023.

Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.422/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, atendendo a requerimento da deputada Lud Falcão aprovado na 9ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Federação Brasileira de Bancos – Febraban – pedido de providências para avaliar, junto às instituições associadas, a expansão da oferta de crédito para prefeituras de modo a atender às necessidades de financiamento de Regularização Fundiária Urbana – Reurb –, considerando todos os efeitos econômicos benéficos comprovadamente gerados pela regularização.

Sala das Reuniões, 15 de dezembro de 2023.

Roberto Andrade, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico (Patriota).

REQUERIMENTO Nº 5.432/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 19ª Reunião Ordinária, realizada em 14/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais – SRTE-MG – pedido de providências para que sejam fiscalizadas e apuradas as condições de trabalho dos funcionários da empresa Vordex Soluções

Industriais, contratada pela mineradora Ferro+ Mineração para prestar serviços em mineração no Município de Ouro Preto, em decorrência do acidente de trabalho ocorrido em 6/12/2023, que resultou na morte de dois trabalhadores da Vordex que prestavam serviços à mineradora, em Ouro Preto.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2023.

Betão, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.442/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 25ª Reunião Ordinária, realizada em 13/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – pedido de providências para que seja ampliado o quadro de funcionários da empresa no Município de Cachoeira do Pajeú, que conta com apenas dois servidores para o atendimento dos seus 10 mil habitantes.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 12ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 11/12/2023, que teve por finalidade debater os serviços da Copanor nos Municípios de Cachoeira de Pajeú e Padre Paraíso.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2023.

Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.446/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Cristiano Silveira aprovado na 50ª Reunião Extraordinária, realizada em 18/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado – AGE – pedido de providências para realização de reunião de conciliação entre representantes da AGE, da Secretaria Estadual da Fazenda, do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais – Sindifisco-MG – e de representantes dos candidatos aprovados mas não nomeados no concurso público para o cargo de auditor fiscal de tributos estaduais do ano de 1995, para debater a situação de sua nomeação em face de processos judiciais e administrativos subsequentes.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Administração Pública (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 5.449/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, atendendo a requerimento da deputada Lud Falcão aprovado na 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 18/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para solucionar, com urgência, os problemas recorrentes de fornecimento de energia, especialmente de oscilação e de baixa tensão, que continuam a acometer o Noroeste de Minas, notadamente o Município de João Pinheiro, causando inúmeros prejuízos a moradores e produtores locais.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2023.

Raul Belém, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 5.451/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil – Itaúna e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – em Belo Horizonte pedido de providências para priorizar a investigação do incêndio criminoso que destruiu quatro viaturas da Polícia Penal que estavam estacionadas em frente ao Presídio de Itaúna, no Bairro Universitário, na madrugada de sexta-feira 15/12/2023.

Do mesmo modo, solicita reforço do patrulhamento preventivo à Polícia Militar na área do ocorrido, objetivando coibir e evitar tais práticas criminosas.

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2023.

Delegado Christiano Xavier, vice-presidente da Comissão de Segurança Pública (PSD).

Justificação: É necessária uma pronta resposta aos atos terroristas cometidos, tal prática coloca em risco a segurança pública do município de Itaúna.

REQUERIMENTO Nº 5.453/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 18/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para a transferência do Sd. PM Caio Araújo Mendes, atualmente lotado na cidade de Campo Azul, destacamento pertencente ao 2º Pelotão da 13ª Companhia de Polícia Militar Independente de São Francisco, para a cidade de Montes Claros, a fim de prestar os devidos cuidados à esposa e à filha, que possuem condições especiais de saúde e residem em Montes Claros.

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: O policial militar é casado com servidora pública do Poder Executivo estadual, lotada na Supram/Semad sediada em Montes Claros, com mais de 9 anos de serviço, que foi transferida para Montes Claros em 20 de outubro de 2023.

Não obstante, foi instaurada, ainda no ano de 2019, uma Sindicância Social devido a problemas de saúde de sua esposa, na época diagnosticada com Transtorno de Personalidade Limítrofe. Embora o pedido de transferência tenha obtido parecer favorável pelo então Comandante da 13ª Cia PM Ind., o mesmo foi indeferido pelo então Comandante da 11ª RPM à época.

Soma isso ao fato de que o Sd Caio tem uma filha de 1 ano e 7 meses de idade, nascida por parto prematuro de urgência com 32 semanas de gestação devido a uma eclampsia, necessitando assim de cuidados e atenção especiais dos seus pais para seu desenvolvimento, como o acompanhamento de fisioterapia, pneumologista, entre outros.

Seus vários pedidos de movimentação registrados no SISMOV foram todos indeferidos.

Destaco a alteração promovida na Lei nº 5.301/69, com o advento da Lei Complementar nº 168/22, que acrescentou o inciso V e os parágrafos 1º, 2º e 3º, no artigo 174, garantindo aos policiais militares a movimentação para acompanhar, a requerimento, cônjuge ou companheiro, servidor público de provimento efetivo civil ou militar do Poder Executivo do Estado, que foi deslocado no interesse da administração e por motivo de saúde de dependente que viva às suas expensas e que conste de seu assentamento funcional, sendo esta a situação vivenciada pelo Sd Caio, uma vez que a filha do policial militar necessita de cuidados e atenção constantes e sua esposa, servidora pública de provimento efetivo do Poder Executivo do Estado, foi deslocada para Montes Claros por interesse da Administração.

REQUERIMENTO Nº 5.454/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 18/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais, pedido de providências para que seja permitido aos bombeiros militares com mais de 30 anos, que preencham os requisitos constantes no item 2.14 do Edital DRH/CRS nº 12/2022, a participação no referido curso de formação.

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: Segundo informações, o item 2.14 do Edital DRH/CRS nº 12/2022 permite somente ao policial militar, legalmente incluído na Corporação, prestar o concurso público para o CFO/PMMG 2023, com idade superior a 30 anos, desde que preencha os demais requisitos. Este fato impede que bombeiros militares, que igualmente preencham os requisitos exigidos no item 2.14 do Edital, possam prestar o referido concurso em condições de igualdade com policiais militares, uma vez que o critério de admissão, neste ponto do edital, se limita, expressamente, aos policiais militares.

REQUERIMENTO Nº 5.455/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 18/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para a transferência do 3º-Sgt. PM Luís Fernando da Silva, nº 151.885-1, atualmente lotado no Destacamento de Polícia Militar de Serranos, pertencente à 17ª Região de Polícia Militar, para a 4ª Região de Polícia Militar, para possibilitar ao militar maior convívio familiar e saúde física e mental, uma vez que desempenha atividades extremamente desgastantes.

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: Segundo informações, o interessado conta com com inúmeros requerimentos de movimentação cadastrados no SISMOV ao longo dos anos, todos sem deferimento. Após a formatura do CFS, em novembro de 2023, pleiteou sua movimentação para a 4ª RPM, porém, novamente sem êxito.

O policial militar é casado, possui familiares e residência própria em Juiz de Fora. Sua movimentação permitirá a retomada de seu convívio social e familiar.

Destaco que o trabalho do Policial Militar, caracterizado por atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades precípuas das polícias é, por si só, extremamente desgastante, sendo essencial que a Corporação fique atenta e contribua com assistência quando necessária, visando a saúde e o equilíbrio psicológico de seus integrantes e da família policial militar.

REQUERIMENTO Nº 5.456/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 18/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que seja publicada a decisão no processo SEI 1500.01.0251749/2023-92, concedendo a redução de jornada de trabalho para o policial penal Michael Amaral de Oliveira, Masp nº

12209722, salientando que, no mês de abril de 2023, segundo o policial, o departamento de pessoal da unidade onde está lotado enviou os documentos errados para o núcleo de afastamento da Sejusp, o que fez com que seu pedido fosse indeferido, e, ao interpor recurso administrativo contra esse indeferimento, foi instaurado o processo SEI nº 1500.01.0251749/2023-92, que, até a presente data, não foi solucionado.

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 5.457/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 18/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à transferência do 1º-Ten. PM Hebert Paulo Dias, nº 130.500-2, atualmente lotado na 221ª Companhia de Ensino e Treinamento da 15ª Região de Polícia Militar, em Teófilo Otoni, para comandar o 1º Pelotão da 15ª Companhia de Meio Ambiente, localizado nesse mesmo município.

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 5.458/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 18/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que, ao alterar os locais das bases comunitárias do 23°Batalhão de Polícia Militar da 7ª Região de Polícia Militar, tenha em consideração o fácil acesso a alimentação e banheiros, além dos requisitos pré-estabelecidos na Instrução N° 3.02.21-2017 CG, que regula o emprego das bases do projeto Segurança Comunitária.

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 5.459/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 18/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que, com base na resposta Ofício SEJUSP/CPAR n° 137/2023, enviada ao Requerimento n° 4.142/2023, seja divulgado o processo de contratação da instituição especializada para a execução do Curso de Formação Técnico-Profissional, referente à última etapa do concurso público de agente socioeducativo, regido pelo Edital Sejusp n° 1/2022, salientando a extrema necessidade da convocação dos aprovados no concurso, tendo em vista que a falta do efetivo vem comprometendo os serviços prestados.

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 5.460/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 30ª Reunião Ordinária, realizada em 19/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, à Secretaria de Estado de Fazenda, à Secretaria de Estado de Governo e à Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja encaminhado, com urgência, a esta Casa, projeto de lei que disponha sobre a recomposição das perdas inflacionárias suportadas pelos servidores da segurança pública do Estado, inclusive os administrativos, fixadas em 35,44%, acrescidas do índice de IPCA acumulado em 2023.

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: Ressalte-se que o governador permanece omisso e inerte quanto ao cumprimento do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, já que, em que pese a inflação acumulada no período de 2015 a 2022 corresponder a 59,47%, recompôs os vencimentos dos servidores da segurança pública em apenas 13% em 2020 e 10,06% em 2022, restando, portanto, defasados em, no mínimo, 35,44%, e, não obstante deter a iniciativa da matéria, enviou a esta Casa proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias sem autorização de recomposição salarial e, por consequência, Lei Orçamentária Anual sem previsão de despesa para tanto, e este deputado, na tentativa de sanar grave omissão, apresentou a Emenda nº 35 ao Projeto de Lei nº 729/2023, para dar ao inciso VI do parágrafo único do art. 2º a seguinte redação: "VI – alocação eficiente e transparente de recursos, com valorização das carreiras e dos servidores públicos civis e militares e priorização da política de revisão remuneratória geral e anual", bem como a Emenda nº 27 ao Projeto de Lei nº 1496/2023, em tramitação, para dar às ações dos órgãos de segurança pública a seguinte finalidade: "(…) atuar na melhoria do desempenho dos servidores e, consequentemente, na melhoria da prestação dos serviços públicos por parte dos órgãos/entidades, tendo como diretriz a valorização salarial, desde a seleção (ingresso) até a aposentadoria/desligamento do servidor", ambas rejeitadas pelo relator.

Dessa forma, tendo em vista o exposto e considerando que os vencimentos dos agentes em questão permanecem defasados, expondo seus familiares a situações de dificuldade financeira, conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento, que visa, sobretudo, restabelecer o poder aquisitivo dos servidores da segurança pública do Estado.

REQUERIMENTO Nº 5.466/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 23ª Reunião Ordinária, realizada em 20/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja apurada denúncia de possível desvio do leito do Ribeirão Fartura e ocupação irregular da área de preservação ambiental situada no Bairro Frei Paulo, na divisa com o Bairro Jardim do Lago, em Nova Serrana.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2023.

Tito Torres, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSD).

REQUERIMENTO Nº 5.467/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 23ª Reunião Ordinária, realizada em 20/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento

Interno, seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para a construção de novos Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres – Cetras.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2023.

Tito Torres, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSD).

REQUERIMENTO Nº 5.469/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento do deputado Professor Cleiton aprovado na 23ª Reunião Ordinária, realizada em 20/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja suspensa temporariamente a tramitação dos processos de licenciamento ambiental das empresas Gute Sicht, Fleurs Global e Empresa de Mineração Pau Branco – Empabra –, até que a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais avalie as denúncias a elas relacionadas recebidas na comissão.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2023.

Tito Torres, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSD).

REQUERIMENTO Nº 5.478/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 40ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM – pedido de providências para desempenhar ações efetivas para retornar a cobrança correta das alíquotas dos segurados e pensionistas desse instituto, em face da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal no tema de Repercussão Geral nº 1.177, com modulação de efeitos a partir de janeiro de 2023, e como determinado pela decisão do Tribunal de Contas do Estado no Processo nº 1119845, proferida em 29/11/2023, ressalte-se ainda que, com base nas decisões judiciais acima expostas, a contribuição dos militares ativos e inativos possui alíquota de 8% e, quanto aos pensionistas, nenhum percentual deve ser cobrado.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 5.479/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 40ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/12/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para, na condição de presidente e vice-presidente do Conselho de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores Militar, desempenharem ações efetivas para cobrar do tesouro do Estado o contorno do déficit gerado no instituto em face da ausência de repasse, desde maio de 2020, até a presente data, das contribuições patronais devidas, haja vista que o montante gira em torno de 4,3 bilhões de reais.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 5.488/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Senado Federal em Brasília pedido de providências para atualizar a legislação penal no sentido de extinguir as saídas temporárias previstas na Lei de Execução Penal, considerando as graves consequências negativas dessa previsão legal, mais recentemente o assassinato do Sargento Roger Dias da Cunha.

Sala das Reuniões, 8 de janeiro de 2024.

Lud Falcão (Pode)

REQUERIMENTO Nº 5.513/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para reavaliar, no corrente exercício financeiro, a convocação dos candidatos excedentes aprovados no concurso para o cargo de técnico assistente da PCMG (Edital nº 2/2022), tendo em vista a proximidade do encerramento de seu prazo de validade e o déficit de efetivo nessa carreira.

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 5.514/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja deferida a transferência do policial carcerário Carlos Nilmair Cordiero Assunção, Masp nº 12040556, protocolizada no SEI, Processo nº 1450.01.0151208/2023-76, atualmente lotado em Belo Horizonte para Juatuba, onde reside, uma vez que o solicitante possui filho com deficiência e necessita auxiliar nos cuidados com a criança.

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 5.517/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado, aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 1/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que, levando em consideração o Ofício PMMG/Arins/ADM n° 281/2023, encaminhado como resposta ao Requerimento nº 4.281/2023, o pedido de transferência do Sd. PM Wailer Seif Eddine (Matrícula n° PM 170.413-9) do Destacamento da Polícia Militar de São Pedro dos Ferros, pertencente à 21ª

Companhia de Polícia Militar Independente da 12ª Região de Polícia Militar, para a 18ª Companhia de Polícia Militar Independente da 8ª Região de Polícia Militar, no Município de Governador Valadares, seja reanalisado.

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: Conforme já mencionado, o Soldado PM Wailer possui os requisitos necessários, se encontrando apto para que sua transferência ocorra. E, de acordo com o Requerimento de Movimentação Geral nº 60292, também anexo, o Soldado PM Wailer solicita permuta com o CB PM Jefferson Leandro de O. Cancilieri, lotado na cidade de Itabirinha, que também possui interesse na movimentação.

REQUERIMENTO Nº 5.518/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Delegado Christiano Xavier aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à 7ª Delegacia Especializada de Homicídios de Contagem pedido de providências para que priorize a investigação do autor do homicídio de Melissa Maria Ribeiro, de 6 anos, na data de 21/1/2024, atingida por tiros durante uma briga de trânsito na Rodovia Fernão Dias, entre Betim e Contagem.

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: O homicídio cometido de forma cruel e por motivo fútil merece pronta resposta da Segurança Pública, para que o autor de tal crime não fique impune e a família tenha o mínimo de justiça.

REQUERIMENTO Nº 5.519/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para certificarem o conteúdo de documento que informa o envio do procedimento referente a suposta ameaça à integridade física da delegada de polícia Larissa Bello Fernandes Marçal da Cunha à corregedoria.

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: Segundo Ofício nº 28/2024, relativo ao Requerimento 4.164/23, o REDS nº 2023-047349335-001, estaria "em tramitação na 4ª Delegacia de Polícia Civil de Venda Nova".

REQUERIMENTO Nº 5.520/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para aumentar o número de

vagas disponibilizadas no concurso para o Curso de Formação de Sargentos 2024, tendo em vista a iminente necessidade de recompor o efetivo de militares nessa função.

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 5.521/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para reavaliação, no corrente exercício financeiro, da convocação dos candidatos excedentes aprovados no concurso para técnico assistente da Polícia Civil, área do conhecimento auxiliar de perícia (Edital 2/2022), tendo em vista, principalmente, a proximidade do encerramento de seu prazo de validade e o déficit de efetivo nessa carreira.

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 5.523/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para reavaliarem, no corrente exercício financeiro, a convocação e nomeação dos 193 candidatos remanescentes aprovados no concurso público para provimento do cargo de escrivão de polícia I, regido pelo Edital nº 4/2021.

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: Segundo a Comissão de Excedentes, referido certame, homologado em junho de 2022, contou com vagas para todas as carreiras da Polícia Civil e, "todas as carreiras tiveram sua lista de excedentes zeradas, em dois cursos de formação técnico profissional, restando apenas 193 excedentes da carreira de Escrivão de Polícia, aprovados em todas as etapas, aguardando nomeação".

Por outro lado, o déficit de efetivo na carreira é notório: seriam 1505 cargos vagos e 61 delegacias sem um escrivão de polícia.

REQUERIMENTO Nº 5.528/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Caporezzo aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para a convocação dos candidatos aprovados como excedentes no concurso público para a carreira de técnico assistente da Polícia

Civil – Área do Conhecimento Apoio Administrativo (Edital nº 2/2022 – ID 01), justificando-se essa convocação pelo significativo déficit de servidores na área e a relevância desses profissionais para fortalecer a Polícia Civil e garantir a segurança pública do Estado.

Sala das Reuniões, 2 de fevereiro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: Após uma análise do Edital nº 1/2022, referente ao Concurso para o cargo de Técnico em Apoio Administrativo, verifica-se a ausência de cláusula de barreira para a convocação dos candidatos excedentes. Este fato, somado ao desempenho satisfatório dos candidatos no certame, motiva a convocação imediata dos excedentes, respeitando a ordem de classificação previamente estabelecida. Cabe ainda ressaltar que a inclusão desses profissionais será fundamental para otimizar os serviços administrativos da instituição, contribuindo significativamente para a eficiência e qualidade dos serviços prestados à população mineira. Além disso, a medida está alinhada com o compromisso de fortalecimento do serviço público e atendimento às demandas crescentes da gloriosa Polícia Civil. Há uma necessidade imediata desta convocação, pois os excedentes não apenas preencherão lacunas existentes nos quadros técnicos, mas também reforçará o compromisso da Polícia Civil de Minas Gerais com a excelência na prestação de serviços públicos. Diante disso, solicito providências por parte da PC e Seplag para a convocação desses candidatos.

REQUERIMENTO Nº 5.550/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que todas as vagas ofertadas no Edital nº 7/2017 sejam efetivamente preenchidas por candidatos nomeados.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: Conforme dados do Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais na data de 9/1/2024, das 26.941 vagas ofertadas aos candidatos no Concurso de Edital 7/2017, apenas 22.635 foram preenchidas pelos candidatos nomeados. Nesse sentido, conforme dados discriminados, o Estado de Minas Gerais cumpriu o Edital no que se refere ao cargo de Especialista da Educação Básica, já que, das 2.184 vagas ofertadas, 2.293 candidatos foram nomeados. Ocorre que, em relação ao cargo de Professor da Educação Básica, dos 24.757 ofertados no edital, apenas 20.342 candidatos foram efetivamente nomeados. Pelo exposto, imperioso que o Estado proceda a nomeação dos 4.415 candidatos restantes.

REQUERIMENTO Nº 5.551/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada, aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja fornecida alimentação aos assistentes de educação básica – ATB – e auxiliares de serviços da educação básica durante o recesso escolar e férias escolares ou para que haja, durante o referido período, a devida concessão da ajuda de custo para despesas com alimentação, prevista no art. 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016, e no art. 30 da Lei nº 21.710, de 2015.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: O art. 30 da Lei nº 21.710/15 determina que: "O Estado garantirá a alimentação dos servidores da educação que atuam nas escolas estaduais". Do mesmo modo, o § 1º do art. 1º, do Decreto nº 48.113, de 30/12/2020, determina que a concessão da ajuda de custo é devida ao servidor em efetivo exercício, cuja carga horária de trabalho seja igual ou superior a seis horas diárias e trinta horas semanais. O art. 4º do referido Decreto, entretanto, determina algumas exceções ao direito à ajuda de custo para despesas com alimentação. Dentre as referidas exceções consta o servidor que possui direito à alimentação gratuita no local de trabalho. Ocorre que, os Assistentes de Educação Básica e os auxiliares de serviços da educação básica durante o recesso escolar e férias escolares não recebem nenhum tipo de ajuda de custo para despesas com alimentação e nem possuem acesso à alimentação servida aos alunos, o que representa prejuízo financeiro e desrespeito à legislação vigente.

REQUERIMENTO Nº 5.552/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada, aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja dado aos servidores regentes de turmas efetivos que ficaram excedentes nas escolas estaduais por causa da municipalização do ensino fundamental pelo Estado, o direito de regularização da vida funcional, de modo que não ocorra qualquer prejuízo, garantindo-se, principalmente, a irredutibilidade salarial.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: Servidores da educação do Estado de Minas Gerais, em especial os professores regentes de turma que foram afetados pela municipalização estão sofrendo prejuízos financeiros e profissionais pela falta de cargos disponíveis nos anos iniciais dos municípios que fizeram a adesão ao projeto. Nesse sentido, a obrigatoriedade estabelecida pela Resolução 4.925/23, de que os professores regentes de turma excedentes assumam a função de Professor para Ensino do Uso da Biblioteca, além de implicar redução salarial, implica também desgastes funcionais e emocionais, já que, os servidores estão sendo obrigados a exercer uma função que os retira da sala de aula e do contato contínuo com os alunos. Imperioso que o Estado busquem soluções urgentes para a referida situação.

REQUERIMENTO Nº 5.554/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada, aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que haja a oferta do ensino médio regular na Escola Estadual Professor Wilson de Melo Guimarães, situada em Pará de Minas.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: Em setembro a comunidade escolar da Escola Estadual Professor Wilson de Melo Guimarães, situada em Pará de Minas-MG foi surpreendida com a notícia de que a referida escola seria fechada. Ocorre que, tal decisão foi revogada e houve a determinação de que apenas as turmas já existentes deveriam ser mantidas. A comunidade escolar, entretanto, em reunião do colegiado realizada em 18/10/2023 deliberou pela necessidade de solicitar a abertura de turmas do ensino médio regular, tendo em vista que, a maior parte dos alunos matriculados no ensino integral em 2023 já sinalizaram que não poderão continuar em 2024,

devido à necessidade de conciliar as tarefas escolares com jornadas de trabalho. A direção escolar formalizou o pedido de abertura de turmas de ensino médio regular, mas a Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas alega que já estava fora do prazo para solicitação. Tal determinação, entretanto, deve ser revista, considerando, a peculiaridade do caso, já que a escola não pôde construir seu plano de atendimento 2024, a necessidade da comunidade escolar e a expressa determinação contida no parágrafo único, do art. 4º, da Lei 24.482/2023 que determina: "Na escola onde for implementado o ensino médio integral, deverá ser igualmente garantida a oferta de ensino médio regular, conforme a necessidade da comunidade e solicitação do colegiado escolar".

REQUERIMENTO Nº 5.555/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação e à Superintendência Regional de Ensino em Divinópolis pedido de providências para que sejam realizadas melhorias na estrutura da Escola Estadual Manoel Correa Filho, em Divinópolis, especialmente no que se refere a pintura de toda a escola, criação de espaço para alocação do arquivo, vidros na sala de laboratório e disponibilização de sala para armazenamento dos materiais da fanfarra da escola.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.556/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que sejam ofertadas as três turmas de 1º ano do ensino fundamental, já autorizadas no plano de atendimento escolar para 2024, na Escola Estadual General Oswaldo Pinto da Veiga, em Conselheiro Lafaiete.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: Ressalta-se que o primeiro ano do Ensino Fundamental marca uma fase crucial no desenvolvimento cognitivo das crianças. É nesse período que elas iniciam a jornada formal de aprendizado, adquirindo habilidades fundamentais de leitura, escrita e raciocínio lógico. O oferecimento de turmas nesse nível educacional na Escola Estadual General Oswaldo Pinto da Veiga é essencial para garantir uma base sólida e promover o sucesso acadêmico futuro.

REQUERIMENTO Nº 5.559/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Superintendência Regional de Ensino em Divinópolis pedido de providências para que sejam expedidas com máxima celeridade as certidões de tempo de contribuição para fins de aposentadoria e averbação, especialmente em cumprimento ao princípio da eficiência de que trata o art. 37 da Constituição Federal.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.560/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências com vistas à revisão da Resolução SEE Nº 4.925, de 10 de novembro de 2023, que estabelece normas para a organização do quadro de pessoal das unidades de ensino na rede estadual, bem como as que vierem a lhe suceder anualmente, a fim de que possam ser estabelecidos critérios mais democráticos que possibilitem avaliar as condições e circunstâncias dos professores, quando da distribuição das aulas, sem contudo prejudicar a eficiência e a conveniência pedagógica.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.565/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Superintendência Regional de Ensino – SRE – de Divinópolis pedido de providências para que seja oferecido o ensino médio regular na Escola Estadual Martin Cyprien, em Divinópolis.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.566/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Superintendência Regional de Ensino – SRE – em Pará de Minas e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja implementado com urgência, o ensino médio regular na Escola Estadual Manoel Batista, nesse município, o que desempenhará um papel fundamental na redução da evasão escolar, proporcionando aos estudantes uma transição mais suave e contínua entre os níveis de ensino, além de permitir que os alunos desenvolvam habilidades acadêmicas essenciais, preparando-os adequadamente para desafios educacionais futuros e oportunidades profissionais.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: A evasão escolar pode ser influenciada por vários fatores, e a oferta de um Ensino Médio Regular na escola pode contribuir significativamente para enfrentar esse problema, oferecendo aos estudantes uma opção educacional mais abrangente e adaptada às suas necessidades. Gostaria de salientar que a implementação do Ensino Médio Regular não apenas beneficiaria os estudantes, mas também fortaleceria a posição da Escola Estadual Manoel Batista, em Pará de Minas, como uma instituição comprometida com a excelência acadêmica e o desenvolvimento integral de seus alunos.

REQUERIMENTO Nº 5.575/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam ofertadas todas as turmas do ensino fundamental na Escola Estadual Professor Campos, em Itamarandiba, em conformidade com o Plano de Atendimento Escolar para 2024.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: A comunidade escolar da Escola Estadual Professor Campos, situada em Itamarandiba-MG foi surpreendida com a informação do fechamento de todas as turmas de ensino fundamental-anos iniciais da referida escola. Tal determinação contraria o desejo da comunidade escolar que clama pela manutenção da referida escola na rede estadual de ensino. Conforme relatos é grande a preocupação com a qualidade do ensino que será ofertada a esses alunos, com o aumento do trajeto que os alunos terão que percorrer para acessar a nova escola e existe ainda um grande descontentamento de toda a comunidade escolar que possui um grande vínculo com a referida escola e não deseja a municipalização que está sendo imposta.

REQUERIMENTO Nº 5.577/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Prefeitura Municipal de Aricanduva pedido de providências para que sejam ofertadas todas as turmas do ensino fundamental na Escola Estadual Teodomiro Caldeira Leão, em Aricanduva, em conformidade com o Plano de Atendimento Escolar para 2024.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: A comunidade escolar da Escola Estadual Teodomiro Caldeira Leão, situada em Aricanduva-MG, foi surpreendida com a informação do fechamento de todas as turmas de ensino fundamental-anos iniciais devido à aprovação da Lei nº 680/2022 (municipalização). Tal determinação contraria o desejo da comunidade escolar que clama pela manutenção da referida escola na rede estadual de ensino. Ademais, a comunidade noticia a grande demanda de alunos já matriculados e de alunos que desejam ingressar na referida escola, o que comprova a necessidade da oferta de todos os anos do ensino fundamental-anos iniciais.

REQUERIMENTO Nº 5.578/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Rodrigo Lopes aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Educação pedido de providências para equiparar os descontos de renegociação ofertados aos alunos inadimplentes com o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies – com os descontos ofertados aos estudantes adimplentes.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: Em 7 de novembro de 2023 iniciaram-se as solicitações de renegociação de dívida de contratos do Fies celebrados até 2017 e com inadimplência até 30 de junho de 2023 perante a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Com isso, os alunos com grandes dificuldades financeiras terão a oportunidade de quitar suas dívidas e ingressar no mercado de trabalho com maior tranquilidade. A partir disso, há também o apelo de alunos adimplentes para que os descontos ofertados aos inadimplentes também seja aplicado a eles. A equiparação de estudantes adimplentes na renegociação de contratos do Fies representa uma abordagem equitativa diante das diversas situações financeiras dos beneficiários do programa. Essa extensão reconhece que mesmo estudantes em dia com suas obrigações podem enfrentar circunstâncias imprevistas durante a fase de amortização, buscando garantir a estabilidade financeira e promover a conclusão bem-sucedida dos estudos. Essa abordagem proativa visa fortalecer a integridade do programa Fies ao endereçar, de maneira abrangente, as variadas realidades financeiras enfrentadas pelos estudantes.

REQUERIMENTO Nº 5.580/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada, aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja oportunizada aos professores efetivos, quando da escolha de aulas a título de extensão de jornada para o ano de 2024, a atribuição das aulas de extensão de forma fracionada, como garantido pelo *caput* do art. 35 da Lei nº 15.293, de 2004, sem a imposição de que as aulas sejam assumidas em sua totalidade, conforme está sendo exigido na Resolução nº 4.925, de 2023.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: A extensão de carga horária é direito do(a) servidor(a) previsto no art. 35 e seguintes da Lei nº 15.293/04. Ocorre que, o § 3º, do art. 24, da Resolução SEE 4.925 trouxe dispositivo prevendo que as aulas de extensão somente poderão ser atribuídas em sua totalidade. A referida previsão impede que no momento da atribuição os servidores fragmentem as aulas de extensão de carga horária disponíveis. Nesse sentido, a Resolução SEE 4.925 criou requisito não previsto na lei, exorbitando seu poder regulamentar e portanto, em clara afronta à legislação.

REQUERIMENTO Nº 5.584/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja efetuada a transferência do 3º Sgt. Héllisson Cristian de Carvalho Rodrigues, numerado 156.114-1, conceito A 50+, que contabiliza quase 14 anos de polícia, para Manhumirim, Durandé, Alto Caparaó, Alto Jequitibá ou Martins Soares, tendo em vista que sua esposa, Sra. Silvia Polyana Fasolo Silva, é servidora pública concursada na Prefeitura de Martins Soares, onde o casal possui residência própria, e não pode residir distante de Martins Soares.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: O graduado formou-se no CEFS-2021 e se encontra lotado no município de João Monlevade desde novembro de 2021.

Diante da impossibilidade da Sra. Silvia em poder residir distante de Martins Soares, o Sgt. Hélisson se vê obrigado a dispender despesa em duplicidade de moradia, além dos custos com deslocamento entre os municípios quando de folga.

Ademais, nos termos do *caput* do art. 226 da Constituição da República, a família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado.

REQUERIMENTO Nº 5.586/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc – pedido de providências para, em relação aos planos de benefícios previdenciários administrados pela Prevcom-MG, o esclarecimento da legalidade ou não da cobrança de taxa de carregamento no percentual de 7%, tendo em vista que esta seria mais alta que a praticada pelos fundos de previdência de outros estados, como São Paulo.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 5.587/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Subsecretaria de Gestão Estratégica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para nomeação dos 193 escrivães aprovados no concurso da Polícia Civil de Minas Gerais, Edital nº 4/2021, e que seja dada publicidade ao cronograma do processo de nomeação.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: A presente demanda nos foi apresentada por diversos candidatos aprovados no referido concurso, mediante a recente convocação de apenas 4 escrivães para iniciarem o curso de formação para investidura no cargo. Incumbe destacar que o contigente de candidatos aprovados no certame ainda é insuficiente para suprir o déficit que corresponde a aproximadamente 948 escrivães de polícia I e II, conforme a Lei Complementar nº 129, de 8/11/2013, que contém a Lei Orgânica e determina que o efetivo da Polícia Civil de Minas Gerais.

REQUERIMENTO Nº 5.590/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Bella Gonçalves aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – em Brasília pedido de providências para a averiguação do impacto da jornada de trabalho de 12 horas diárias na saúde dos trabalhadores da mineração no Município de Itabira, considerando o elevado índice de acidentes de trabalho.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.592/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Bella Gonçalves aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Municipal de Saúde de Itabira pedido de providências para que seja realizado, na população atingida por mineração do Município de Itabira, estudos de contaminação por metais pesados, estudos epidemiológicos e levantamentos de casos de doença mental.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.594/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Bella Gonçalves aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda de Passos pedido de informações sobre os serviços prestados no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, especificando os critérios adotados para suspender ou proibir a entrada de um usuário ao equipamento; o número de funcionários e suas funções; a oferta de espaço adequado para a realização de atividades coletivas ou comunitárias; as ações ofertadas e a frequência com que acontecem; o número de pessoas em situação de rua no município; a forma de trabalho do centro, se com a base de dados do CadÚnico ou censo próprio; o número de pessoas atendidas por dia no Centro Pop; as principais demandas dos usuários e os encaminhamentos realizados, por quantidade; o valor mensal do recurso financeiro destinado à entidade executora do equipamento e a destinação dos gastos; ações integradas com as políticas de saúde da mulher; acesso a absorventes pelas mulheres; a demanda de encaminhamento para aluguel social ou programa similar, indicando quantos solicitaram e quantos foram atendidos, se há lista de espera e qual acompanhamento é ofertado ao usuário nos primeiros meses de moradia.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

Justificação: Tendo em vistas o acompanhamento dos direitos de segurança de acolhida, segurança de convívio familiar, comunitário, social e segurança de desenvolvimento de autonomia, conforme tipificação dos serviços socioassistenciais. Ainda, a Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020 dispõe no art. 39 que os Centros POP e unidades similares devem possuir estrutura física adequada e em condições sanitárias para o seu uso coletivo, com espaços para guarda de pertences, higiene pessoal e lavagem de roupa. É inadmissível que essa população cada vez mais exposta, vulnerabilizada e violada de seus direitos à moradia, trabalho, renda e proteção social tenha negado, ainda, o direito ao acesso aos equipamentos que garanta condições mínimas para realização da higiene diária, além de atendimento socioassistencial e encaminhamentos para programas de moradia e segurança alimentar.

REQUERIMENTO Nº 5.595/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Bella Gonçalves aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretaria da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social em Betim pedido de informações sobre os serviços prestados no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, especificando os critérios adotados para suspender ou proibir a entrada de um usuário ao equipamento; o número de funcionários e suas funções; a oferta de espaço adequado para a realização de atividades

coletivas ou comunitárias; as ações ofertadas e a frequência com que acontecem; o número de pessoas em situação de rua no município; a forma de trabalho do centro, se com a base de dados do Cadúnico ou censo próprio; o número de pessoas atendidas por dia no Centro Pop; as principais demandas dos usuários e os encaminhamentos realizados, por quantidade; o valor mensal do recurso financeiro destinado à entidade executora do equipamento e a destinação dos gastos; ações integradas com as políticas de saúde da mulher; acesso a absorventes pelas mulheres; a demanda de encaminhamento para aluguel social ou programa similar, indicando quantos solicitaram e quantos foram atendidos, se há lista de espera e qual acompanhamento é ofertado ao usuário nos primeiros meses de moradia.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

Justificação: Tendo em vistas o acompanhamento dos direitos de segurança de acolhida, segurança de convívio familiar, comunitário, social e segurança de desenvolvimento de autonomia, conforme tipificação dos serviços socioassistenciais. Ainda, a Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020 dispõe no art. 39 que os Centros POP e unidades similares devem possuir estrutura física adequada e em condições sanitárias para o seu uso coletivo, com espaços para guarda de pertences, higiene pessoal e lavagem de roupa. É inadmissível que essa população cada vez mais exposta, vulnerabilizada e violada de seus direitos à moradia, trabalho, renda e proteção social tenha negado, ainda, o direito ao acesso aos equipamentos que garanta condições mínimas para realização da higiene diária, além de atendimento socioassistencial e encaminhamentos para programas de moradia e segurança alimentar.

REQUERIMENTO Nº 5.596/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Bella Gonçalves, aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretaria de Habitação, Promoção e Assistência Social de Teófilo Otoni pedido de informações sobre os serviços prestados no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, especificando os critérios adotados para suspender ou proibir a entrada de um usuário ao equipamento; o número de funcionários e suas funções; a oferta de espaço adequado para a realização de atividades coletivas ou comunitárias; as ações ofertadas e a frequência com que acontecem; o número de pessoas em situação de rua no município; a forma de trabalho do centro, se com a base de dados do CadÚnico ou censo próprio; o número de pessoas atendidas por dia no Centro Pop; as principais demandas dos usuários e os encaminhamentos realizados, por quantidade; o valor mensal do recurso financeiro destinado à entidade executora do equipamento e a destinação dos gastos; ações integradas com as políticas de saúde da mulher; acesso a absorventes pelas mulheres; a demanda de encaminhamento para aluguel social ou programa similar, indicando quantos solicitaram e quantos foram atendidos, se há lista de espera e qual acompanhamento é ofertado ao usuário nos primeiros meses de moradia.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

Justificação: Tendo em vistas o acompanhamento dos direitos de segurança de acolhida, segurança de convívio familiar, comunitário, social e segurança de desenvolvimento de autonomia, conforme tipificação dos serviços socioassistenciais. Ainda, a Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020 dispõe no art. 39 que os Centros POP e unidades similares devem possuir estrutura física adequada e em condições sanitárias para o seu uso coletivo, com espaços para guarda de pertences, higiene pessoal e lavagem de roupa. É inadmissível que essa população cada vez mais exposta, vulnerabilizada e violada de seus direitos à moradia, trabalho, renda e proteção social tenha negado, ainda, o direito ao acesso aos equipamentos que garanta condições mínimas para realização da higiene diária, além de atendimento socioassistencial e encaminhamentos para programas de moradia e segurança alimentar.

REQUERIMENTO Nº 5.610/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Bella Gonçalves e do deputado Betão, aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao colegiado dos compromitentes do acordo judicial de reparação pelo rompimento em Brumadinho pedido de providências para proceder à realização de estudo com o objetivo específico de identificar o nexo causal entre a contaminação por metais pesados de pessoas das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, no âmbito de todas as cinco regiões da calha do Paraopeba, tendo em consideração que os estudos e diagnósticos efetivados até o momento se restringem ao Município de Brumadinho e se limitam a diagnosticar tal contaminação, contudo, sem fazer o levantamento e a identificação das causas dessa contaminação; e ainda, que tal estudo contemple análises da qualidade do ar, do solo e da água, haja vista os índices elevados de problemas respiratórios, dermatológicos e gastrointestinais, entre outros, apresentados de modo recorrente pela população atingida, conforme estudo da Fiocruz, em que foram constatadas contaminação de pessoas por metais pesados e questões afetas à saúde mental relacionadas ao crime, no Município de Brumadinho.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 29ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/12/2023, que teve por finalidade debater a saúde das comunidades atingidas pela mineração no Estado de Minas Gerais e, de modo particular, a saúde das comunidades atingidas pelo crime da Vale na calha do Paraopeba, tendo em vista o estudo da Fiocruz, em que foram constatadas contaminação de pessoas por metais pesados e questões afetas à saúde mental relacionadas ao crime, no Município de Brumadinho.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.611/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Bella Gonçalves e do deputado Betão, aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para realização, com a urgência possível, de um seminário para dar continuidade às discussões sobre a linha de cuidados para o monitoramento da população exposta a metais em decorrência do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, nos termos já iniciados no Município de Brumadinho.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 29ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/12/2023, que teve por finalidade debater a saúde das comunidades atingidas pela mineração no Estado de Minas Gerais e, de modo particular, a saúde das comunidades atingidas pelo crime da Vale na calha do Paraopeba, tendo em vista o estudo da Fiocruz, em que foram constatadas contaminação de pessoas por metais pesados e questões afetas à saúde mental relacionadas ao crime, no Município de Brumadinho.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.612/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Bella Gonçalves e do deputado Betão aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento

Interno, seja encaminhado ao Ministério da Saúde e à Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Minas – pedido de providências para análise da viabilidade de extensão da pesquisa "Saúde Brumadinho: estudo longitudinal sobre as condições relacionadas à saúde da população", de modo a abranger as comunidades atingidas, nas cinco regiões ao longo da Bacia do Paraopeba, pelo rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, da Mineradora Vale, tendo em vista estudo da Fiocruz, em que foi constatada contaminação de pessoas por metais pesados e questões afetas à saúde mental relacionadas ao crime, no Município de Brumadinho.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 29ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/12/2023, que teve por finalidade debater a saúde das comunidades atingidas pela mineração no Estado de Minas Gerais e, de modo particular, a saúde das comunidades atingidas pelo crime da Vale na calha do Paraopeba, tendo em vista o estudo da Fiocruz, em que foram constatadas contaminação de pessoas por metais pesados e questões afetas à saúde mental relacionadas ao crime, no Município de Brumadinho.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.616/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Bella Gonçalves e do deputado Betão aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, sejam encaminhados ao colegiado de compromitentes do acordo judicial de reparação pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho, pedido de providências para adotar as medidas necessárias à realização de estudos específicos sobre os danos à saúde mental das pessoas das comunidades atingidas ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, causados pelo rompimento da referida barragem; e o *link* para o inteiro teor da 29ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a saúde das comunidades atingidas pela mineração no Estado e, de modo particular, a saúde das comunidades atingidas pelo crime da Vale na calha do Rio Paraopeba, tendo em vista o estudo da Fiocruz em que foram constatadas contaminação de pessoas por metais pesados e questões afetas à saúde mental relacionadas ao crime.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 29ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/12/2023, que teve por finalidade debater a saúde das comunidades atingidas pela mineração no Estado de Minas Gerais e, de modo particular, a saúde das comunidades atingidas pelo crime da Vale na calha do Paraopeba, tendo em vista o estudo da Fiocruz, em que foram constatadas contaminação de pessoas por metais pesados e questões afetas à saúde mental relacionadas ao crime, no Município de Brumadinho.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.617/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Bella Gonçalves e do deputado Betão aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a adoção de medidas para priorizar a realização de diagnóstico e tratamento das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, da Mineradora Vale, em Brumadinho, considerando-se a forte demanda relativa à saúde física e mental apresentada a esta comissão durante audiência pública realizada em 6/12/2023.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 29ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/12/2023, que teve por finalidade debater a saúde das comunidades atingidas pela mineração no Estado de Minas Gerais e, de modo particular, a saúde das comunidades atingidas pelo crime da Vale na calha do Paraopeba, tendo em vista o estudo da Fiocruz, em que foram constatadas contaminação de pessoas por metais pesados e questões afetas à saúde mental relacionadas ao crime, no Município de Brumadinho.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.618/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Bella Gonçalves e do deputado Betão aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao colegiado de compromitentes do acordo judicial de reparação pelo rompimento em Brumadinho, em Belo Horizonte, pedido de providências para adoção das medidas necessárias à realização de estudos específicos sobre os danos causados à saúde física e mental dos integrantes de povos e comunidades tradicionais atingidos ao longo da Bacia do Paraopeba pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho, considerando-se as particularidades e os direitos inerentes a esse público.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 29ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/12/2023, que teve por finalidade debater a saúde das comunidades atingidas pela mineração no Estado de Minas Gerais e, de modo particular, a saúde das comunidades atingidas pelo crime da Vale na calha do Paraopeba, tendo em vista o estudo da Fiocruz, em que foram constatadas contaminação de pessoas por metais pesados e questões afetas à saúde mental relacionadas ao crime, no Município de Brumadinho.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.620/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – em Divinópolis pedido de providências para apuração dos indícios da possível prática de crime – especialmente o racismo – pelo Sr. Vitor Henrique Inácio da Silva, em vídeo divulgado em suas redes sociais, no perfil @vitaomuricoca, conforme mídia que encaminha e também disponível no link: https://drive.google.com/drive/folders/1Fr7H7uoM0nDeiqoTu5uawnGTjIGubKjJ?usp=sharing.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.622/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado

ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para determinar a permanência do Cb. PM Cassio Roberto dos Santos, Masp. 147.282-8, lotado na 191ª Companhia da Polícia Militar do 67° Batalhão da Polícia Militar da 5ª Região da Polícia Militar, em Uberaba, após a conclusão do curso de formação de sargentos, para manter o convívio próximo de seus familiares.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: O mencionado militar serviu durante 13 anos em municípios distantes de Uberaba e recentemente conseguiu retornar a sua cidade natal, onde reside com sua esposa, duas filhas pequenas e uma delas estudante do Colégio Tiradentes local. A permanência na cidade de Uberaba ao Cb PM Cassio evitaria inúmeras transtornos e preservaria seu local de moradia, a escola de suas filhas e a rotina dos familiares.

REQUERIMENTO Nº 5.656/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento da deputada Lohanna, aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito de Ouro Branco pedido de informações sobre a destinação dos recursos provenientes do ICMS Ecológico no município, especificando a quantidade de recursos arrecadados nos últimos 5 anos; as finalidades da destinação desses recursos; os projetos e ações realizadas com o auxílio dos recursos do ICMS Ecológico, detalhando suas características, objetivos e resultados alcançados; e os meios utilizados para se dar transparência à população quanto à prestação de contas do recurso.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2024.

Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.657/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 7/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Formiga pedido de informações sobre a via principal de acesso à Comunidade Rural Pouso Alegre, nesse município, que, conforme notícia recebida, encontra-se interditada, o que tem gerado transtornos e preocupações para os residentes locais, esclarecendo o motivo levou à Interdição; a data de início da interdição e de previsão para a conclusão dos trabalhos e respectiva liberação da via; as medidas tomadas previamente ao ato de interdição; o responsável pela decisão e órgão ou secretaria responsável pela execução das intervenções na estrada; as medidas que foram ou estão sendo adotadas para minimizar os impactos causados pela interdição aos moradores; os estudos realizados para averiguação da possibilidade de realização de rotas alternativas durante o período de interdição, e a viabilidade e data de sua implementação.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2024.

Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.706/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/2/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que proceda a transferência do 2°-Ten.

PM Michel Marcelo Ferreira da Silva, matrícula nº 123.503-5, conceito A50, atualmente lotado na Banda de Músicas da 15ª RPM, em Teófilo Otoni, para servir no Centro de Atividades Musicais em Belo Horizonte, tendo em vista a impossibilidade da continuidade do exercício na função de regente naquela agremiação.

Sala das Reuniões, 20 de fevereiro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: Ressalta-se que o referido militar é natural de Uberaba e serviu na cidade por 22 anos. Em julho de 2019, quando aprovado no Curso de Habilitação de Oficiais – Músico (CHO – Músico – QOE), o 2° TEN PM Michel se mudou para Belo Horizonte para a realização do referido curso, na Academia de Policia Militar (APM). Após um ano de curso, em julho de 2020, o militar foi transferido para a 15ª RPM situada em Teófilo Otoni, distância de 915km de Uberaba, sua cidade de origem, para assumir a Banda de Música dessa região como Regente.

Desde então, o 2° TEN PM Michel vem servindo em Teófilo Otoni, onde a partir de 1ª de março de 2024, a Banda de Música da 15ª RPM passará a contar em seu quadro, com um efetivo total de 06 Policiais Militares – Músicos, devido à transferência para a reserva remunerada compulsória de 3 militares que até aqui serviram nesta Banda, tornando inviável a agremiação musical da 15° RPM continuar sendo considerada uma Banda de Música nos delimitadores técnicos mínimos do conceito, consequentemente deteriorando as funções ordinárias de seu Regente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/2/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Adriana Luiza Barbosa Borges, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas no artigo 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis Estaduais nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.267, de 29/12/2022, da Lei Complementar Estadual nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 26/2/2024, o servidor Hildemar Rodrigues Falcão Júnior, CPF nº 642.154.156-91, ocupante do cargo efetivo de técnico de apoio legislativo, na especialidade de policial legislativo masculino, padrão VL-66, classe Especial, no exercício da função gratificada de nível superior – FGS –, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, assinou o seguinte ato:

designando Rafael Alcantara de Paula para a função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Tecnologia da Informação – Gerência de Aplicações e Suporte a Clientes.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 4/2024

Número no Siad: 9319097-6

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Plansul Planejamento e Consultoria LTDA. Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de garçom, *maître* e supervisor. Objeto do aditamento: ampliação do objeto contratual. Vigência: de 1º/2/2024 a 28/2/2025. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90.10.1.